

# dos algarves<sup>13</sup>

revista da **ESGHT / UALG**

## **PERCEÇÃO SUBLIMINAR:**

LONGE DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO

Ronaldo Schütz • Saul Neves de Jesus

## **SISTEMA DE INFORMAÇÃO**

PARA A GESTÃO DE UMA FROTA

Pedro Canhoto • Marco Jesus • Célia Ramos

## **O ALGARVE:**

A INTERPRETAÇÃO DO SEU PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Alexandra Rodrigues Gonçalves (Coord.ª) • João Costa • Patrícia Martins

## **EURO 2004**

IMPACTO SOBRE O TURISMO

Fernando Perna • Fernanda Matias • Maria João Custódio  
Alexandre Domingues

## **O HERÓI (E O) ABJECTO**

Sílvia Quinteiro

## **A CONSTRUÇÃO DO HIPERTEXTO**

E DO LEITOR HIPERTEXTUAL

Rita Baleiro

## **AVALIAÇÃO ECONÓMICA**

NO SECTOR DA SAÚDE

Lara Nobre de Noronha e Ferreira

## **PÁGINA DO PORTUGUÊS:**

DÚVIDA Nº 5: PARTICÍPIOS PASSADOS DUPLOS

Filipa Perdigão • Rita Baleiro

## **AS ROTAS DO SUL**

UM PASSEIO COM SURPRESAS

José António Santos • Margarida Custódio Santos

# ÍNDICE

---

- 03 PERCEÇÃO SUBLIMINAR:**  
LONGE DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO  
Ronaldo Schütz • Saul Neves de Jesus
- 
- 08 SISTEMA DE INFORMAÇÃO**  
PARA A GESTÃO DE UMA FROTA  
Pedro Canhoto • Marco Jesus • Célia Ramos
- 
- 15 O ALGARVE:**  
A INTERPRETAÇÃO DO SEU PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO  
Alexandra Rodrigues Gonçalves (Coord.ª) • João Costa • Patrícia Martins
- 
- 23 EURO 2004**  
IMPACTO SOBRE O TURISMO  
Fernando Perna • Fernanda Matias • Maria João Custódio  
Alexandre Domingues
- 
- 28 O HERÓI (E O) ABJECTO**  
Sílvia Quinteiro
- 
- 34 A CONSTRUÇÃO DO HIPERTEXTO**  
E DO LEITOR HIPERTEXTUAL  
Rita Baleiro
- 
- 43 AVALIAÇÃO ECONÓMICA**  
NO SECTOR DA SAÚDE  
Lara Nobre de Noronha e Ferreira
- 
- 50 PÁGINA DO PORTUGUÊS:**  
DÚVIDA Nº 5: PARTICÍPIOS PASSADOS DUPLOS  
Filipa Perdigão • Rita Baleiro
- 
- 52 AS ROTAS DO SUL**  
UM PASSEIO COM SURPRESAS  
José António Santos • Margarida Custódio Santos
-

# FICHA TÉCNICA

.....  
dos algarves

revista da ESGHT / UALG  
nº13 1º semestre 2005

**DIRECTORA:**  
Leonor Moreira

**CONSELHO EDITORIAL:**  
Leonor Moreira, Filipa Perdigão, Rita Baleiro

**TIRAGEM:**  
750 exemplares

**PROPRIEDADE:**  
ESGHT / UALG  
Universidade do Algarve  
Campus da Penha  
8000 FARO

Tel. 289 800 100  
[www.ualg.pt/esght/](http://www.ualg.pt/esght/)

**DIRECÇÃO DE ARTE E PAGINAÇÃO:**  
Luis Gregório ([camiao@gmail.com](mailto:camiao@gmail.com))  
Pedro Cavaco Leitão ([metamorfoses@gmail.com](mailto:metamorfoses@gmail.com))

**IMPRESSÃO:**  
Rainho e Neves, Lda.

**ISSN:** 0873-7347





# PERCEPÇÃO SUBLIMINAR: LONGE DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO

---

A percepção subliminar é uma temática de grande importância, pela sua constância e actualidade, originária das investigações sobre o processamento mental inconsciente. Como o nome sugere, trata-se da percepção que não atinge o limiar da consciência, mas cuja presença é detectada e registada pelo organismo, o que pode ser atestado por meio de respostas verificadas (comportamentos manifestos) bem como por alterações cerebrais constatadas pelas técnicas imagiológicas.

**Ronaldo Schütz** - ESGHT

**Saul Neves de Jesus** - FCHS

## Introdução e Contexto

---

A percepção subliminar, também chamada de subcepção (do francês e do inglês "subception"), foi primeiramente descrita por Lazarus e McCleary (1951). Estes autores iluminavam, num ecrã, padrões de letras, com um tempo de exposição considerado muito reduzido para que fosse possível a identificação verbal. A alguns dos padrões projectados estava associado um pequeno choque eléctrico, visando transformar as letras sem significado em estímulos com carga emocional capazes de induzir reacções do sistema nervoso autónomo. Observe-se que as reacções do sistema nervoso autónomo são com frequência utilizadas neste tipo de trabalho, por não dependerem de processos verbais. Isto possibilita que seja verificada a representação somática das emoções que ocorram na ausência da capacidade de descrição verbal do estímulo. Nesta experiência, verificou-se que quando os estímulos condicionados eram apresentados de forma subconsciente, o sistema nervoso autónomo reagia, indicando que o significado emocional condicionado tinha sido registado, apesar dos sujeitos não terem consciência do estímulo. Confirmou-se, também, que relativamente aos

estímulos neutros (padrões de letras a que não se associaram choques eléctricos), os organismos dos sujeitos não reagiam.

O psicólogo canadiano Wilson Brian Key (citado em Calazans, 1999) explica o mecanismo da imagem subliminar como função da fisiologia do olho humano: este tem uma morfologia celular dupla, constituída pelas células que formam a visão periférica (bastonetes) que correspondem ao "fundo" na psicologia da Gestalt, e pelas células que formam o foco da visão consciente (cones) que constituem a fóvea, ou a "figura" nos termos da Gestalt. Assim, prefigura-se o percebido pela via consciente: foco – fóvea – cones – figura, e o despercebido pelo subliminar: inconsciente – bastonetes – fundo.

Segundo este autor, o mesmo princípio da Gestalt aplica-se ao ouvido: o "fundo" musical, que propicia o "clima" do anúncio publicitário, filme de terror, programa humorístico, etc. é subliminar enquanto o receptor estiver alerta e com a atenção centrada na fala e nos gestos e movimentos do actor-personagem.

## Primeiras Aplicações e Impacto

---

Na sequência da divulgação dos trabalhos sobre a percepção subli-

minar, ainda em meados do século passado, surgiram aplicações práticas daquelas técnicas de comunicação. Loftus e Klinger (1992) e Rogers (2001) citam o caso da primeira experiência subliminar conhecida no cinema (que lembramos tratar-se de uma manipulação com fins comerciais e não de um trabalho científico). Em 1957 James "Jim" Vicary, técnico de Marketing, instalou num cinema, nos arredores de Nova Iorque, um taquitoscópio (do grego "tachis", veloz) que consiste num projector com a capacidade de emitir um raio de luz branca numa velocidade de até 1/60.000 segundos. O pulsar de um raio luminoso acima ou abaixo de uma determinada velocidade não é percebido conscientemente pelo olho humano. No caso do cinema, são projectados vinte e quatro fotogramas por segundo; se sobre um deles for projectada, ou inserida directamente na película, uma imagem-parasita, repetidas vezes não se produz persistência na retina, o olho vê e o cérebro é informado, mas aquém do limiar da consciência (Ramonet, 2001). Durante a projecção do filme "Picnic" (de Joshua Logan, 1955, com Kim Novak e William Holden) foram projectadas, via taquitoscópio a uma velocidade de 1/3000 segundos, as frases "Coca Pipocas" e "Beba Coca-Cola" alterna-

damente. A experiência teve réplicas, segundo James Vicary, tendo sido expostas à mesma 45.699 pessoas, fazendo com que o consumo de pipocas aumentasse 57,7% e o do refrigerante 18,1%. Estes resultados, bem como a forma atraente e aparentemente fundamentada com que estes trabalhos de Vicary foram apresentados, provocaram grande interesse e entusiasmo, mas também algumas reticências e objeções, que sublinham o facto de que Vicary era um publicitário, com treino para seduzir e com compromissos diferentes daqueles de um investigador. Na sequência destas experiências as técnicas subliminares foram alvo de interesse por parte de políticos e da administração americana, e em 1958 a "Federal Communication Commission" (FCC) resolveu proceder a uma averiguação, promovendo demonstrações e exposições em circuito fechado, em Washington. A discussão que se desencadeou pôs em evidência os critérios do trabalho e a fundamentação dos dados verificados por Vicary, que a dada altura afirmou que apenas aqueles que tivessem necessidades relacionadas com a mensagem responderiam (positivamente). Os críticos sustentam que somente esta afirmação será verdadeira, não havendo grandes possibilidades de se impor a marca de um produto, ou então que o tempo de duração da influência de tais mensagens no comportamento humano será muito reduzido (Hervé Morin, 2000, citado em Ramonet, 2001). Sublinhe-se ainda que a constatação da utilização destes métodos de persuasão provocou, na altura, forte indignação no público, tendo tais procedimentos sido considerados manipulatórios, anti-éticos e de invasão da privacidade (Moore, 1988).

Uma hipótese que nos parece plausível é que a nível ético, de resultados e de metodologia, os trabalhos de Vicary poderão ser realmente duvidosos, porém a capacidade de persuasão das mensagens subliminares merece ser considerada com toda a precaução,

tanto que são julgadas ilegais num grande número de países.

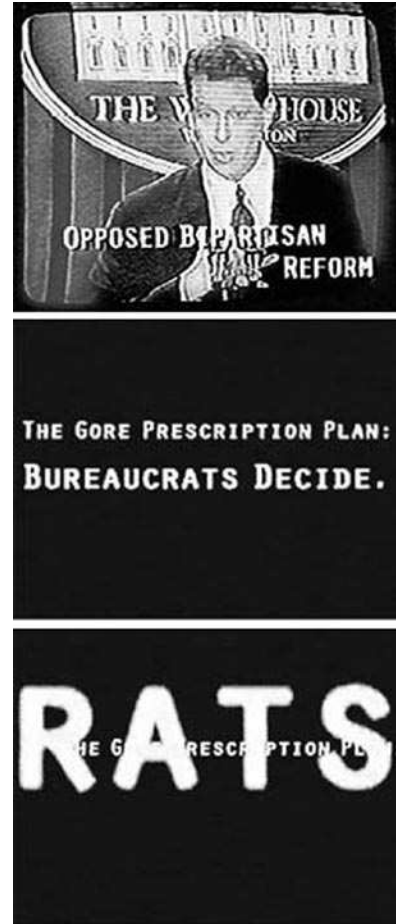
As mensagens subliminares inspiraram a elaboração de variados códigos de ética, leis e orientações que devem ser consideradas na elaboração de qualquer material promocional. Em Portugal, o artigo 9º do Código da Publicidade (Diário da República, I Série nº 245-23 de Outubro de 1990) determina, no ponto 1, que "É vedado o uso de imagens subliminares ou outros meios dissimuladores que explorem a possibilidade de transmitir publicidade sem que os destinatários se apercebam da natureza publicitária das mensagens.", acrescentando ainda, no ponto 3, que "Considera-se publicidade subliminar, para os efeitos do presente diploma, a publicidade que, mediante o recurso a qualquer técnica, possa provocar no destinatário percepções sensoriais de que ele não chegue a tomar consciência."

**Utilizações Ulteriores e Relevância**

Somente nos anos 80 é que as pesquisas acerca da percepção subliminar e de técnicas de comunicação não consciente voltaram a ser objecto de maior atenção por parte dos investigadores, principalmente na sequência dos trabalhos de Zajonc (1984) e pela abordagem de Erdelyi (1984, 1985), que enquadrava, quer a defesa perceptual, quer a percepção subliminar, dentro dos princípios da Ciência Cognitiva.

O interregno que se verificou neste tipo de pesquisa, no âmbito científico, foi consequência de preocupações éticas e de posições como a de Eriksen (1960), que defendia ser a percepção inconsciente uma "impossibilidade lógica", o que vinha ao encontro de posições das correntes e tendências então mais activas e predominantes na Psicologia, especialmente na investigação anglófona, como o Comportamentalismo e a Psicanálise.

Se a defesa perceptual era vista,



Videograma promocional da candidatura presidencial de George W. Bush (2000), produzido por Alex Castellanos (Retirado de [http://www.calazans.ppg.br/c\\_ci01.htm](http://www.calazans.ppg.br/c_ci01.htm))

FIG. 1

por alguns teóricos influentes, como dificuldade em verbalizar conteúdos emocionalmente conotados, em razão da vergonha que sentiriam os sujeitos de mencionar publicamente conteúdos considerados "tabu", a percepção subliminar seria provocada antes pela impossibilidade de verbalização do conteúdo pelo sujeito, devido às imperfeições dos processos verbais e não da falta de consciência dos mesmos.

Apesar de episodicamente colocadas no ostracismo em termos de investigação formal, é legítimo supormos que as técnicas subliminares tenham tido sempre larga aplicação, sobretudo em zonas do globo mais sujeitas a manipulações

da informação, como nos países onde vigoram regimes totalitários. Da nossa experiência pessoal, conhecemos situações no Brasil, em que o regime então vigente (ditadura militar) utilizava estes meios para impor o seu domínio, concretizados na publicitação subliminar de slogans (estes também veiculados na propaganda oficial) e mensagens afectas ao regime (“Brasil ame-o ou deixe-o”; “A revolução de 64 consolidou o destino do País”), e de temáticas caras à manutenção da situação de excepção (“A Lei de Segurança Nacional é a garantia do desenvolvimento do País”; “Transamazônica igual a Progresso”; “Até 1964 o Brasil era o país do futuro, então, ele chegou”; “A censura é a moral da nação”), além de muitos outros mais facilmente detectáveis, como a promoção de figuras do regime associada ao desporto (ficou famoso “o presidente gente como a gente”, slogan associado à imagem do general que governava o país em 1970 e que aparecia na televisão a ouvir relatos de futebol com um rádio-transistor colado ao ouvido, acompanhado do neto que segurava uma bandeira do Sport Club Corinthians Paulista, um dos clubes mais populares do país). Isto era possível dada a existência de uma rigorosa censura, do poder totalitário, da tortura e, em última instância, do medo instalado no seio da população minimamente esclarecida e dos formadores de opinião com algum poder de decisão (jornalistas, professores, escritores, artistas). As técnicas de comunicação subliminar eram utilizadas não somente para fins políticos, mas também para a comercialização de produtos. Neste nível, pudemos constatar a publicitação subliminar de automóveis por parte de uma empresa norte-americana.

A comprovar a importância dada às mensagens subliminares, um acontecimento bastante recente e amplamente divulgado na imprensa, a nível mundial (e também citado em Ramonet (2001)). Durante a campanha

presidencial americana, em Setembro de 2000, a equipa de comunicação do então candidato republicano George W. Bush elaborou e difundiu, por mais de 4400 vezes, em cobertura nacional, um videograma promocional onde eram feitas críticas ao programa do seu adversário, Albert Gore, do partido democrata. Impressa sobre a imagem de Gore surgia, no início, a frase: “THE GORE PRESCRIPTION PLAN: BUREAUCRATS DECIDE” (O plano de Gore para as receitas médicas (reembolso): os burocratas decidem). Em seguida, e sobre um fundo escuro, verificando a sequência dos quadros um a um, viam-se as quatro últimas letras da palavra BUREAUCRATS destacarem-se, aumentarem e inscreverem-se no lapso de um “frame” (1/30 segundos), em maiúsculas, RATS, ocupando todo o ecrã (Figura 1).

Na sequência do escândalo levan-

servado que, num produto publicitário de US\$ 2,5 milhões (custo do videograma) a ocorrência de acidentes ao acaso é bastante rara, especialmente se atentarmos aos cuidados com a produção de imagem em campanhas políticas, onde até bonés de eleitores contendo logótipos de equipas de baseball são digitalizados para evitar antipatias.

A constatação da utilização das mensagens subliminares é relativamente frequente na política, e por variados emissores. Segundo Ramonet (2001), em França a lei que proíbe este tipo de mensagem surgiu em 1988, na sequência da denúncia do jornal “Le Quotidien de Paris”, de que na campanha presidencial daquele ano o candidato François Mitterrand terá beneficiado de “imagens subliminares” que o representavam, contidas no genérico do canal televisivo da



Quadro com incrustação subliminar. Genérico do telejornal da Antenne 2, em 1988, antes das eleições presidenciais em França (retirado de *Science & Vie*, nº 1044, Setembro de 2004, pag. 62)

FIG. 2

tado pelo caso, que culminou na suspensão do videograma, Alex Castellanos, produtor do videograma, e Mark McKinnon, conselheiro mediático do candidato republicano, negaram ter incrustado deliberadamente a palavra ratazanas (de forte e evidente conotação emocional negativa), atribuindo o ocorrido ao acaso. Na altura, foi ob-

então “Antenne 2” (Figura 2).

Outras situações, que envolveram a utilização de mensagens subliminares, também tiveram consequências importantes. Segundo Calazans (1999), em finais de 1998, surgiu, em sites da Internet (<http://www.entertainment.com/francais/video/rescuers2.html>), a denúncia da inserção de

fotogramas com fotos de uma mulher com seios nus no desenho animado da Disney "Bernardo e Bianca". A cena acontece a partir dos vinte e oito minutos de projecção e é imperceptível sem que se proceda à projecção quadro a quadro. A Disney foi, assim, obrigada a recolher 3,4 milhões de cassetes distribuídas em vários mercados.

Tognolli (2002) relata o processo, instaurado em São Paulo, Brasil, pelo Ministério Público (Provedoria dos direitos e defesa da infância e adolescência) contra a MTV-Brasil. Segundo os Promotores do Ministério Público, o clipe do genérico no plano consciente veicula imagens regulares com o logótipo da MTV, mas quando as imagens do referido clipe são submetidas a velocidade mais lenta, percebe-se que as mesmas trazem cenas explícitas de prática sexual (sodomismo). Os Promotores afirmam ainda que a fita de VHS enviada ao Instituto de Criminalística foi submetida a perícia, quando foram constatadas de facto as cenas de perversão sexual incrustadas. A MTV foi julgada e considerada culpada, sendo, em caso de reincidência, suspensa a sua programação.

Segundo Calazans (2001), grandes empresas utilizam técnicas que fazem piscar na tela dos seus computadores (efeito "flicker") frases destinadas a aumentar a produtividade dos empregados, como "trabalhe mais rápido". Este autor refere ainda o fácil acesso ao programa "Flash 4.0", disponível na Internet, que executa cálculos velozes. Este programa permite que sejam inseridos quadros coloridos cuja leitura ou varredura na tela dos computadores chegue aos 30 quadros por segundo, ou seja, permite que se incruste num dos trinta quadros que são projectados em um segundo, uma mensagem que será subliminar. Este autor menciona ainda os programas Fire-Works, Giff Animator, 3-D Studio Max, facilmente acessíveis e aptos à inserção de mensagens subliminares. Faz também a importante observação

de que numa animação de 300 ou 400 quadros, ficaria muito trabalho rastrear e vistoriar cada imagem, tornando os "webdesigners" seguros para a execução de subliminares anti-éticos ou mesmo que se encontram tipificados como crime (incitando a preconceitos racial ou religioso, práticas sexuais pedófilas, violência, fanatismo religioso).

### Conclusões

Se, em condições experimentais, pode ser exercido algum controlo e avaliação dos efeitos das mensagens subliminares, será mais difícil, senão impossível, avaliar em termos sociais o efeito da exposição a alguma emissão audiovisual pública que utilize tais técnicas. Com base nos trabalhos cientificamente válidos, que iremos mencionar a seguir, parece justificar-se o cuidado e a precaução dos poderes constituídos relativamente ao assunto.

No campo de investigação, o redespertar do interesse a propósito das temáticas relativas à percepção e comunicação por via do inconsciente emocional, teve lugar nas duas últimas décadas e fez com que fossem executados trabalhos com particular originalidade, em razão das metodologias e técnicas de investigação desenvolvidas para a demonstração das metas em perspectiva.

Numa sequência de trabalhos simples e bem concebidos, Bornstein (1992) exibiu, a um grupo de sujeitos, num laboratório, várias imagens de rostos humanos. Posteriormente, foram-lhes exibidos os mesmos rostos, porém juntamente com outros rostos que não tinham sido visualizados. Os sujeitos não foram capazes de identificar quais os rostos que tinham visto anteriormente. Todavia, quando foi solicitado que indicassem aqueles que mais lhes tinham agradado, foi verificado que as preferências recaíam maioritariamente sobre os rostos que tinham sido expostos anteriormente.

Noutro passo desta pesquisa, foram expostas imagens subliminares de um indivíduo A ou de um indivíduo B, após o que solicitaram a cada um dos sujeitos que tentasse adivinhar, junto com os indivíduos A e B, o género do autor de alguns poemas. A e B, devido a combinação anterior desconhecida do sujeito, discordavam entre si, cabendo a este o voto de Minerva. Como previsto, e em consonância com a hipótese da mera exposição, os sujeitos demonstravam inequívoca tendência a concordar com o indivíduo a cujo rosto tinham sido inconscientemente expostos.

Na discussão destes resultados Bornstein analisou os dados publicados a partir de diferentes estudos sobre a exposição subliminar. Considerando que a familiaridade possa ser motivo para desvalorização, conclui que os efeitos da exposição são muito mais fortes quando apresentados de forma subliminar do que quando os estímulos estão disponíveis para verificação consciente. Segundo Bornstein, esta afirmação é partilhada por variados tipos de estudo do processamento emocional inconsciente, o que mais uma vez vem reforçar a ideia de que as emoções são mais fáceis e vincadamente influenciadas quando não temos a consciência de que tal esteja a ocorrer.

Verificamos, ainda, uma diferença qualitativa em termos da incrustação subliminar que é executada. Pensamos que uma frase, ou slogan, de maior impacto emocional (como as citadas anteriormente "o presidente gente como a gente", ou o "RATS") terá maior possibilidade de exercer alguma influência no público do que as imagens (que sublinhamos serem a nível ético igualmente condenáveis) de cenas de quaisquer actividades (nos casos referidos de índole sexual) que por vezes são de difícil descodificação pelo receptor, mesmo no fotograma registado no instante da varredura do ecrã onde se encontram. Um problema, da maior gravidade,

é o da detecção das incrustações subliminares. No caso dos "RATS", do videograma da campanha de Bush, somente após a sua emissão por mais de quatro mil vezes um espectador de Seattle, "de olho de lince", segundo Ramonet (2001), o terá detectado.

É lícito supor que talvez tais técnicas estejam a ser utilizadas em escala bastante mais vasta do que aquilo que se possa imaginar, uma vez que

as dificuldades da sua detecção parecem ser inversamente proporcionais às facilidades da sua execução, mercê dos avanços da electrónica. Para os eventuais utilizadores, talvez também seja mais interessante desviar a atenção do problema. E até fomentar o descrédito nestas técnicas, para que tenham maior liberdade de movimentos. Pensamos que somente em zonas do globo com maior número de

controladores sociais (institucionais ou não), e onde haja legislação aplicável, poderá haver algum controlo mais eficaz.

### Referências Bibliográficas

- BORNSTEIN, R. F. (1992), "Subliminal mere Exposure Effects" in R. F. Bornstein & T. S. Pittman (eds.), *Perception without Awareness: Cognitive, Clinical and Social Perspectives* (191-210), Guilford Press, N. York.
- CALAZANS, F. M. A. (1999), *Propaganda Subliminar Multimídia*, Summus Editorial, São Paulo.
- CALAZANS, F. M. A. (2001), "Signagens Subliminares em Softwares" in *Revista GEEK*, 9, Digeratti Editorial, São Paulo.
- ERDELYI, M. H. (1984), "The Recovery of Unconscious (inaccessible) Memories: Laboratory Studies of Hypermnnesia" in G. Bower (ed.), *The Psychology of Learning and Motivation: Advances in Research and Theory* (95-127), Academic Press, N. York.
- ERDELYI, M. H. (1985), *Psychoanalysis: Freud's Cognitive Psychology*, Freeman, N. York.
- ERIKSEN, C. W. (1960), "Discrimination and Learning without Awareness: a Methodological Survey and Evaluation" in *Psychological Review*, 67, 279-300.
- LAZARUS, R. & McCLEARY, R. (1951), «Autonomic Discrimination without Awareness: a Study of Subception» in *Psychological Review*, 58, 113-122.
- LOFTUS, E. F. & KLINGER, M. R. (1992), «Is the Unconscious Smart or Dumb?» in *American Psychologist*, 47, 761-765.
- MOORE, T. E. (1988), «The Case against Subliminal Manipulation» in *Psychology and Marketing*, 5, 297-316.
- RAMONET, I. (2001), *Propaganda Silenciosa – Massas, Televisão, Cinema, Campo das Letras*, Porto.
- ROGERS, S. (2001), «How a publicity blitz created the myth of subliminal advertising» in *Public Relations Quarterly*, Winter, 12-17.
- TOGNOLLI, C. J. (2002, 5 de Novembro), "Processo MTV" in *Revista Consultor Jurídico*.
- ZAJONK, R. B. (1984), "The interaction of affect and cognition" in K. R. Scherer & P. Ekman (eds.), *Approaches to Emotion*, Erlbaum, Hillsdale, NJ.





# SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO DE UMA FROTA

Actualmente, vivemos num mundo complexo em que as organizações são entidades nas quais a Informação e os Sistemas de Informação são imprescindíveis para garantir a sua sobrevivência e para responder às suas necessidades. O desenvolvimento de um Sistema de Informação para a gestão de uma organização tem como papel principal o de apoiar a tomada de decisão, de forma a aumentar o sucesso e a competitividade da organização.

Este artigo apresenta a tecnologia associada a um sistema de apoio à decisão que permite efectuar a gestão de uma frota, dentro de uma organização. Para efectuar a gestão de uma frota é necessário analisar e controlar os custos de utilização, manutenção e reparação de viaturas.

**Pedro Canhoto** - Ex-aluno ESGHT

**Marco Jesus** - Ex-aluno ESGHT

**Célia Ramos** - ESGHT

Este artigo é um resumo do trabalho desenvolvido na disciplina de projecto no âmbito da Licenciatura em Gestão Financeira na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo

## Introdução

Vivemos num mundo complexo de sistemas interactuantes. As organizações, enquanto expoente da manifestação desta realidade, são entidades nas quais a informação e os Sistemas de Informação (SI), assumem hoje um papel central como elementos essenciais à sua sobrevivência e desenvolvimento, num contexto de grande dinamismo e competitividade.

O conhecimento da realidade de uma organização é um importante pré-requisito para a construção de um SI, e é igualmente necessário ter uma percepção correcta não apenas do papel que a informação e as Tecnologias de Informação (TI) desempenham no presente, como também do papel que se espera que venham a desempenhar no futuro, de modo a que seja possível conhecer e construir sistemas realmente válidos.

## Sistemas de Informação e as Organizações

A sociedade encontra-se em

constante mutação devido à evolução acentuada das tecnologias, ao cenário da globalização com implicações culturais e económicas significativas, às novas relações geopolíticas e à crescente competitividade dos mercados.

Estamos perante a formação de uma conjuntura mundial cada vez mais pronunciada onde todos os dias surgem novas formas de complexidades, que implicam a obsolência em vários domínios da sociedade: pessoas, tecnologias, entre outras.

A globalização dos mercados, com a conseqüente intensificação da competitividade e o crescente nível de exigência, relativamente a produtos e serviços, levam a acreditar que num futuro próximo todos os aspectos da organização vão influenciar o seu posicionamento competitivo, muito particularmente a eficácia dos seus SI.

Segundo Zorrinho (1991), "Sistema de Informação é um conjunto organizado de procedimentos, que, quando executados, produzem informação para apoio à tomada de decisão e ao controlo das organizações".

Nas Organizações, os Sistemas de informação são a conjugação dos itens **Negócios, Tecnologias e Pessoas** em interacção dinâmica, de forma a reduzir a incerteza e apoiar a decisão, como apresentado na Figura 1.

Os Sistemas de Informação nas Organizações podem ser descritos como um conjunto de meios e procedimentos cuja finalidade é assegurar informação útil e necessária às diversas funções e níveis da organização e à sua envolvente externa.

## Planeamento do Sistema de Informação

Qualquer que seja a natureza do negócio ou a estrutura da organização, um sistema de informação para a gestão deve ser visto como um sistema constituído pela integração dos vários subsistemas e deve contemplar algumas características básicas (Rascão, 2001), tais como:

- Ser constituído por um conjunto de subsistemas ou módulos que recebem dados das transacções da organização;

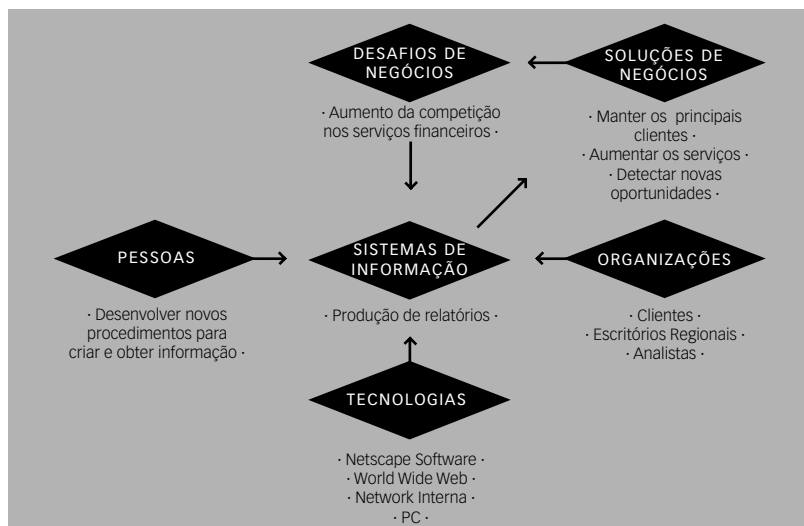


FIG. 1 Os Sistemas de Informação nas Organizações (adaptado de Laudon, 1998)

- Recolher, seleccionar, tratar e armazenar a informação interna e externa à organização;
- Dar suporte ao processo de tomada de decisão, através da interacção entre os diversos processos;
- Incorporar informação histórica e previewal, entre outros.

O desenvolvimento de um sistema de informação para a gestão de uma organização deve apresentar as características básicas apresentadas acima, sem ignorar que o seu principal objectivo é o de apoiar a tomada de decisão de forma a reduzir o insucesso da organização.

O sucesso de um sistema de informação para a gestão dependerá da qualidade do seu projecto, nomeadamente, a nível de planeamento, desenvolvimento, exploração e manutenção (Ramos, 2002). Cada uma das fases tem uma função específica e tem associado um conjunto de tarefas também específicas:

- Na fase de Planeamento, a inicial, é definido o âmbito do sistema de informação e os objectivos a atingir.
- Na fase de Desenvolvimento, são efectuados a análise, o desenho, a realização das funcionalidades e testes e validações do sistema.
- Na fase de Exploração, é efectuada a instalação do sistema de informação

no local a que se destina, são carregados os dados reais, é dada formação aos técnicos e aos utilizadores. O sistema entra em funcionamento no local de utilização e são efectuados os ajustes finais.

- Na fase de Manutenção, é dado apoio aos utilizadores, são efectuadas actualizações e correcção de anomalias que foram detectadas no sistema.

#### Âmbito do Sistema de Informação

Actualmente assiste-se a um mundo onde a informação "navega" a uma velocidade alucinante e onde é imprescindível que todas as pessoas estejam mais actualizadas, para que consigam acompanhar o desenvolvimento desenfreado do mundo.

A competitividade é a principal característica que uma empresa terá de analisar, para conseguir entrar no mercado e alcançar o seu posicionamento face aos seus principais concorrentes. A sua competitividade poderá ser alcançada através de vários factores, entre os quais o controlo de custos e, principalmente, o dos gastos com equipamento de transporte, considerado como custo variável e que na maioria dos casos, é pouco controlado pelos responsáveis das empresas, devido aos elevados custos

inerentes à recolha e tratamento de toda a informação necessária.

A informação solicitada pelos gestores para a tomada de decisões deverá estar ao seu dispor de forma rápida, actualizada e simples de consultar. Desta forma, é necessário que o gestor esteja munido de toda a informação relevante e apto a responder a qualquer questão com que seja confrontado.

Nos dias de hoje, com a tecnologia existente, é possível informatizar a maioria dos serviços de forma a responder às questões solicitadas, e mais propriamente no que se refere ao controlo de custos com viaturas que constituem a frota de qualquer empresa.

Uma "Gestão de Frota" compreende um conjunto de informações relacionadas com as viaturas de uma determinada empresa, através da qual se pode fazer o controlo pormenorizado dos custos da frota, com a recolha de informações importantes de forma rápida e eficiente.

#### Objectivos

O Sistema de Informação a desenvolver para efectuar a gestão de uma frota tem o objectivo de analisar e controlar os custos de utilização, manutenção e reparação, assim como a realização de uma gestão de avisos para tarefas rotineiras a ter com as viaturas.

O controlo de custos será efectuado através da abordagem pormenorizada de cada custo, tendo em conta a sua origem e valor, pelo que será necessário a especificação das suas características e dos custos a ter com as viaturas.

Por outro lado, a gestão de avisos é um instrumento de apoio ao utilizador da base de dados, facilitando a programação de tarefas rotineiras a ter com as viaturas através da emissão de "lembretes" para o ecrã, como por exemplo a data da inspecção periódica.

A estrutura das tabelas da base de dados pode ser dividida em duas par-

tes: a primeira inclui a descrição das viaturas assim como toda a informação necessária para as identificar e a segunda encarrega-se de descrever os custos relacionados com a utilização, manutenção e reparação das mesmas.

Desta forma, é necessário organizar a informação de modo a identificar cada viatura e todos os custos inerentes às mesmas, ou seja, informação referente a viaturas, departamentos, utilizadores de viaturas e suas funções, categoria de viaturas, empresas

tipos de reparações, identificação de oficinas, tipos de oficinas, condições de pagamento, combustíveis e tipos de combustíveis, seguros, identificação de seguradoras, coberturas, inspecções, centros e tipos de inspecção, tipos de dísticos e amortizações.

Num Sistema de Informação, a informação tem de ser armazenada, para que possa ser utilizada no futuro. Uma das formas de armazenamento por excelência são as bases de dados, que recorrem a um *software* específi-

Um SGBD é uma aplicação que controla a informação armazenada na base de dados, fornece o interface ou instrumento de interacção homem - máquina (IIHM) entre os dados armazenados e as aplicações. Estes sistemas permitem a manutenção da informação, consulta e localização rápida de informação quer para o ecrã quer para a impressora, bem como a realização de cálculos estatísticos, entre outros.

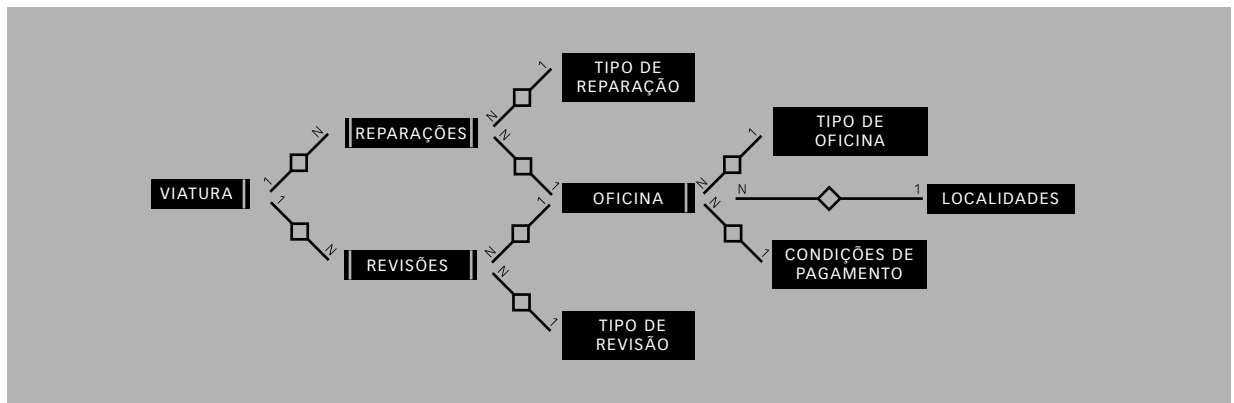


FIG. 2 Extracto do Modelo Entidade – Associação

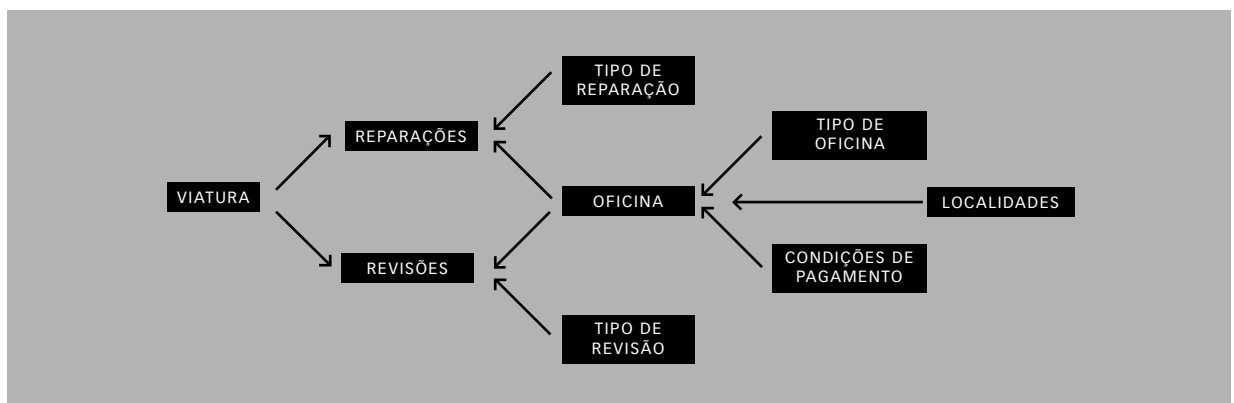


FIG. 3 Extracto do Diagrama de Base de Dados Relacional

fornecedoras, formas de aquisição, entre outros.

No que se refere ao controlo de custos, é necessário descrever os vários custos a que as viaturas estão sujeitas desde a sua existência até à sua manutenção e reparação, ou seja, referentes a revisões, identificação de tipos de revisões, reparações,

co, designado por Sistema de Gestão de Base de Dados (SGBD), o qual permite o acesso aos dados de forma consistente, esconde a complexidade das estruturas de armazenamento da informação e permite relacionar informação presente em diferentes bases de dados, entre outras funcionalidades.

**Concepção de um Sistema de Informação**

Após a fase de planeamento de um projecto para um sistema de informação, segue-se a fase de desenvolvimento onde é efectuada a análise, o desenho, a realização das funcionalidades, os testes e validações do sistema.

No presente ponto, apenas será abordada a parte da concepção, que inclui a análise e o desenho da fase de desenvolvimento do sistema de informação.

### Análise do Sistema

O desenvolvimento de um sistema de informação é iniciado pela fase de análise, a qual inclui a modelação dos dados referentes ao sistema, ou seja, recorrer a modelos apropriados que permitam efectuar uma organização adequada dos dados - Modelos de Dados.

O Modelo Entidade - Associação é um destes Modelos de Dados que procura criar uma simulação da realidade. Esta é vista como um conjunto de entidades, interagindo umas com as outras, através de um conjunto de associações ou relações de vários tipos.

Na análise do Modelo Entidade - Associação, as entidades são representadas por rectângulos, com o seu nome no interior, unidos entre si através de linhas com losangos a representar a associação. Por outro lado, uma entidade é obrigatória quando os seus elementos tiverem obrigatoriamente de participar na associação. Desta forma, uma entidade obrigatória é representada graficamente com uma linha colocada no lado do rectângulo com o qual se estabelece a relação (vide Figura 2).

O conceito de multiplicidade (Carricho, 1996) refere-se ao número de elementos de cada entidade que participa na associação, existindo três tipos: um elemento da entidade da esquerda associado a um elemento da entidade da direita e vice-versa (1:1), um elemento da entidade da esquerda associado a vários elementos da entidade da direita e um elemento da entidade da direita associado a vários elementos da entidade da esquerda (1:N), por último, um elemento da entidade da esquerda associado a vários elementos da entidade da direita asso-

ciado a vários elementos da entidade da esquerda (N:N).

Numa entidade, podem existir vários atributos identificadores. O atributo que normalmente é identificador, é designado por chave primária e esquematicamente é apresentado pelo nome a sublinhado ou por uma dupla elipse. No entanto, para facilitar a representação das entidades, utiliza-se a notação apresentada a seguir onde a entidade aparece com o nome em maiúsculas, e os seus atributos são apresentados dentro de parênteses, separados entre eles por vírgulas.

A seguir, serão apresentadas as entidades e os atributos associados ao extracto do Modelo Entidade - Associação acima apresentado:

- VIATURA (Viatura ID, Matrícula, Marca, Cor, Cilindrada, Portas, Lugares, Valor de Aquisição, Data de Aquisição, Estado, Data de Registo, Peso Bruto, Peso Líquido, Activo)
- REPARAÇÕES (Reparações ID, KMS, Valor, Data)
- TIPO DE REPARAÇÃO (Tipo de Reparação ID, Designação)
- REVISÕES (Revisões ID, KMS, Valor, Data)
- TIPO DE REVISÃO (Tipo de Revisão ID, Designação).
- OFICINA (Oficina ID, Designação, Contribuinte, Morada, Telefone, Fax, E-mail)
- TIPO DE OFICINA (Tipo de Oficina ID, Designação)
- LOCALIDADE (Localidade ID, Localidade, Cod Postal)
- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Condições de Pagamento ID, Designação)

### Desenho do Sistema

O desenho do sistema converte o modelo de dados obtido na fase de análise num modelo de dados, que pode ser utilizado por um SGBD, e que representa a forma como a informação será estruturada e armazenada.

A partir do Modelo Entidade - Associação é possível extrair as tabelas que integram o modelo da



Extracto do Diagrama de Transição de Estados FIG. 4

base de dados relacional. No entanto, o processo de criação de tabelas tem de levar em consideração os atributos das entidades, a obrigatoriedade e o tipo de associações estabelecidas (multiplicidade).

O modelo relacional é um modelo teórico (Carricho, 1996). Os sistemas de gestão de base de dados relacionais implementam esse modelo teórico em plataformas concretas de hardware e de software. Entre o modelo teórico e as implementações práticas verificam-se, por vezes, algumas diferenças. É o que acontece com o conceito de relação e a sua materialização através de uma tabela de um sistema de gestão de base de dados relacional.

A derivação do modelo entidade - associação para um modelo de base de dados relacional é efectuada de acordo com as regras seguintes (Carricho, 1996):

- Associações 1:1
- Quando as duas entidades são obrigatórias, dão origem a uma tabela

FIG. 5 Formulário para Inserir os dados das Viaturas

FIG. 6 Formulário para Visualizar os Custos por Período

para representar as duas entidades e a associação;

- Quando apenas uma das entidades é obrigatória, então terá de ser acrescentada a chave primária da tabela referente à entidade não obrigatória como chave estrangeira na tabela da entidade obrigatória;
- Quando nenhuma entidade é obrigatória, é necessário criar a terceira tabela para representar a associação.

• Associações 1:n

- Quando as duas entidades são obrigatórias, terá de ser acrescentada a chave primária da entidade do lado 1 na tabela do lado n (bastam duas tabelas);
- Quando apenas a entidade do lado 1 é obrigatória, então é conveniente criar a tabela da associação para evitar os valores nulos mas também poderá ser

acrescentado o atributo identificador do lado 1 no lado n;

- Quando apenas a entidade do lado n é obrigatória, então terá de ser acrescentado a chave primária da entidade do lado 1 na tabela do lado n;
- Quando nenhuma entidade é obrigatória, é conveniente criar a tabela da associação para evitar os valores nulos mas também poderá ser acrescentado o atributo identificador do lado 1 no lado n.

• Associações n:n

- Em qualquer situação é necessário criar a terceira para representar a associação.

Tendo em consideração o extracto do Modelo Entidade – Associação supra apresentado (vide Figura 2), e por aplicação das regras de derivação apresentadas, obtêm-se o Diagrama

de Base de Dados Relacional (vide Figura 3) e as seguintes tabelas: VIATURA (Viatura ID, Matrícula, Marca, Cor, Cilindrada, Portas, Lugares, Valor de Aquisição, Data de Aquisição, Estado, Data de Registo, Peso Bruto, Peso Líquido, Activo); REPARAÇÕES (Reparações ID, KMS, Data, Valor, **Tipo de Reparação ID**, **Oficina ID**, **Viatura ID**); TIPO DE REPARAÇÃO (Tipo de Reparação ID, Designação); REVISÕES (Revisões ID, KMS, Data, Valor, **Tipo de Revisão ID**, **Oficina ID**, **Viatura ID**); TIPO DE REVISÃO (Tipo de Revisão ID, Designação); OFICINA (Oficina ID, Designação, Contribuinte, Morada, **Localidade ID**, Telefone, Fax, E-mail, **Tipo de Oficina ID**, **Condições de Pagamento ID**); TIPO DE OFICINA (Tipo de Oficina ID, Designação); LOCALIDADE (Localidade ID, Localidade, Cod Postal); CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Condições de Pagamento ID, Designação).

A normalização é um processo que consiste em estruturar as tabelas e os atributos na forma mais adequada, com o objectivo de eliminar redundâncias desnecessárias e evitar problemas com a inserção, eliminação e actualização de dados.

A normalização que, inicialmente e como a própria definição do modelo relacional aponta, ficava-se apenas pela desagregação dos dados em domínios atômicos (1ª forma normal), sendo mais tarde completada por Codd (2ª e 3ª forma normal), quando este reconheceu a existência de algumas anomalias que poderiam surgir no decorrer da utilização de uma base de dados relacional “pouco normalizada” (Carriço, 1996).

Mais tarde, com base em outros contributos, surgiram outras formas normais (Boyce-Codd Normal Form, 4ª e 5ª formas normais), resolvendo problemas mais específicos e menos frequentes, aperfeiçoando ainda mais o esquema relacional resultante.

Contudo, na prática, os procedimentos de normalização consideram-se geralmente satisfatórios se as tabelas atingirem a terceira forma normal (3FN) (Carriço, 1996).

No presente SI o processo de normalização não altera as tabelas, pelo que após a análise através das três formas normais, as tabelas resultantes terão uma estrutura igual à apresentada após a derivação.

### Realização do Sistema de Informação

Após a concepção do Sistema de Informação, que inclui a fase de análise e desenho, é efectuada a fase de realização.

A realização do sistema de informação inclui a elaboração de todas as componentes e funcionalidades, nomeadamente, as que permitem a entrada de dados, saída de dados e os mecanismos apropriados para efectuar as transformações de dados em informação.

### Funcionalidades do Sistema de Informação

A aplicação "Gestão de Frota" tem a finalidade de gerir e controlar os custos das viaturas que compõem a frota de qualquer empresa. O controlo é efectuado em termos totais e unitários, através da imputação dos diversos gastos a cada departamento, viatura e utilizador, com a capacidade de guardar um histórico e automatizar o processo de forma a munir o agente decisor de informações relevantes que lhe permitam aumentar a sua capacidade competitiva, no processo de tomada de decisões.

O Sistema de Informação a desenvolver para estar adequado às necessidades inerentes a uma Gestão de Frota, tem de contemplar as seguintes funcionalidades:

- Actualização, inserção, eliminação de dados associados aos utilizadores, viaturas, oficinas, empresa fornece-

LISTAGEM DO TOTAL DE CUSTOS									
DEPARTAMENTO	VIATURA	UTILIZADOR	Combustível	Amortizações	Díscos	Inspecções	Reparações	Seguros	Revisões
<b>Administração</b>									
	4014UBJ	Marco Jesus	0,00 €	0,00 €	188,00 €	135,00 €	11.400,00 €	1.200,00 €	200,00 €
Soma	Administração		0,00 €	0,00 €	188,00 €	135,00 €	11.400,00 €	1.200,00 €	200,00 €
<b>Financeiro</b>									
	NN2525	Pedro Carhota	0,00 €	8.500,00 €	65,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	200,00 €
Soma	Financeiro		0,00 €	8.500,00 €	65,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	200,00 €
<b>Pessoal</b>									
	SA5544	José Vitorino	0,00 €	0,00 €	0,00 €	90,00 €	0,00 €	650,00 €	0,00 €
Soma	Pessoal		0,00 €	0,00 €	0,00 €	90,00 €	0,00 €	650,00 €	0,00 €
<b>Técnico</b>									
	NN2525	Pedro Carhota	0,00 €	3.600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	NN2525	José Vitorino	825,00 €	0,00 €	0,00 €	48,00 €	605,00 €	0,00 €	200,00 €
	SD1212	Mariana Almeida	0,00 €	0,00 €	50,00 €	90,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Soma	Técnico		825,00 €	3.600,00 €	50,00 €	138,00 €	605,00 €	0,00 €	200,00 €

sem-feira, 13 de Maio de

GF2002 - GESTAO DE FROTA

Relatório do Total de Custos por Período FIG. 7

The screenshot shows a software interface for fleet management. At the top, it displays 'VIATURA' as 'NN-25-25'. Below this, there are fields for 'DATA INICIO' (05-07-2002) and 'Nº DE KMS' (55300), and 'DATA FIM' (09-07-2002) and 'Nº DE KMS' (56100). A summary line indicates 'KMS PERCORRIDOS NO PERIODO' as 800 Km. The main part of the interface is a table with columns: 'DATA COMBUSTIVEL', 'VALOR COMBUSTIVEL', 'LITROS', and 'Consumo /Km'. The table contains five rows of data for the date 05-07-2002, each showing a value of 50,00 € and 50 Litros. A 'TOTAL' row at the bottom shows a total value of 825,00 €, 825 Litros, and a consumption rate of 1,03125 Litros/Km. The application logo 'GF Gestão de Frota' is visible in the top right corner.

Visualização dos Consumos de Combustíveis FIG. 8

dora, departamento dono, centros de inspecção, seguradoras e mediadores;

- Custos associados a cada departamento, viatura e utilizador, com descrição da Data, Tipo de Gasto, Matrícula, Quantidade e Valor a imputar;
- A criação de um historial de toda a informação relacionada com os custos, assim como, a informação constante nas restantes tabelas;
- A realização de estatísticas dos consumos de combustíveis por quilómetro e dos restantes custos;
- Listagens dos custos imputados a cada viatura entre datas;
- Listagens do total de custos entre datas.

### Elaboração dos componentes do Sistema de Informação

Na fase de realização, deve ser definido o comportamento da aplicação através de um diagrama de transição de estados, onde um rectângulo representa um estado e uma linha representa uma possível alteração de estado.

As principais entradas da aplicação são aquelas em que o utilizador necessita constantemente de inserir dados, como por exemplo nos seguintes formulários:

- Viaturas: Permite o registo de todos os dados associados a viaturas com todas as informações constantes no li-vrete da viatura, empresa fornecedora,

prazos de pagamento e o departamento dono (vide Figura 4).

- Utilizadores: Permite o registo dos dados referentes aos utilizadores, tais como, nome, n.º carta condução, data de emissão e validade (vide Figura 5).

As principais saídas da aplicação são aquelas em que se obtém a produção de um documento (vide Figura 6), ou seja, a emissão de um relatório que para o presente sistema são os seguintes:

- Listagem de custos por Departamento, Viatura e Utilizador.
- Listagem por tipo de custo.
- Listagem e cálculos dos consumos de combustível (vide Figura 8).
- Listagem detalhada de Kms percorridos por viatura.
- Listagem das inspeções mensais de viaturas.
- Listagem da informação das várias tabelas de manutenção da aplicação.
- Listagem de mapas estatísticos dos custos.
- Listagem do total de custos por período (vide Figura 7).

**Implantação do Sistema de Informação - Testes e Validação do Sistema de Informação**

Na fase de testes e de validação do desenvolvimento de um sistema

de informação, os analistas verificam se os objectivos dos sistema de informação foram atingidos, se não tem erros de realização ou de concepção, entre outros.

No caso de existir alguma falha, quer a nível de concretização de objectivos quer a nível de realização, o sistema de informação voltará a ser analisado, desenhado e serão realizadas as alterações. O desenvolvimento de um sistema de informação implica uma interacção entre as várias fases pois, por vezes, durante a realização são detectadas incorrecções ou melhoramentos a efectuar nos modelos de dados e, conseqüentemente, são efectuadas alterações nas componentes referente à solução informática.

**Conclusão**

Os analistas de Sistemas de Informação têm dificuldade em analisar a informação que circula dentro das organizações, perdendo-se muitas vezes com variáveis muito importantes, como estratégia, cultura, as relações de poder e muitas outras, relacionadas com a gestão.

Na concepção de um Sistema de Informação, é necessário o desenvolvimento do modelo de dados que representa o sistema, e a sua transformação

na estrutura a implementar no suporte informático, com o necessário apoio das Tecnologias de Informação.

Na realização do sistema é importante o estudo de todas as componentes e funcionalidades do sistema, nomeadamente, as que permitem a entrada e a saída de dados, assim como, os mecanismos apropriados para transformar os dados em informação importante na tomada de decisões.

De um modo geral, será importante para as organizações estarem preparadas para os tempos futuros, interagindo ideias entre os vários intervenientes na análise dos sistemas, abrindo caminhos a novas oportunidades, modernizando e aumentando a sua competitividade.

Para uma organização triunfar num ambiente competitivo caracterizado por um desenvolvimento constante a uma velocidade alucinante, é necessário dispor de sistemas de informação adequados às suas necessidades, constituindo este um elemento central e essencial na tomada de decisões para o seu desenvolvimento e evolução.

**Bibliografia**

CARRIÇO, J. A. (1996), *Desenho de Bases de Dados* – CTI – Centro de Tecnologias de Informação, Lisboa.

LAUDON, Kenneth C., LAUDON, Jane P. (1998), *Management Information Systems* – Fifth Edition – Prentice Hall International Inc.

RAMOS, C. (2002), *Sistemas de Informação nas Organizações*, ESGHT – Universidade do Algarve, Faro.

RASCÃO, José (2001), *Sistemas de Informação para as Organizações*, Edições Sílabo, Lisboa.

ZORRINHO, Carlos (1991), *Gestão da Informação*, Biblioteca de Gestão Moderna.



# O ALGARVE: A INTERPRETAÇÃO DO SEU PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

---

O património é parte da nossa cultura, daquilo que fomos, que evoluímos e para onde caminhamos. O turismo pretende fazer uso desse património, permitindo que os turistas possam desfrutar do mesmo. Para tal é preciso planear a sua preservação, conservação, reabilitação, *apresentação* e *interpretação*, que deverão considerar inúmeros factores e ser realizadas por técnicos especializados. Neste âmbito, procurou-se analisar dois sítios arqueológicos no Algarve, a informação prestada, os meios utilizados na *interpretação* e *apresentação* e averiguar se estão ou não correctamente adequados aos visitantes

**Alexandra Rodrigues Gonçalves (Coord.ª)** – ESGHT

**João Costa** – ex-aluno ESGHT

**Patrícia Martins** – ex-aluno ESGHT

## Introdução

---

O desenvolvimento económico e social do último século apresentou-se como o grande impulsionador da prática do turismo. A necessidade de lazer da sociedade do pós-guerra transformou o turismo numa importante “indústria”, a qual mobiliza pessoas e recursos em todo o mundo. Neste contexto, a cultura e o património surgem como elementos importantes na actividade turística, visto que diferenciam as sociedades e os locais, tornando-os atractivos.

No Algarve, a oferta turística tem os seus alicerces no produto “Sol e Praia”, onde os recursos culturais e patrimoniais da região têm permanecido num “quase esquecimento”. No entanto, nos últimos anos tem-se assistido a uma maior preocupação em reabilitar e preparar algum desse património para receber visitantes, sobretudo ao nível do património local sob alçada do Estado português.

Tendo em conta que o Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR desenvolve formas de mediação entre o património e o seu

público, através da criação de estruturas de acolhimento e *interpretação*, qualificando percursos de visita, instalando sinalética interpretativa, entre outros, entendeu-se que seria importante realizar uma investigação no âmbito do Património e Turismo Cultural, tendo como base, o património sob a alçada do IPPAR (tutela do Ministério da Cultura) e os seus Centros de Interpretação no Algarve, de forma a avaliar a situação actual destes mesmos centros.

Os objectos de estudo da investigação que está na base do presente artigo são as Ruínas de Milreu em Estoi e os Monumentos Megalíticos de Alcalar em Portimão (sob gestão do IPPAR) visto que no Algarve apenas estes possuem Centros de Interpretação.

Espera-se que as conclusões resultantes da investigação levada a cabo possam resultar numa maior tomada de consciência face às carências de adaptação dos Centros de Interpretação em relação às necessidades dos seus visitantes, na perspectiva de melhor corresponder às suas expectativas, e de obtenção de maior satisfação.

Assim sendo, procede-se seguidamente a uma breve contextualização teórica sobre a interpretação do património e turismo, apresentando-se de seguida os objectivos e metodologia estabelecidos para a investigação, para que num ponto três, se apresentem os resultados do estudo de caso desenvolvido. Na conclusão apontam-se algumas dificuldades inerentes à investigação levada a cabo, bem como recomendações para o futuro.

## A Interpretação do Património e o Turismo

---

O património está directamente relacionado com a cultura e o turismo cultural. Existem diversas componentes englobadas na definição de cultura, abrangendo todo o conjunto de actividades lúdicas (tal como poesia, música, artes plásticas, dança e teatro, entre outras) ou utilitárias, intelectuais e afectivas, que caracterizam determinada civilização (Saraiva, 1993). O património tem implícito o conceito de cultura, visto que é resultado de tendências, artes e outras características culturais. Por



sua vez, a cultura e o património enquanto recursos do destino, exercem uma atracção (de maior ou menor grau), que pode estar na origem de movimentos humanos que resultam naquilo que se designa por turismo cultural.

A cultura está directamente relacionada com o património visto que é a essência deste. Assim, o conceito de património implica na sua identidade, tudo aquilo que é próprio, característico e exclusivo de uma comunidade e inclui não apenas os vestígios tangíveis do passado, mas também os intangíveis, pelo que se pode considerar como património, todos os aspectos que marcaram e continuam a marcar a identidade de uma nação, região ou localidade (Herbert, 1989).

Por sua vez, a cultura apresenta-se como um motivo para viajar. O interesse em experimentar locais e actividades que representam de forma autêntica a história e povos do passado, transformou o Património em recurso turístico de forma a possibilitar a resposta a uma procura em crescimento (Gonçalves, 2002). Ao tornar-se num recurso turístico, o património necessita de ser explicado ao visitante. É neste contexto que surge a *interpretação*. Este conceito emerge com frequência quando se debate o papel e a natureza dos recursos patrimoniais/culturais.

Deste modo, quando se fala de *interpretação* do património, está-se a referir ao modo como a história, as tradições, os artefactos, a arte, entre outros, são apresentados, seja num museu ou numa atracção patrimonial. O conceito engloba também o grau de informação disponível, a sua natureza e a qualidade da mesma (Goulding, 1999). Partindo do princípio que a maioria dos visitantes chega ao local de visita com pouco conhecimento e compreensão do local, o objectivo base da *interpretação* deve ser aumentar a compreensão do património e encorajar a sua preservação.

Assim sendo, a *interpretação* pode

ser vista como um processo de construção e análise de diferentes formas de compreensão do património, e também como sendo a comunicação do significado e do valor do mesmo. Esta função comunicativa não pode ser separada do processo de dar significado e valor, o que envolve não só um conhecimento detalhado do Património por parte de quem o interpreta, como também das formas de interpretar, tendo sempre em conta a especificidade do recurso patrimonial (Alfrey, 1992), mas poucas vezes tendo em conta quem o está a visitar.

Relativamente às técnicas de *interpretação* utilizadas num local patrimonial, existem duas essenciais: a *interpretação* "cara-a-cara", em que existe um contacto directo entre aquele que providencia a *interpretação* e o visitante, tal como acontece nas visitas guiadas, encenações/peças de teatro, fóruns/discussões (esta técnica de *interpretação* pode ser adaptada às necessidades de cada grupo, assim como também existe a possibilidade de um *feedback* imediato aos técnicos, através das diferentes reacções); e a técnica impessoal, que engloba diversas práticas, tais como, a internet e as novas tecnologias, os meios audiovisuais, os panfletos e os painéis interpretativos, a sinalização, as visitas auto-guiadas, entre outras (esta técnica, apresenta em geral um custo muito reduzido por visitante; pode continuar a ser usada durante um longo período de tempo; a sua eficácia pode ser testada; podem ser referidos vários tópicos e os visitantes podem escolher os materiais que mais lhes interessam). Normalmente, estas técnicas surgem associadas na *interpretação* de um local, pelo que, se complementam (Graduate School of the Environment, 2003).

#### **Objectivos da investigação e metodologia utilizada**

.....

A investigação apresentada pressupõe a análise do funcionamento dos Centros de Interpretação sob a

alçada do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico no Algarve, nomeadamente as Ruínas de Milreu (em Estoi) e os Monumentos Megalíticos de Alcalar (em Portimão), numa perspectiva da sua adequação (ou não) às necessidades daqueles que as visitam.

Este processo iniciou-se com a recolha de informação secundária, ao que se seguiu a utilização de fontes primárias para maior obtenção de informação, pelo que se aplicaram inquéritos junto dos visitantes (amostra não aleatória por conveniência com um total de 59 inquiridos nas Ruínas de Milreu e 34 nos Monumentos Megalíticos de Alcalar), e entrevistas aos responsáveis pelos sítios em estudo.<sup>1</sup>

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, que encerra uma elevada componente exploratória, e que recorre a mais do que um método para a análise de dados, apresenta também uma variante quantitativa, aquando da análise dos dados dos inquéritos aplicados aos visitantes.<sup>2</sup>

Através da revisão bibliográfica efectuada, estabeleceu-se o problema de investigação, que tem por base a seguinte pergunta de partida:

*Os Centros de Interpretação do Património Arqueológico do Algarve, sob gestão do IPPAR, estão ou não adequados às necessidades dos seus visitantes?*

A partir da definição da questão de partida e da revisão bibliográfica, tornou-se possível determinar os objectivos da investigação (*vide* Figura 1). Pretende-se, deste modo, conhecer a *interpretação* dos Centros de Interpretação existentes no Algarve, avaliar o seu funcionamento, a sua monitorização e a sua adequação (ou não), ao visitante. Estes objectivos compreendem não só a perspectiva do visitante, mas também a do responsável pelo Centro de Interpretação.

Para além de uma breve análise dos resultados obtidos apresentam-se de seguida as conclusões decorrentes da investigação primária.

OBJECTIVOS GERAIS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
Avaliar a importância dos Centros de Interpretação do Património	Analisar as preocupações que levam à criação de Centros de Interpretação
Arqueológico	Conhecer os objectivos principais para a criação de Centros de Interpretação
Conhecer as formas de interpretação dos locais sob gestão do IPPAR no Algarve	Analisar as formas de apresentar a informação
	Identificar meios de divulgação/sinalização utilizados nos recursos Culturais em questão
	Analisar os impactos emergentes da Interpretação (relativamente ao respeito pela autenticidade e integridade do local)
Avaliar a monitorização e o funcionamento dos Centros de Interpretação	Conhecer e analisar as técnicas utilizadas pelos responsáveis para avaliar a Interpretação
Avaliar a importância da Interpretação na experiência do visitante	Conhecer as formas de Interpretação dos locais sob gestão do IPPAR no Algarve
	Realizar o estudo da adequação (ou não) da informação destinada aos diferentes públicos
Avaliar a importância da Interpretação na experiência do visitante	Concluir se a qualidade/quantidade da informação exposta esclarece o visitante sobre a história do local
	Avaliar se a Apresentação do Património corresponde às expectativas do visitante
	Conhecer as motivações do visitante

Objectivos do estudo (Fonte: elaboração própria)

FIG. 1

### Estudo de Caso: Os Centros de Interpretação do Património Arqueológico no Algarve – Milreu e Alcalar

A criação de um Centro de Acolhimento e Interpretação surge da necessidade de acolher os visitantes e de lhes disponibilizar a informação sobre o local que estão a visitar. Deste modo, deve possuir um conjunto de material informativo, que capacite o visitante a perceber o lugar e as sucessivas fases de transformação por que passou, encaminhando-o e preparando-o para a visita do local (Pereira, 2001).

Por outro lado, o Centro de *Interpretação* tem a “capacidade” de interagir com o visitante, ou seja, explica, procede a (ou oferece) uma interpretação, mas também regula e disciplina os fluxos de visita, associando-lhes uma componente científica, uma vez que estes centros deverão encontrar-se dotados de gabinete de trabalho, de um centro de documentação e de reservas (Pereira, 2001). Neste âmbito, o Centro de Interpretação também surge como uma forma de salvaguardar

o local, na medida em que se prepara o local para receber os visitantes de uma forma equilibrada, controlada e respeitando o seu espaço (*ibidem*).

A construção de Centros de Interpretação nas Ruínas de Milreu e nos Monumentos Megalíticos de Alcalar resultou de um programa específico, desenvolvido pelo IPPAR, em colaboração com o actual Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo – IFT, em articulação com autarquias e outras entidades públicas e privadas, nos “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve”. Este programa resultou “ (...) da necessidade de estabelecer condições para a salvaguarda e dinamização turístico/cultural dos sítios arqueológicos, através da investigação, preservação, valorização e divulgação, e criar infra-estruturas de acolhimento do público e de *interpretação* dos sítios seleccionados” (IPPAR, 2003: p.1).

#### Ruínas de Milreu

As ruínas da *Villa Romana* de Milreu que se encontram situadas junto a

Estoi, 9 km a Norte de Faro foram declaradas Monumento Nacional em 1932 (IPPAR, 2002). Neste local é possível observar um complexo edificado do século III, constituído por uma casa senhorial, de grandes dimensões, instalações agrícolas, balneário e um templo. Só nos inícios do século XVI o sítio de Milreu voltou a ser ocupado sobre os vestígios romanos, com a construção de uma casa de carácter rural.

O Centro de Acolhimento e Interpretação de Milreu apresenta-se como sendo um espaço que possibilita a entrada no recinto da estação arqueológica e onde se dá apoio ao visitante. Neste local estão disponíveis publicações e objectos de divulgação, fornecendo informação sobre a história do local. Também é possível aceder a um programa de computador sobre os “Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve”. Para além destes aspectos, o Centro serve também de apoio às equipas arqueológicas. Possui também uma ala destinada à *interpretação* do local, onde se encontram réplicas do espólio encontrado no local e uma maquete do templo (Reis, 2001).

### Monumentos Megalíticos de Alcalar

No III milénio, o território que hoje se situa a norte de Alvor, mais especificamente junto à localidade de Alcalar, no concelho de Portimão, era habitado por um povoado que se estendia por uma superfície de quase dez hectares. Em volta do povoado foram descobertas cerca de duas dezenas de templos funerários monumentais, os quais se supõe terem sido edificadas ao longo de várias gerações. Dos vários monumentos funerários, o visitante tem a possibilidade de visitar um templo funerário megalítico conhecido como Monumento 7. Este encontra-se situado do lado nascente da necrópole de Alcalar e foi construído em diversas fases, em meados do III milénio.

O Centro de Acolhimento e Interpretação de Alcalar está sediado numa edificação construída de raiz junto aos monumentos. É composto por um pequeno edifício, um circuito exterior e uma câmara megalítica (Monumento 7). O edifício é composto por uma recepção, um posto de vendas e ainda uma galeria destinada à apresentação da história do conjunto das ruínas megalíticas que constituem o núcleo histórico local (Morán, 2001).

Visto que o Centro não possui colecções próprias, apresentam-se painéis informativos, recorrendo a imagens e textos em dois idiomas (português e inglês) onde se explica a história do local. Também é possível observar mapas e fotografias aéreas, maquetas analíticas e um vídeo onde se apresentam as diferentes fases da exploração do Monumento 7.

### Análise crítica e propostas para o futuro

Com a realização deste estudo sobre as estações arqueológicas de Alcalar e Milreu, considerou-se fundamental incluir uma análise SWOT destes locais, que resulta por um lado da análise das entrevistas realizadas

aos seus responsáveis, dos questionários aplicados aos visitantes e da visita ao local. Por outro lado, da revisão de literatura e pesquisa bibliográfica efectuadas (resultados apresentados na Figura 2).

Através da análise dos questionários concluiu-se que a maioria dos inquiridos tinha entre 26-45 anos e maioritariamente da nacionalidade portuguesa (64,4% em Milreu e 44,1% em Alcalar), espanhola e inglesa. Verifica-se uma predominância de licenciados, sendo de destacar que 20,6% dos inquiridos são doutorados. Para a maioria dos visitantes (cerca de 80%), foi a primeira vez que visitaram o local, embora estes sejam frequentadores habituais de locais arqueológicos.

É de destacar que as principais motivações identificadas pelos visitantes são: o interesse por arqueologia e também a necessidade de períodos de lazer.

Já foram levadas a cabo algumas medidas com vista a revitalizar estes espaços arqueológicos, no entanto, existem ainda carências acentuadas no que concerne à sua interpretação e apresentação. Ainda que se possua um Centro de Acolhimento e Interpretação (elo fundamental de ligação entre o visitante e o local a visitar), não existe qualquer plano de interpretação (apontado como um instrumento fundamental na gestão de locais deste tipo).

Os objectivos que deveriam estar subjacentes à criação de Centros de Interpretação, não foram previamente definidos, e assim, a interpretação desenvolvida nos locais, não obedece a critérios pré-estabelecidos, mas estabelece-se, segundo transpareceu na investigação realizada, a partir dos conhecimentos que os responsáveis pelos locais possuem.

A promoção que actualmente se realiza é muito insuficiente. O recurso aos *mass media* e à *internet* é quase inexistente. Também a sinalização nas vias de acesso aos locais, apresenta falhas graves, sobretudo a sinalética direccional para chegar aos Monumen-

tos Megalíticos de Alcalar, o que pode ter resultado na redução acentuada de visitantes deste local para cerca de metade de 2001 para 2002. Assim, a sinalização/informação disponível, não motiva ou incentiva os visitantes a voltar ao local.

Embora os responsáveis pelos locais reconheçam a existência de impactes negativos emergentes do uso dos locais arqueológicos, e exista a preocupação com o uso inadequado dos recursos por parte dos visitantes, não se criaram (por exemplo) zonas de passagem que delimitem e restrinjam o contacto físico entre os visitantes e os monumentos. Por exemplo, em Milreu é possível (e verifica-se que já sucedeu), extrair partes dos mosaicos romanos.

Alguns teóricos destes domínios defendem que a interpretação do património apresenta uma visão parcial e não autêntica do património a visitar, mas Herbert (1989) vem defender que o património construído é, já por si, um garante de autenticidade, que depois de assegurada a sua conservação, importa utilizar algumas técnicas de Interpretação, sem que seja necessário correr o risco de distorcer ou acrescentar factos à verdadeira história do local. Aquela ideia é partilhada pelo nosso entrevistado – o Dr. Rui Parreira. Nesta perspectiva, considera-se que a autenticidade dos locais estudados pode ser mantida, já que se considera que os recursos utilizados na apresentação da informação são os mais adequados, em número suficiente e de acordo com as técnicas apresentadas em diferente bibliografia. Para além disso, vão ao encontro da preferência dos visitantes. Embora existam alguns projectos (como a abertura da Casa Rural em Milreu), a maioria dos visitantes considerou os recursos existentes como suficientes e os mais desejáveis.

Um dos problemas existentes é o reduzido período de funcionamento (9:30 – 12:30 e 14:00 – 18:00, que deveria durante a época de Verão ser alargado até às 20h), assim como a inexistência

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência dos Centros de Acolhimento e Interpretação <ul style="list-style-type: none"> <li>Riqueza dos vestígios arqueológicos</li> <li>Existência de facilidades para deficientes</li> </ul> </li> <li>Integridade dos vestígios arqueológicos e estado de conservação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiente sinalização <ul style="list-style-type: none"> <li>Deficientes cuidados de conservação</li> </ul> </li> <li>Informação pouco detalhada relativa à história dos locais <ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiente número de espólio exposto</li> <li>Inexistência de planos de interpretação</li> </ul> </li> <li>Fragilidade dos monumentos arqueológicos</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Inclusão nos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve <ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão e alçada do IPPAR</li> </ul> </li> <li>Localização numa região de grande fluxo turístico <ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento de Turismo Cultural</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Localizados em zonas rurais distantes da costa <ul style="list-style-type: none"> <li>Instabilidade política e económica</li> <li>Insuficientes esforços de promoção</li> </ul> </li> <li>Ausência de estudos regulares de satisfação do Turismo Cultural</li> <li>Falta de formação na área da interpretação e Apresentação do Património</li> </ul>

Análise SWOT (Fonte: elaboração própria) FIG. 2

de espaços com sombra ou de repouso para aqueles que visitam as ruínas. No entanto, regra geral os visitantes (97,1%) reconheceram que os serviços complementares funcionam correctamente e possibilitam uma boa recepção àqueles que os visitam sendo que as infra-estruturas são bem iluminadas e estão bem desenhadas, permitindo ainda o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Os órgãos de gestão destes locais não recorrem a qualquer técnica que permita avaliar o funcionamento destes sítios e a satisfação dos seus visitantes, apenas se verifica a existência de um livro de reclamações na recepção. Deste modo, e de forma a melhorar o atendimento e a qualidade da experiência proporcionada, deveria ter lugar o desenvolvimento de formas de avaliação da visita (questionário, por exemplo), assim como, uma abordagem mais regular dos visitantes por parte dos funcionários, por forma ao esclarecimento de eventuais dúvidas, a dar informações sobre futuros eventos, actividades na zona, possibilidade de realização de visitas guiadas, entre outras.

A informação disponibilizada em ambos os locais, embora considerada relevante pela maioria dos inquiridos, não é suficientemente detalhada e

conclui-se que a visita não possibilita uma boa inter-ligação entre os diferentes espaços e a sua história. Em Alcalar, 91,2% dos visitantes consideram-se esclarecidos, mas em Milreu esta percentagem desce para os 74,6%.

Sendo que a visita a estes locais é considerada pela maioria dos visitantes como sendo "Boa" (52,5% em Milreu e 47,1% em Alcalar), dever-se-ia realizar um estudo que pudesse definir quais os principais factores decisivos na motivação dos visitantes, e não apenas apostar na conservação dos sítios arqueológicos. Daqui, poder-se-ia passar à elaboração e implementação de um Plano de Interpretação nos locais em questão. Esse Plano de Interpretação partiria da definição de objectivos e dos meios para os atingir, contribuindo directamente para a conservação dos locais, mas também para a sua preparação e adequação aos visitantes, podendo integrar medidas como aumento de espólio exposto e, o estudo da sua apresentação e disposição.

### Conclusão

Os Centros de Interpretação do Património no Algarve, fazem parte de

um conjunto de medidas que resultam do esforço de diversas entidades, e que apresentam como objectivo melhorar a situação actual do património em geral, e do arqueológico em particular. Através destes, pode-se conseguir não só proteger mais eficazmente os monumentos, como também, proporcionar uma visita mais agradável e esclarecedora àqueles que visitam os sítios arqueológicos.

Sentiram-se algumas dificuldades durante a realização deste estudo, entre as quais, a demora na distribuição dos questionários e uma taxa de resposta relativamente reduzida (o que não permitiu recolher um elevado número de questionários). Também os reduzidos conhecimentos técnicos sobre a forma como os visitantes percebem a informação, a semiótica do local, assim como, outros conhecimentos de arqueologia mais aprofundados impossibilitaram a realização de um estudo mais apurado.

Os locais em estudo apresentam algumas limitações, que se identificaram a partir da análise dos questionários aos visitantes, das entrevistas aplicadas aos responsáveis pelos sítios e ainda de visitas realizadas aos locais. Numa breve análise na óptica do visitante, temos a destacar que a

divulgação dos sítios é insuficiente, em particular, no que diz respeito à sinalização que orienta o visitante dentro e fora dos locais em questão. Para além de ser insuficiente, não existe uma inter-relação entre os diferentes espaços e a história/contexto do local, o que dificulta a percepção de conjunto (o que se poderia ultrapassar por uma maior cooperação entre arqueólogos e historiadores).

Em Milreu e Alcalar, já que se verifica a dificuldade de orientação e a deficiente preservação dos monumentos, deveria ser posto em prática um plano que evitasse que os visitantes deambularem sobre os monumentos e, conseqüentemente, os danifiquem.

Embora os recursos existentes sejam suficientes, assim como, os serviços complementares, percebe-se que o período de funcionamento é demasiado reduzido. Um alargamento do horário praticado possibilitaria a visita a estes locais, por um maior número de visitantes, o que deverá ser encarado como uma oportunidade e não como uma ameaça, o que acontecerá se existir um correcto e eficaz planeamento dos locais patrimoniais.

O aumento do turismo cultural, implica que nos locais (e dependendo da sua especificidade e contexto), se estabeleça um conjunto de objectivos que se deverão atingir e avaliar continuamente. Assim, poder-se-á definir (se necessário) uma estratégia que seja mais eficaz e que leve a consecução dos objectivos.

Para responder à nossa questão inicial, conclui-se que os Centros de Interpretação do Património estão adequados às necessidades dos seus visitantes, no entanto, algumas medidas poderiam aumentar a sua adequação, entre as quais, a criação de um plano de interpretação, por forma a servir de suporte à tomada de decisões.

Para além do plano de interpretação deveria ser realizado um estudo que indicasse o perfil do turista cultural que visita o Algarve e os sítios arqueológicos (as suas motivações e necessidades).

De forma a melhorar a sinalização de acesso aos locais, seria positivo a existência de uma maior e melhor cooperação entre o Instituto de Estradas de Portugal, o ICEP e o IPPAR. Também uma promoção mais inten-

siva no exterior do nosso património cultural, que dê a devida importância a esta riqueza única dos povos, tão fundamental para a nossa identidade, deveria ser objecto de reanálise pelos organismos com competências na área da promoção turística.

Conclui-se por fim que os Centros de Interpretação são um primeiro passo daquela que se espera que seja uma grande caminhada na valorização do património cultural no Algarve e para que este seja um complemento de qualidade ao *turismo de sol e praia*.

.....  
**1** Arq. Teresa Pimpão – Directora da delegação regional de Faro do IPPAR e Dr. Rui Parreira- Director da Estação Arqueológica de Alcalar e da Fortaleza de Sagres.

**2** Para a codificação e tratamento dos dados obtidos através dos questionários utilizou-se o programa informático SPSS (Statistics Package for Social Sciences).

## Referências Bibliográficas

- ALFREY, J., PUTNAM, T. (1992), *The Industrial Heritage, Managing Resources and Uses*, Routledge, London.
- GONÇALVES, A. (2001), *A componente Cultural do Turismo Urbano como Oferta Complementar ao Produto Sol e Praia*, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve (tese de Mestrado).
- GOULDING, C. (1999), "Interpretation and Presentation", in LEASK, Anna and YEOMAN, Ian (ed.), *Heritage Visitor Attractions. An Operations Management Perspective*, Cassel, New York.
- HERBERT, D. (1989), "Leisure Trends and the Heritage Market", in HERBERT, D.T; PRENTICE, R.C e THOMAS, C.J (ed.) *Heritage Sites: Strategies for Marketing and Development*, Aldershot, Averbury, pp. 1-14.
- MORÁN, E; PARREIRA, R. (2001), "Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem Cultural do III milénio a.C.", in IPPAR (ed.) *Estudo/Património*, nº1, Lisboa.
- PEREIRA, P. (2001), "Lugares de passagem e o resgate do tempo", in IPPAR (ed.) *Estudo/Património*, nº1, Lisboa.
- REIS, D (2001), "Centro de Acolhimento e Interpretação de Milreu", in IPPAR (ed.) *Estudos/Património*, nº1, Lisboa.
- SARAIVA, A. (1993), *O que é Cultura*, Difusão Cultural, Lisboa, p.11.

## Endereços electrónicos

- GRADUATE SCHOOL OF THE ENVIRONMENT (2003), "Site-based Interpretation Techniques"  
 [Online] Available: <http://www.gse.mq.edu.au/units/epg918/99weeks.htm>; 17 de Janeiro 2003.
- IPPAR (2003), "Monumentos e Sítios Arqueológicos sob gestão do IPPAR em Portugal"  
 [Online] Available: <http://www.ippar.pt>; 20 de Agosto 2003.

# EURO 2004 IMPACTO SOBRE O TURISMO REGIONAL - ALGARVE

---

O presente artigo insere-se no estudo "Avaliação do Impacto da Realização em Portugal da Fase Final do Campeonato Europeu de Futebol 2004" elaborado para a Sociedade Portugal 2004, através de um consórcio de Universidades coordenado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão<sup>1</sup>. Os dados que agora se apresentam, da responsabilidade da Universidade do Algarve, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) dizem respeito ao ponto relativo ao impacto sobre o turismo regional no caso o Algarve. Procura-se contribuir para um conhecimento económico mais detalhado do impacto do Euro 2004 sobre a economia do turismo no Algarve (isolando-o das grandes tendências), tomando como *proxy* do turismo o comportamento da hotelaria durante este período.

**Fernando Perna** – ESGHT

**Fernanda Matias** – ESGHT

**Maria João Custódio** – ESGHT

**Alexandre Domingues** – CCDRA

## Introdução

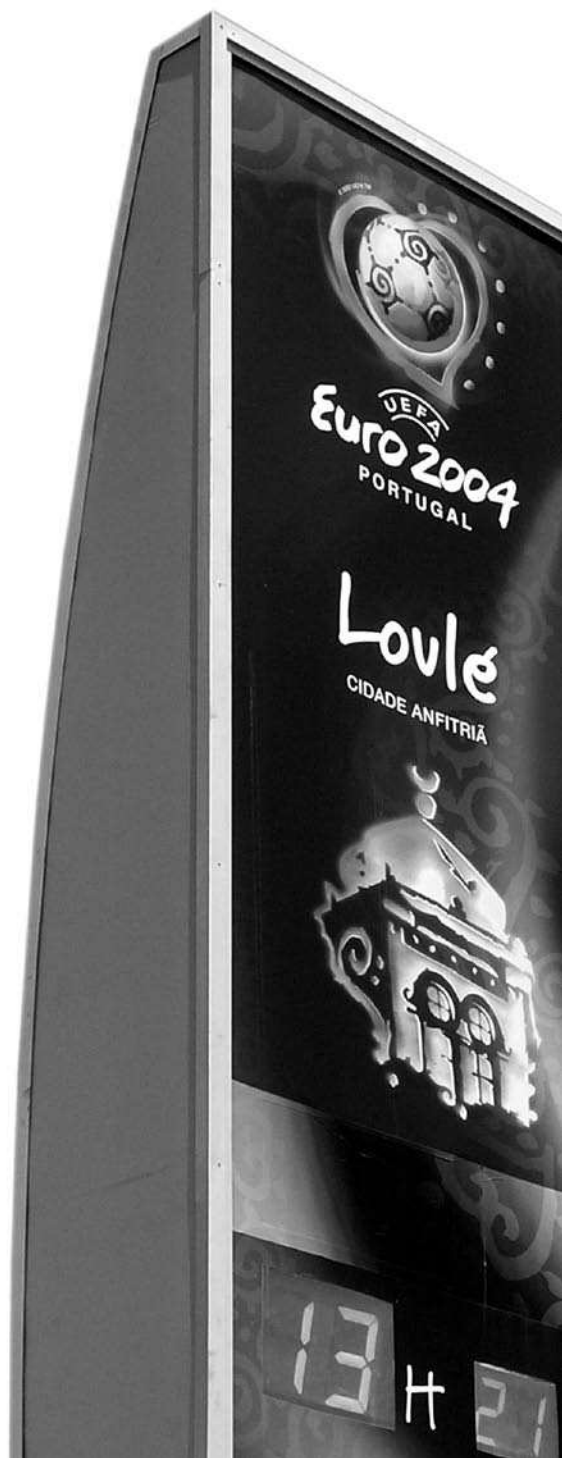
---

A importância dos mega-eventos na prospecção dos lugares pode cumprir uma função relevante para ampliar ou corrigir a imagem de um destino turístico, já que não apenas oferece uma oportunidade de incrementar a notoriedade do destino turístico mas também porque, em muitas ocasiões, quando se programam mega-eventos, efectuam-se fortes investimentos públicos e privados em nas infraestruturas gerais, com a consequente melhoria dos serviços e imagem. No caso do Euro 2004 no Algarve há, de facto, um investimento em infraestruturas desportivas e a antecipação de um conjunto de acessibilidades apenas vistas para prazos posteriores.

Um exemplo deste efeito foi registado na celebração dos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992. Este constituiu um claro exemplo de projecção internacional desta cidade, ao nível de novas infraestruturas, investimento di-

recto e indirecto, intercâmbio de *know how*, entre outros, dando lugar a um importante incremento da notoriedade da marca, que ficou posicionada como uma cidade orientada para o futuro, com dinamismo, talento e capacidade organizativa (Alvarez del Blanco, 1993). Em mega-eventos como Jogos Olímpicos ou Campeonatos Mundiais e Europeus de Futebol, entre outros, a quantificação dos seus impactos deve ter em atenção que o efeito económico imediato tem, na concretização da notoriedade sustentável a médio e longo prazo, um posterior resultado de forçoso acompanhamento. Esta perspectiva é expressa por Pyo et al. (1988) citado em Linda (2004: 15):

*The short term objective of the tourism during the Olympic Games is to attract a large number of tourists to offset part of the financial burdens of the host city's tax payers. The long term goal should be to upgrade the popularity of the host city as a desirable tourist destination (...) Above all, the*



*Olympic Games should be recognized as an investment for the future and image building event rather than a profit generating opportunity.*

Conscientes desta futura necessidade, a avaliação agora efectuada visa o conhecimento da base do processo, isto é, determinar os efeitos sobre o sector do turismo no período do evento.

A metodologia utilizada obedece a três etapas de avaliação. Uma inicial de ordem física baseada na quantificação do número de dormidas e hóspedes em estabelecimentos de alojamento

classificado durante o mês de Junho (efectuaram-se jogos no Estádio do Algarve nos dias 12, 20 e 26 de Junho). Esta inclui a comparação de Junho face a mês homólogo de 2002 e 2003, bem como a sua inserção na tendência do próprio ano 2004, no período compreendido entre Maio a Agosto.

Segue-se uma segunda fase onde se concretiza a aproximação económica, através da análise dos proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento classificado no Algarve, durante o período em causa, tendo novamente em atenção a comparação face a

meses/anos precedentes e a tendência do próprio ano.

Finalmente, entrar-se-á na terceira e última etapa, com a sistematização do efeito líquido do Euro 2004, isto é, a estimativa do impacto deste evento sobre a variação líquida da procura de dormidas e valor de proveitos do alojamento no Algarve, confrontando cenários com e sem Euro 2004. Procura-se assim contribuir para um conhecimento económico mais detalhado do impacto imediato do Euro 2004 sobre a economia do turismo no Algarve (estabelecendo a análise do

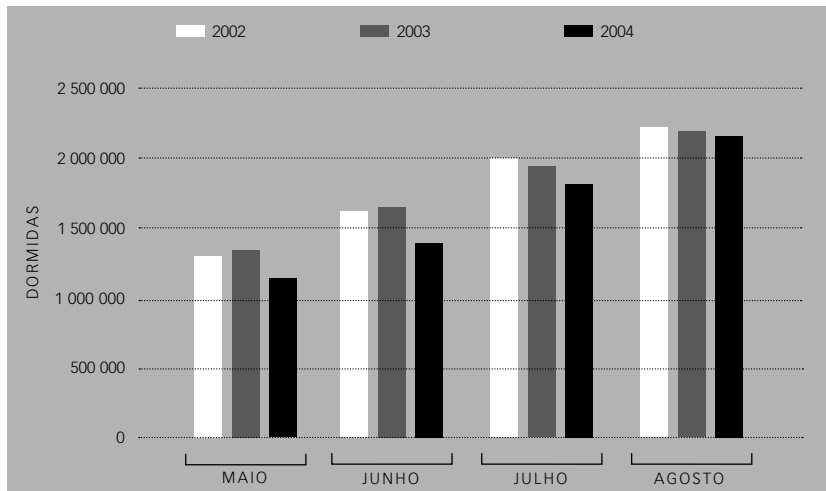
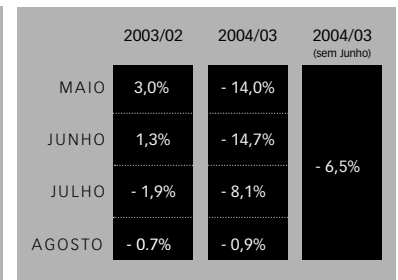


FIG. 1 Variação homóloga mensal do número de dormidas Maio a Agosto / 2002 a 2004 (Fonte: INE-Portugal, dados trabalhados pela Universidade do Algarve)



Taxa de variação homóloga mensal do número de dormidas

FIG. 2

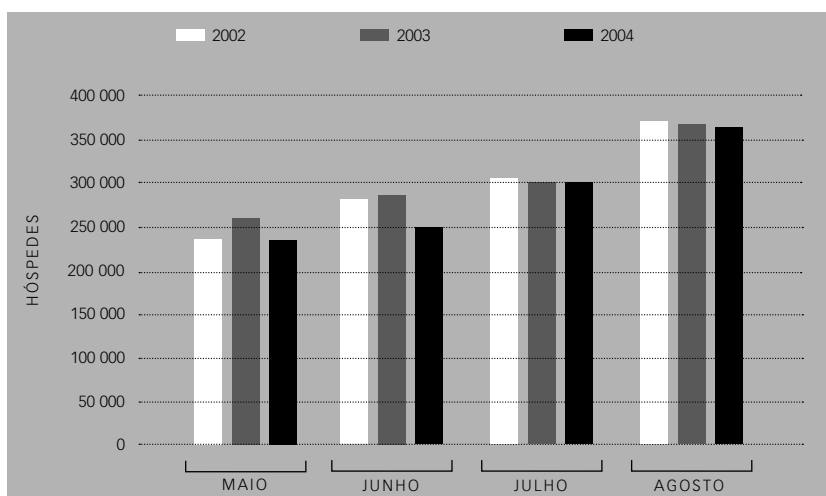


FIG. 3 Variação homóloga mensal do número de hóspedes Maio a Agosto / 2002 a 2004 (Fonte: INE-Portugal, dados trabalhados pela Universidade do Algarve)



Variação mensal homóloga do número de hóspedes

FIG. 4

evento líquido das grandes tendências), tomando como *proxy* do turismo o comportamento da hotelaria durante este período.

Todos os dados de base utilizados nesta análise têm por fonte o Instituto Nacional de Estatística (INE) – Portugal, sendo considerados pelo INE como provisórios para os meses de Julho e Agosto de 2004. Os cálculos efectuados e respectiva metodologia são da responsabilidade da equipa de investigadores da Universidade do Algarve / Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo.

### Comportamento físico da procura

O estudo do comportamento físico da procura reside na quantificação do número de dormidas e hóspedes no período em causa, incluindo o respectivo confronto das variáveis em meses homólogos anteriores e na tendência do próprio ano de 2004. Pela especificidade dos mercados e do evento, especial destaque é dado à análise do comportamento por país de residência.

O primeiro passo desta sequência consiste na observação do comportamento das dormidas, onde de imediato ressalta que, entre Maio e Julho de 2004, se verifica um número de dormidas inferior aos meses homólogos dos

dois anos imediatamente anteriores.

De facto, o mês de Junho de 2004 regista uma quebra de 14,7% no número total de dormidas face a Junho de 2003, sendo de salientar que esta quebra não está isolada, insere-se num processo de desaceleração do sector em 2004. Em todos os meses de 2004 em análise, verifica-se um recuo do número de dormidas, que decresce à medida que nos aproximamos do pico da época alta de veraneio.

Quanto ao número de hóspedes que materializa este conjunto de dormidas, a sua evolução no período em causa traduz um comportamento aproximadamente idêntico, penalizando sobretudo os meses de Maio e Junho de 2004 face a meses homólogos dos anos anteriores.

A redução do número de hóspedes é um facto, embora num ritmo ligeiramente inferior ao número de dormidas. O Algarve mantém a estada média num valor próximo das 5,7 noites por turista.

É importante realçar que a redução do número de hóspedes não é exclusiva do mês de Junho de 2004 (embora mais acentuada), mas insere-se numa tendência de diminuição da própria actividade ao longo do segundo trimestre de 2004.

Da conjugação das duas variáveis anteriores resulta que a diminuição

dos níveis de taxa de ocupação/cama no mês do Euro 2004 no Algarve é também um facto, conforme se observa na FIG. 5, embora a um ritmo inferior às duas variáveis dormidas e hóspedes.

A taxa de ocupação/cama em Junho de 2004 diminuiu 8,7 pontos percentuais relativamente a Junho de 2003, acentuando as dificuldades do sector no preenchimento físico da oferta instalada de aproximadamente 95.600 camas classificadas.

Trata-se de uma constatação significativa a ter em atenção, não só na relação procura/oferta de alojamento classificado na estratégia de desenvolvimento turístico da região, mas também nas relações que a hotelaria estabelece com a recepção deste tipo de eventos em particular.

Segundo dados do INE para o Algarve, regista-se uma perda de 242.464 dormidas e de 35.745 hóspedes no mês de Junho, face a mês homólogo do ano anterior. Esta situação deve ser objecto de análise mais detalhada, nomeadamente através do conhecimento dos principais mercados envolvidos neste processo de perdas e ganhos. Neste sentido, procede-se à comparação das variações das dormidas por país de residência dos turistas dos principais mercados, tal como exposto

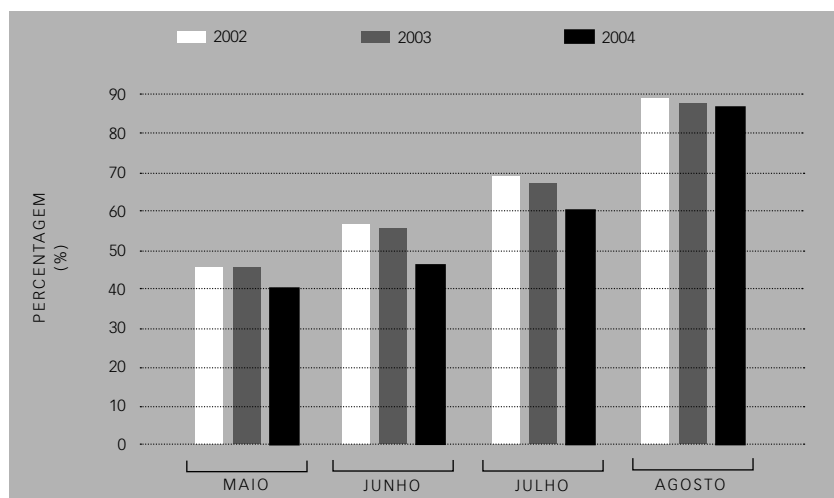


FIG. 5 Variação homóloga mensal da taxa de ocupação/cama Maio a Agosto / 2002 a 2004 (Fonte: INE-Portugal, dados trabalhados pela Universidade do Algarve)

	2003/02	2004/03
MAIO	- 0,2%	- 6,1%
JUNHO	- 0,4%	- 8,7%
JULHO	- 2,3%	- 5,7%
AGOSTO	- 1,4%	- 1,9%

Variação mensal homóloga da taxa de ocupação FIG. 6



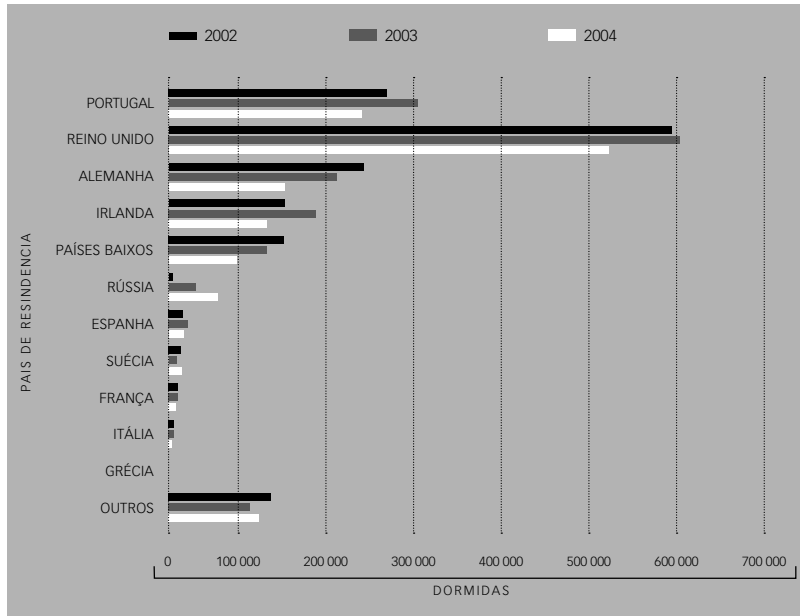


FIG. 7 Variação homóloga mensal do número de dormidas por país de residência: Maio a Agosto / 2002 a 2004 (Fonte: INE-Portugal, dados trabalhados pela Universidade do Algarve)

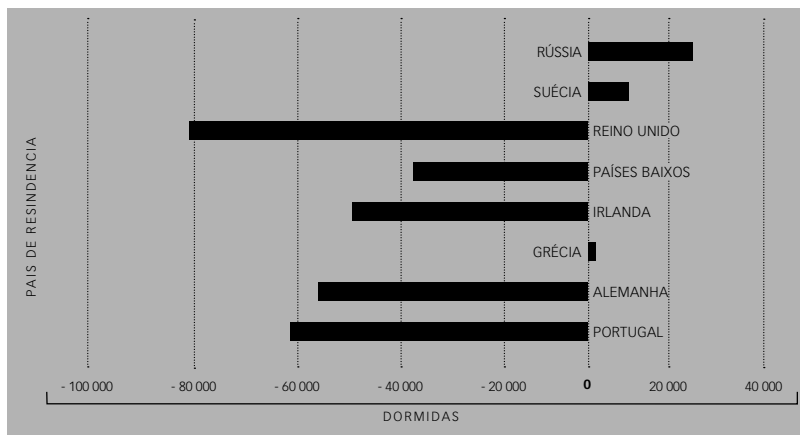


FIG. 8 Variação do número de dormidas por país de residência Junho 2004 – Junho 2003 (Fonte: INE-Portugal, dados trabalhados pela Universidade do Algarve)

no Figura 7.

Verifica-se que no mês de Junho de 2004 as principais quebras acontecem em mercados estruturais da procura turística no Algarve, como o Reino Unido, Portugal, Alemanha, Países Baixos e República da Irlanda. No último caso trata-se de uma selecção não presente na fase final do Euro 2004 e que invertiu uma tendência de crescimento da procura no Algarve neste mês (tal como Portugal e ligeiramente o Reino Unido).

Nos restantes países com destaque em termos de procura de alojamento classificado (Holanda e Alemanha), o mês Euro 2004 não possibilitou um “amortecimento” das tendências de redução observadas no confronto entre Junho de 2003 e Junho de 2002. Assinala-se que inclusivamente a Holanda jogou no Estádio do Algarve a sua partida referente aos quartos-de-final contra a Suécia (26/Junho), com a ressalva desta localização não ser previamente conhecida por estar dependente dos

resultados da fase de grupos.

Evolução oposta verifica-se em mercados tradicionalmente não relevantes na composição da procura turística no Algarve, com destaque para o crescimento em Junho de 2004 das dormidas de residentes na Rússia, Suécia e Grécia, todos estes países com jogos no Algarve<sup>2</sup>.

No seu todo e no contexto específico do mês do evento, a evolução negativa dos mercados tradicionais não é compensada pelo crescimento das novas procuras associadas às selecções que jogaram no Algarve.

Importa, no entanto, verificar se as acções de promoção do Algarve no exterior contemplam o esforço de transformação e consolidação destas novas procuras em novos mercados, rendibilizando um esforço promocional do país e da região inegavelmente associado ao bom desempenho organizacional e imagem externa de Portugal e do Algarve durante o período do Euro 2004. Neste contexto, a presença promocional do Algarve através da Associação de Turismo do Algarve (ATA) na mais importante feira de turismo do leste europeu – a MITT – em Moscovo de 24 a 27 de Março, revela uma aposta a prazo que importa não perder. Também é de assinalar a presença em Gotemburgo na TUR2004, a maior e mais relevante feira de turismo do mercado escandinavo. Estas presenças, bem com a realização de visitas educacionais de imprensa destes países ao Algarve, são iniciativas a repetir em anos futuros, de acordo com o Plano de Actividades da ATA.

#### **Análise económica da oferta**

Concretizada a análise física do comportamento da procura, procede-se em seguida à observação do comportamento da variável proveitos totais (gerados pelo alojamento classificado no Algarve).

Observando os proveitos totais associados aos aposentos e conjunto de serviços prestados nos estabeleci-

mentos de alojamento, verifica-se que Junho de 2004, sem inverter a tendência generalizada de perda patente nas variáveis físicas, apura uma redução relativamente menos acentuada do que a ocorrida no mês imediatamente anterior.

Sendo a quebra dos proveitos totais de “apenas” 3,5% e dado que a diminuição relativa de dormidas é, como já referido, mais acentuada com 14,7% (FIG. 2), resulta que o proveito total médio por dormida é francamente mais favorável em Junho de 2004 do que em Junho de 2003, tal como

expresso na Figura 11.

De facto, o proveito total médio por dormida atinge o valor de 35,78 euros em Junho de 2004, face por exemplo a 31,64 euros em mês homólogo do ano anterior. O nível de preços associado a este proveito é claramente superior ao “normalmente” praticado no mês de Junho.

Por conseguinte, no alojamento classificado, embora com menos unidades físicas vendidas (dormidas), o proveito gerado no estabelecimento por cada dormida regista em Junho de 2004 um crescimento significativo,

inclusive acima da média do ano onde se insere.

### Avaliação do impacto evento face a cenário sem EURO 2004

Nesta linha de análise, segue-se a comparação entre o proveito total verificado em Junho de 2004, e a sua simulação para este mês e ano, num cenário onde a tendência de evolução das dormidas e proveitos assumiria a tendência dos meses contíguos sem Euro 2004 (Maio, Julho e Agosto).

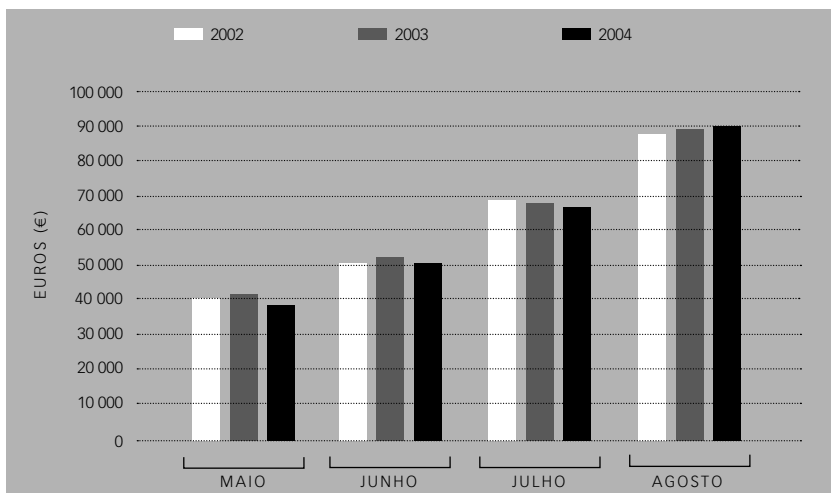


FIG. 9 Variação homóloga mensal dos proveitos totais (103 euros) Maio a Agosto / 2002 a 2004 (Fonte: INE-Portugal, dados trabalhados pela Universidade do Algarve)

	2003/02	2004/03
MAIO	4%	- 11,2%
JUNHO	3%	- 3,5%
JULHO	- 1%	- 2,7%
AGOSTO	- 2%	0,7%

Variação mensal homóloga dos proveitos totais FIG. 10

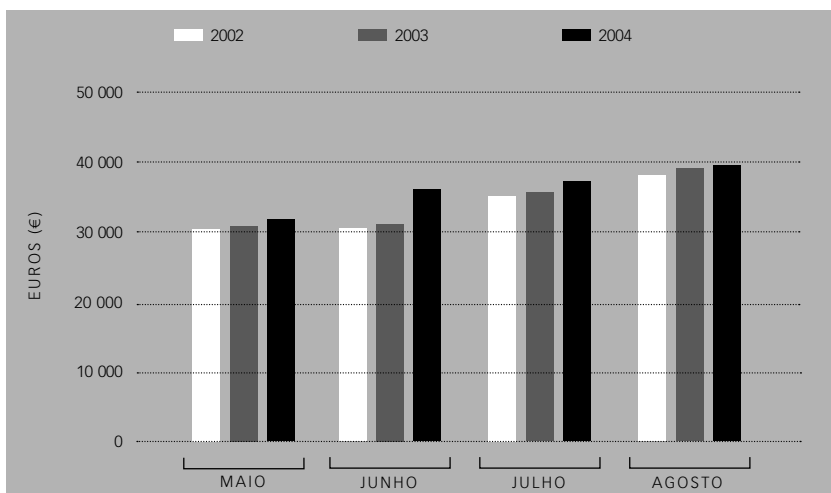


FIG. 11 Variação homóloga mensal do proveito total médio por dormida (euros): Maio a Agosto / 2002 a 2004 (Fonte: INE-Portugal, dados trabalhados pela Universidade do Algarve)

	2003/02	2004/03	2004/03 (sem Junho)
MAIO	1,3%	3,2%	
JUNHO	1,6%	13,1%	
JULHO	1,1%	5,8%	
AGOSTO	3,1%	1,6%	3,5%

Variação mensal homóloga do proveito total médio por dormida FIG. 12

CENÁRIO REAL COM EURO 2004			CENÁRIO ESTIMADO SEM EURO 2004		
JUN-03	JUN-04	JUN-04/ JUN-03	JUN-03	JUN-04	JUN-04/ JUN-03
1 651 162	1 408 689	-14,70%	1 651 162	1 543 837	-6,50%
31,64	35,78	13,10%	31,64	32,75	3,50%

FIG. 13 Comparação de cenários para Junho de 2004 com e sem Euro 2004

A metodologia de análise e quantificação é a seguinte:

**Fase 1**

- a) As dormidas de Junho de 2003 para Junho de 2004 verificaram uma redução de 242.464 noites, isto é menos 14,7%. No seu todo, o agregado formado pelos meses de Maio, Julho e Agosto verificaram para o mesmo período uma redução de 6,5% (Fig 2);
- b) Assumindo que num cenário sem Euro 2004, a redução do número de dormidas seguiria a média da tendência dos meses não Euro, ter-se-ia registado um decréscimo de 6,5%. Consequentemente, Junho de 2004 não teria uma perda de 242.464 noites, mas de 107.325 noites (1.651.162 noites Jun03 x - 6,5%). O número de noites vendidas em Junho de 2004 sem Euro seria de 1.543.837;
- c) Aplicando o mesmo raciocínio sobre o proveito total médio por dormida, um cenário sem Euro 2004 teria como estimativa do crescimento desta variável para Junho de 2004, não os verificados 13,1% mas uma variação de apenas 3,5%, dado ser esta a variação média registada nos meses mais próximos. Consequentemente, estima-se que Junho de 2004 sem Euro 2004 não teria um valor médio de proveito total por dormida de 35,78 euros mas sim de 32,75 euros (31,64 euros Jun03 x 1,035)

Consequentemente, estima-se que Junho de 2004 sem Euro 2004 não teria um valor médio de proveito total por dormida de 35,78 euros mas sim de 32,75 euros (31,64 euros Jun03 x 1,035)

**Fase 2**

- a) As 1.408.162 noites efectivamente vendidas em Junho de 2004, geraram um proveito total médio por dormida de 35,78 euros, daqui resultando o verificado proveito total para o alojamento de 50.384.036 euros durante este mês;
- b) No cenário sem Euro 2004 não se teria vendido esse número de dormidas, mas as estimadas 1.543.837, as

quais proporcionariam um proveito total médio por dormida de 32,75 euros, logo um proveito total na região de aproximadamente 50.560.661 euros durante este mês;

c) Confrontando os valores obtidos nas duas últimas alíneas, determina-se que o efeito económico líquido na região (em termos de proveitos do alojamento classificado) na variação de 2003 para 2004 é praticamente nulo, apresentando uma diferença de 176.625 euros, isto é, -0,3%.

Por conseguinte, é pertinente apontar que o UEFA EURO 2004 acontece num momento de retracção da evolução da procura turística no Algarve, ressentindo-se desse facto, mas também não foi capaz de por si inverter essa tendência generalizada de desaceleração no primeiro e segundo semestre de 2004. Em termos físicos o retrocesso é significativo. No entanto, quanto analisado o respectivo impacto económico sobre o alojamento, conclui-se que a rentabilidade *per capita* das dormidas foi superior, fruto do acréscimo de preços praticados no alojamento durante este período.

Ao assumir-se os proveitos por dormida como *proxy* do preço do alojamento, verifica-se que a procura de alojamento no Algarve revela entre Junho de 2003 e Junho de 2004 uma elasticidade significativa face ao preço, de |-1,12|, logo reagindo inversa e mais do que proporcionalmente aos acréscimos praticados nos preços da hotelaria.

$$\lambda_p = \frac{\Delta dormidas}{\Delta preço} = \frac{-14,7\%}{13,1\%} = |-1,12|$$

**Conclusão**

As expectativas geradas pelo Euro

2004 no alojamento não terão sido correspondidas. A relação causa-consequência entre uma previsão de forte acréscimo de procura e a sua posterior não concretização, leva a concluir que apesar das perdas terem de facto sido minimizadas em termos económicos no alojamento, o Algarve não conseguiu captar e interiorizar o conjunto de possíveis ganhos a curto prazo associados ao evento. O facto de ser um destino turístico familiar consolidado no sol e mar, pode eventualmente, justificar este menor efeito, ao invés do registado noutras regiões como em Lisboa e no Norte, cujo pendur turístico é marcadamente mais urbano e situadas numa fase do ciclo de vida ainda aquém da maturidade.

No entanto, serão de assinalar e monitorizar os ganhos a médio e longo prazo, quer pela utilização do equipamento desportivo e recreativo instalado na região e motivador de novas valências e centralidades, quer pelos inegáveis ganhos de imagem da região que a capacidade organizativa e de acolhimento dos adeptos soube transmitir ao longo da fase de grupos e quartos-de-final do UEFA EURO 2004 no Algarve.

1 A coordenação global do estudo é assegurada pelo Prof. Doutor Victor Martins. O consórcio de universidades envolvidas integra o Instituto Superior de Economia e Gestão, a Universidade do Minho, a Universidade Católica - Porto, a Universidade do Algarve e o Instituto de Estudos Regionais e Urbanos de Coimbra.

2 Note-se que a Rússia disputou na região dois dos seus jogos da fase de grupos (12/Junho e 20/Junho), a Suécia o jogo dos quartos-de-final (26/Junho) e a Grécia, tendo jogado no Algarve a 20/Junho com a Rússia, permaneceu em Portugal até ao jogo da final a 4 de Julho.

## Referências bibliográficas

---

ÁLVAREZ del Blanco, R.C. (1993), «Marketing de Ciudades: La candidatura de Barcelona como Sede Olímpica» in *Harvard Deusto Business Review*, nº 57, pp. 59-67.

BUHALIS, D. (2000), «Marketing the Competitive Destination of the Future» in *Tourism Management*, nº 21, pp. 97-116.

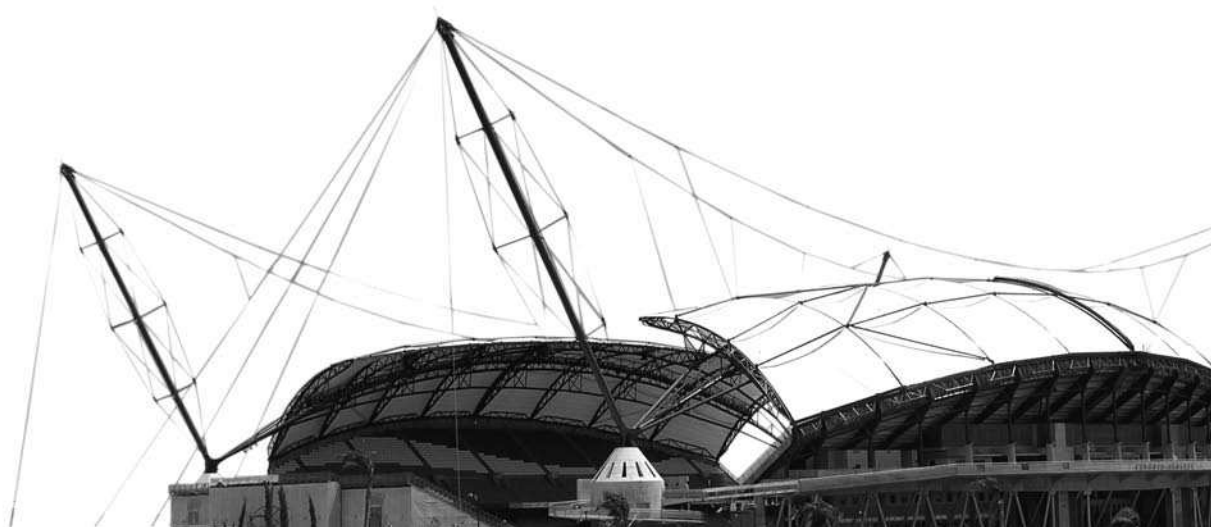
INSTITUTO NACIONAL de ESTATÍSTICA – Portugal (2004), «Apuramentos Específicos de Turismo 2002/2003/2004 para a NUT II Algarve», informação não publicada, INE – Portugal, Faro.

LINDA, Luo Li (2004), «The Possible Tourism Impact of the 2008 Olympic Games in Beijing», Master of Arts in European Tourism Management, UK, Bournemouth University and Portugal, Universidade do Algarve.

NEBENZAHL, I.D. e E.d. Jaffe (1991), «The Effectiveness of Sponsored Events in Promoting a Country's Image», in *International Journal of Advertising*, nº 10, pp. 223-237.

PALACIO, Asunción e Josefa Santana (2002), «El Proceso de Formación de la Imagen de los Destinos Turísticos: una Revisión Teórica», in *Estudios Turísticos*, nº 145, pp. 5-32.

VALLS, J.F. (1992), «La imagen de marca de los países», McGraw-Hill, Madrid.



## O HERÓI (E O) ABJECTO

---

Resultando de um conjunto de características excepcionais e involgares, os heróis românticos apresentam-se como figuras monstruosas que despertam simultaneamente o fascínio e a abjecção. Nas obras seleccionadas para este artigo, a repulsa prende-se tanto com questões morais (com uma rejeição/aceitação dos comportamentos dos heróis), como com questões físicas associadas a questões morais. Trata-se, portanto, de heróis que traduzem o “sintoma do abjecto” descrito por Julia Kristeva em *Pouvoirs de l’Horreur*, de elementos que perturbam a identidade, o sistema e a ordem, destruindo as fronteiras sociais e não respeitando posições definidas, nem regras, nem fronteiras ou limites impostos socialmente.

**Sílvia Quinteiro** - ESGHT

Quando falamos da Revolução Francesa, falamos sem dúvida de um acontecimento que mudou definitivamente o mundo e que, para além de ter dado origem às constituições escritas, aos governos parlamentares e a uma ideologia secular, despoletou também um sentimento de agitação e um desejo de revolta contra o poder instalado aos níveis religioso, político e pessoal que se fez sentir por toda a Europa, e não só. Estes sentimentos derivam de uma ruptura e de uma fragmentação que estão patentes quer ao nível sócio-político quer ao nível pessoal e, de um modo notório, ao nível das artes. Falamos, pois, de uma Europa fisicamente destroçada, habitada por uma população física e psicologicamente mutilada, mas também de uma Europa que, em termos culturais, se encontra “dilacerada entre o racionalismo das Luzes e o renascer do misticismo.” (Tulard, 1989, vol. II: 144). Esta Europa fragmentada é vivida pelos autores e transposta para as artes, reflectindo-se na criação de obras que consistem elas próprias numa soma de fragmentos, obrigando o leitor a deambular de história em história, de camada em camada, como sucede em *Frankenstein; or, the Modern Prometheus* (Mary Shelley, 1818) e em *Melmoth the Wanderer* (Charles

Marturin, 1820)<sup>1</sup>. Uma fragmentação que se reflecte igualmente, e de modo decisivo, na criação de personagens que representam sujeitos também eles simbólica e literalmente fragmentados.

Com efeito, os heróis do período Romântico são frequentemente sujeitos física e ou psicologicamente fragmentados – característica que reconhecemos facilmente em Victor Frankenstein e na sua criatura ou em Melmoth, mas também nos heróis de *Dracula* de Bram Stoker (1897), de *Moby Dick* de Melville (1850) e de *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde* de Stevenson (1886), entre outros, nomeadamente das literaturas Francesa e Alemã. Eles são figuras fraccionadas e paradoxais que se distinguem pelas características extraordinárias e involgares que fazem deles monstros: corpos e mentes que se evidenciam e que despertam a curiosidade do Outro porque, segundo José Gil (1994: 78-81), exibem uma “superabundância de realidade” e um “excesso de presença”. De resto, é todo este conjunto de características singulares que proporciona tanto o fascínio como a abjecção daqueles que aqui designamos como heróis-monstros, e que leva a que estes nos surjam ao mesmo tempo como objectos de atracção e objectos de

repulsa. Estamos pois perante um tipo herói que se enquadra na definição de abjecto proposta por Julia Kristeva em *Pouvoirs de l’Horreur* (1980: 9-39), ou seja, um herói que atrai porque é repulsivo e que é tanto mais atraente quanto maior for o sentimento de repulsa que provoca.

O herói é então, na sua monstruosidade, o elemento da sociedade que, não sendo limpo ou adequado, ela procura eliminar. De resto, a sociedade – que aqui referimos como um Eu/elemento pretensamente limpo e adequado – rejeita, expulsa e exclui o desadequado, o sujo, a desordem corporal e o anti-social (Gross, 1990: 86), no fundo tudo aquilo que caracteriza a figura monstruosa. Sujeito e sociedade procuram atingir uma identidade sem mácula, uma identidade perfeita, que oculte os aspectos (físicos e morais) indesejáveis. Assim, a abjecção surge em duas situações distintas: aquela em que o herói reconhece em si um lado abjecto que procura suprimir, e aquela em que é o próprio herói que constitui o elemento abjecto de uma sociedade que o procura erradicar. Constatam-se em ambos os casos a existência de um processo de afastamento que vai de encontro ao conceito de abjecção proposto por



Kristeva, ou seja, a um desfazer-se da multiplicidade primordial do sujeito ou da sociedade (uma vez que esta seria impeditiva do emergir da identidade coerente); e a um colocar-se o Eu sob o jugo de uma autoridade externa que funciona no sentido da sociabilização dentro de um sistema que recusa a multiplicidade (Hogle, 1998: 204). David Punter, em *Gothic Pathologies* (1998: 43-62), faz uma análise da relação entre a lei e o corpo do monstro que ilustra o modo como esta autoridade externa procura anular a multiplicidade. O autor afirma que a lei constitui uma forma de padronizar o corpo – ideia que é partilhada por Paulo Cunha e Silva, quando afirma que o corpo será “sempre um prisioneiro dos constrangimentos políticos que ditam, que delimitam o lugar, que fazem dele não um espaço de liberdade, mas um espaço normativo” (Silva, 1999: 70). Punter afirma mesmo que a lei rejeita o corpo excepcional (e acrescentaríamos que também a mente excepcional) e que, deste modo, perante ela não existem monstros, já que estes a colocariam em causa, inviabilizando-a mesmo no seu limite. Contudo, ao tentar desfazer-se daquilo que em si é abjecto, sociedade e sujeito estão a criar uma identidade provisória e por isso instável. O recusar algo que é parte de si e o tentar afastar permanentemente algo que pode ser recalçado e ocultado, mas nunca eliminado, dá origem a uma fragmentação interior e a uma fragilidade da identidade que são comuns ao herói-monstro e à sociedade a que ele *pertence*.

Nos já referidos *Frankenstein; or, the Modern Prometheus* e *Melmoth the Wanderer*, mas também em *Quatrevingt-treize* de Victor Hugo (1874), em *Faust I* de Goethe (1808), em *Le Comte de Monte-Cristo* de Dumas (1845) e em *Peter Schlemihls wundersame Geschichte* de Chamisso (1813), o processo de abjecção prende-se tanto com questões morais, com uma rejeição/aceitação dos comportamentos dos heróis, como com questões

físicas associadas a questões morais. Nos casos de *Melmoth the Wanderer*, de *Frankenstein; or, the Modern Prometheus* e de *Peter Schlemihls wundersame Geschichte*, a invulgaridade/deformação física surge como sinal da transgressão moral. Deste modo, verificamos que os poderes extraordinários de Melmoth, à semelhança dos de Schlemihl (bem como o facto de este não ter sombra) advêm de pactos com o demónio que estes poderes acabam por revelar, ou que estão subentendidos, como sucede no caso de Edmond Dantès. Já em *Frankenstein; or, the Modern Prometheus*, e ainda que o princípio seja o mesmo e que a deformação física revele uma deformação moral, a questão coloca-se de um modo mais elaborado: Victor manifesta a sua deformação moral através da projecção da mesma no corpo aberrante da sua criação<sup>2</sup>:

Victor Frankenstein, ao arrogar-se o direito de se apropriar de e substituir as funções do útero materno, está perfeitamente consciente da ambivalência e dos riscos da sua posição, sendo o terror que o monstro lhe inspira quando o vê pela primeira vez o resultado do seu aspecto grotesco, por um lado, e por outro, o medo do castigo divino, de ser punido e engolido por esse mesmo útero que ele rejeitou (Ferreira, 1996: 92).

Segundo Jerrold Hogle (1998: 195), a criatura de Frankenstein (à semelhança do que sucede noutras relações Criador/monstro) é o espaço daquilo de que Victor se quer desfazer, neste caso a sua própria deformação moral. A criatura monstruosa exhibe no seu corpo a multiplicidade que Victor procura ocultar – ela é a corporização do lado abjecto da personalidade que Victor não só oculta como recusa. Com efeito, no processo de recolha de restos humanos para criação de uma vida que pretende coesa, é o próprio criador que se vai degradando, transformando-se em fragmento – “Sometimes I grew alarmed at the wreck I perceived I had become” (1998 [1818]: 56) - e

revelando afinal um lado abjecto que é finalmente exposto na sua totalidade quando vê pela primeira vez a sua criação, o reflexo de si próprio:

His yellow skin scarcely covered the work of muscles and arteries beneath; his hair was of lustrous black, and flowing; his teeth of pearly whiteness; but these luxuriances only formed a more horrid contrast with his watery eyes, that seemed almost of the same colour as the dun-white sockets in which they were set, his shrivelled complexion, and straight black lips.

(Shelley, 1998 [1818]: 57)

O processo de criação revela-se afinal um processo de mostraçãõ: de exibição do que existe mas não devia ser mostrado, do *unheimlich* de Freud (Freud, 1998 [1919]: 166). Significativamente, a pele da criatura de Victor não se apresenta como uma camada uniformizadora da superfície do corpo, mas sim como uma transparência através da qual é revelada a multiplicidade que compõe o seu interior e que deveria ser tendencialmente ocultada. Há um mostrar daquilo que é mais íntimo (física e mentalmente) num acto de total despudor. A criatura exhibe todo o seu horror e, até mesmo aquilo que poderia ser sinónimo de perfeição, como a brancura dos dentes e o cabelo negro brilhante, acaba por constituir um meio de sublinhar o horror da incoerência: os dentes brancos contrastam com os lábios pretos, o cabelo negro cai sobre uma pele amarela (que não é asiática) e junto a uns olhos esbranquiçados. Do conjunto ressalta a multiplicidade e a total desconexão dos diferentes elementos que o compõem, o fracasso total da tentativa de representação do ser perfeito.

A criatura de Victor não é pois sinónimo de um desfazer-se do elemento abjecto, como propõe Hogle, mas sim um revelar de tudo aquilo que Victor rejeita, do seu lado abjecto/do monstro em si, daquilo que não pode ser reduzido a uma unidade coerente dentro de um sistema. A monstruosidade da criatura manifesta-se na

medida em que corporiza e distancia tudo o que em Victor e nela própria é rejeitável pela cultura ocidental – tudo aquilo a que Hogle se refere como “betwixt-and-between” (Hogle, 1998: 186): a indefinição em termos sexuais, culturais e de classe que abre um vasto conjunto de possibilidades e que inviabiliza a classificação do sujeito.

Os heróis-monstros são, pois, elementos que pela sua diferença, pelas marcas extraordinárias que ostentam, constituem figuras indizíveis, inclassificáveis, alteridades inassimiláveis que correspondem deste modo ao “sintoma do abjecto” descrito por Julia Kristeva (1980: 19), isto é, a uma “estrutura dentro do corpo”, a “um estranho não-assimilável”, a um “monstro”: “Le symptôme: un Langage, déclarant forfait, structure dans le corps un étranger inassimilable, monstre” (Kristeva, 1980: 19). Efectivamente, a sociedade é incapaz de assimilar estes heróis, mas também é incapaz de os eliminar e, segundo Kristeva, é o reconhecimento da impossibilidade de excluir os elementos ameaçadores e anti-sociais que provoca a sensação e a atitude a que a autora chama abjecção (Gross, 1990: 87).

O conjunto de malformações que caracterizam os heróis sublimes torna-os simultaneamente cativantes e repulsivos, possuidores de um fascínio que Kristeva diz próprio do (sujeito) abjecto e que ele utiliza sobre as suas vítimas, tornando-as submissas e voluntárias (1980: 16-17). De resto, este encantamento é uma constante nos heróis românticos. Eles são figuras carismáticas a que não é possível ficar indiferente, são personagens arrebatadoras e repugnantes, geradoras de ódios e afeições, ou de uma mistura de ambos. Estas características inexplicavelmente ligadas traduzem-se na própria expressão herói-vilão, habitualmente utilizada para designar o herói romântico: isto porque, se por um lado eles provocam um sentimento de revolta devido aos seus actos criminosos, por outro não deixam de

exercer sobre os que os rodeiam, e sobre o próprio leitor, a atracção que faz deles heróis. Na obra de Dumas, existe mesmo uma situação de escravatura expressa, através da qual podemos verificar o poder de sedução de Monte-Cristo. Com efeito, o herói apresenta Haydée como sua escrava e, apesar de lhe devolver a liberdade, ela opta por permanecer junto dele, substituindo-se assim a tirania típica destes heróis-monstros por esta outra forma de poder que lhes é característica, a sedução. Para além disso, o Conde exhibe também ostensivamente o poder que tem sobre a vida de Ali, que diz ser seu escravo e seu cão, mas que também ele aparenta ser mais dominado pelo poder sedutor do Conde do que pelo facto de ser sua propriedade (Dumas, 1981[1845]: 587).

Independentemente da vontade ou do juízo racional do Outro, a atracção pelo herói abjecto (que é também uma atracção pelo abismo) é inevitável. Importa pois distinguir duas situações em que o abjecto se verifica: aquela em que o herói reconhece em si um lado abjecto que procura suprimir, e aquela em que é o próprio herói quem constitui o elemento abjecto de uma sociedade que o procura erradicar. É o que sucede, por exemplo, em *Peter Schlemihls wundersame Geschichte*, onde Mina, apesar de aterrorizada desde o primeiro momento perante a figura de Schlemihl (Chamisso, 1901 [1813]: 77), não consegue evitar um amor que acabará por conduzi-la (in)voluntariamente à desgraça.

Em *Peter Schlemihls wundersame Geschichte*, tal como em *Faust I*, por exemplo, a questão do abjecto não se coloca apenas ao nível da figura do herói, mas também da sua relação com outros elementos abjectos<sup>3</sup> – no caso de Schlemihl, salienta-se a sua relação com o ouro e com o homem de cinzento. Numa passagem referente ao seu relacionamento com a fortuna que possui, Schlemihl expressa-se em termos de atracção/repulsa, como se estivesse a falar de uma

questão sexual - o ouro é algo que ele deseja e possui de uma forma quase carnal, com volúpia, para o rejeitar logo em seguida:

So verging der Tag, der Abend; ich schloß meine Tür nicht auf, die Nacht fand mich liegend auf dem Golde, und darauf übermannte mich der Schlaf. [...] Ich stieß von mir mit Unwillen und Überdruß dieses Gold, an dem ich kurz vorher mein törichtes Herz gesättigt [...]. (Chamisso, 1901 [1813]: 75)

Trata-se de uma relação que reflecte afinal a de Peter Schlemihl consigo próprio (a sua fragmentação interior) e o modo como encara, não só o ouro perturbador, sujo e impeditivo da sua tranquilidade, mas também aquele que lho proporcionou. Efectivamente, é a abjecção que define a sua experiência quando observa o homem de cinzento. Schlemihl sente-se incapaz de evitar olhar para uma figura que não suporta: “[S]o ward mir doch seine blasse Erscheinung, von der ich kein Auge abwenden konnte, so schauerlich, daß ich sie nicht Länger ertragen konnte” (Chamisso, 1901 [1813]: 72).

Mas, em *Peter Schlemihls wundersame Geschichte*, a conexão entre ouro e abjecção vai além dos sentimentos do protagonista. Na verdade, existe uma outra vertente deste objecto que é semelhante à que se verifica em *Le Comte de Monte-Cristo*: aqui o dinheiro assume o papel de objecto que potencia parte do fascínio dominador exercido pelo herói sobre os outros. É a riqueza que encanta os que o rodeiam ao ponto de, em parte, as suas faculdades ficarem suspensas, mas também, e em grande medida, de eles fingirem não se aperceber da estranheza e da diferença, ou até mesmo dos comportamentos transgressores e das mentiras dos heróis. Ou seja, é o ouro que faz de um sujeito, que à partida seria apenas repulsivo, um indivíduo atraente, ao qual todos se submetem prontamente. A fortuna encanta, mas também compra e, como tal, expõe outros elementos abjectos, nomeadamente a hipocrisia e a falsa

moralidade que presidem ao encenar social do Eu limpo e adequado.

Podemos pois aproximar este fascínio pelo objecto daquilo que Edmund Burke, em *A Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and the Beautiful* (1757), designa por estupor (“astonishment”) e que é o resultado do carácter excepcional do sujeito e da sua exposição, da exibição de uma singularidade deformada. Tal como Burke propõe na sua definição da experiência sublime (Burke, 1990 [1757]: 57), também perante o objecto abjecto se dá um gelar das faculdades, uma suspensão do ser que observa. O que torna estes heróis sedutores e temíveis é afinal a singularidade pressentida (a noção ou a suspeita de que algo de obscuro marcou o passado do herói, até mesmo a sua origem, e o acompanha até ao presente), que se alia a um grau de exposição apenas suficiente para despertar a curiosidade, o interesse, e provocar a incapacidade de desviar o olhar. Tal como Peter Schlemihl, o herói que por ter perdido a sombra e por se ter tornado misteriosamente rico e eloquente se transforma numa figura notada, também Melmoth e Cimourdain são figuras que despertam a curiosidade daqueles que os olham como se fossem abismos perigosos, temíveis, mas absolutamente irresistíveis. O mistério que envolve Melmoth (tal como o que envolve Edmond Dantès) faz com que, apesar de ser aterrador (ou por causa disso) ele centre sobre si todas as atenções. A mesma sociedade que o procura suprimir não consegue evitar o seu fascínio. Já no caso de Cimourdain, o herói de *Quatrevingt-treize*, existe também um passado obscuro – a sua vida enquanto padre, que o narrador afirma ser o seu lado negativo (Hugo, 1993 [1827]: 116) – aqui aliado a um carácter severo e insondável. Todavia, neste caso, não são só os aspectos que à partida poderiam ser considerados negativos pela sociedade que atraem, mas também o mistério em torno da sua absoluta rectidão de carácter e do seu invulgar

sentido de justiça – o tentar perceber até onde Cimourdain consegue levar as suas paixões (extremas e inconciliáveis) pela justiça e por Gauvain.

O sentimento da sociedade perante o herói-monstro/abjecto é afinal um sentimento próximo daquele a que Fernando Guerreiro se refere como obsceno, escrevendo acerca do modo como após o assassinato de Marat, o corpo e a tela do corpo se tornaram objectos exibidos e visitados, ainda que insuportáveis para o olhar (Guerreiro, 1999: 32). Com efeito, a famosa tela de David expõe o abjecto presente no corpo morto de Marat: a doença de pele que obrigava o herói da Revolução Francesa a trabalhar na banheira, a morte (provavelmente o mais constante elemento de atracção e de repulsa) e o assassinato em si, comportamento socialmente reprovável, mas que aqui surge também como evidência do lado moralmente abjecto de Marat, que levou Charlotte Corday a eliminá-lo. Marat constitui, pois, uma figuração do repulsivo em termos físicos e morais, que só a grandeza de David permite representar de modo simultaneamente repugnante e sedutor (Janson, 1992: 597) – abjecto, portanto.

Retomando o pensamento de Julia Kristeva, a autora afirma que o que verdadeiramente motiva a abjecção não são apenas os aspectos menos limpos ou saudáveis, mas sim tudo aquilo que perturba a identidade, o sistema e a ordem. Ora, os heróis-monstros não são senão sujeitos cujas características, pela sua excepcionalidade e hibridiz, questionam de modo directo o sistema e a ordem, fazendo com que, tal como o abjecto (Kristeva, 1980: 17), eles constituam uma fronteira e uma ambiguidade. Estes heróis singulares e monstruosos existem num e constituem um espaço limiar, ambíguo e dificilmente identificável, destruindo as fronteiras sociais e não respeitando posições definidas, nem regras, nem limites impostos socialmente (Gross, 1990: 90).

Efectivamente, são estas figuras ab-

jectas que, por reunirem um conjunto de características que se opõem entre si, possibilitam e fomentam nas obras o esbater dos limites entre aquilo que é adequado e o que não é adequado, entre o limpo e o sujo, o são e o doentio, o Bem e o Mal, o herói e o vilão e, até mesmo, entre o humano e o não-humano. Como bem nota José Gil, “o monstro não se situa fora do domínio humano: encontra-se no seu limite” (1994: 12) – e a monstruosidade destes heróis reside justamente no facto de algo em si permanecer humano<sup>4</sup>, ainda que apresentem determinados comportamentos e características que colidem com essa condição. O monstro, como o abjecto, é a expressão do que há de inexprimível no humano e, nesse sentido, ele constitui aquilo a que Fernando Guerreiro chama “o reverso da indicibilidade e da infigurabilidade” (2000: 36). Situando-se no limite do humano, a figura monstruosa não é um ser de outro mundo ou de outro tempo, mas sim uma representação presente (no tempo e no espaço) do inexprimível humano, como propõe Lyotard (1997: 99).

A figura do monstro não oculta a sua humanidade, muito pelo contrário, sendo uma figura de fronteira, ela expõe os limites, os espaços de ruptura por entre os quais é possível visualizar aquilo que é a intimidade ocultada pelo sujeito dito “normal”. A exibição desse lado oculto e indizível do ser humano revela uma intimidade aterradora, que não é nova, mas sim algo de familiar que, por ser terrível, foi reprimido pelo sujeito e pela sociedade. Este lado terrível que se revela no monstro corresponde pois às ideias de repressão e de secretismo que Freud e Schelling associam ao conceito de *unheimlich* – algo que, sendo familiar, nunca deveria contudo ter sido revelado:

[F]or this [unheimlich] is in reality nothing new or foreign, but something familiar and old – established in the mind that has been estranged only by the process of repression. This



reference to the factor of repression enables us, furthermore, to understand Schelling's definition of the uncanny as something which ought to have been kept concealed but which has nevertheless come to light. (Freud 1998 [1919]: 166)

Para concluir, gostaríamos de sublinhar o facto de estes heróis compósitos e monstruosos não constituírem apenas uma figuração da desordem, do desequilíbrio e da inadequação física e moral do Eu, mas sim uma representação de como sujeito e sociedade são incapazes de eliminar o objecto e de construir uma identidade coerente e definitiva.

.....

**1** A este respeito confronte-se "Unprepared for Sudden Transformation": Identity and Politics in *Melmoth the Wanderer*", de Joseph Lew (1994: 173-223).

**2** Motivo pelo qual não isolamos a criatura de Frankenstein como um caso de repulsa puramente física.

**3** Não colocamos aqui a questão relativamente a *Frankenstein; or, the Modern Prometheus* por ser ténue a linha que, na obra de Mary Shelley, separa e une sujeito e objecto.

**4** Esta ambiguidade é também característica de uma outra categoria estética que acolhe aspectos repulsivos como sejam a fealdade e a enfermidade (Hugo, 1993 [1827]: 73), a categoria do grotesco. Uma categoria que Bayer-Berenbaum (1982: 28-29) opõe à de distorção, considerando que esta se traduz no exagero de uma característica da personagem (tamanho do nariz, dos olhos, etc.), enquanto o grotesco consiste, como sucede no caso da criatura de Frankenstein (Shelley, 1998 [1818]: 57), numa combinação inusitada de características consideradas normais ou até mesmo belas. Deste modo, o grotesco residiria sempre na estranheza inerente ao modo de organizar as partes e não nestas, constituindo uma demonstração do caos subjacente.



## Referências bibliográficas

---

- CHAMISSO, Adelbert von (1901) [1813], *Peter Schlemihls wundersame Geschichte. Gedichte. Prosa*, Wilhelm Goldmann Verlag, München.
- DUMAS, Alexandre (pai) (1981) [1845], *Le Comte de Monte-Cristo*, Bibliothèque de la Pléiade, Éditions Gallimard, Paris.
- GOETHE, J. W. (2002) [1808], «Faust I» in Erich Trunz (ed.), *Goethe - Faust*, Verlag C. H. Beck, München, pp. 9-145.
- HUGO, Victor (1979) [1874], *Quatrevingt-treize*, Collection Folio Classique, Éditions Gallimard, Paris.
- MATURIN, Charles (1989) [1820], *Melmoth the Wanderer*, Oxford World's Classics, Oxford University Press, Oxford and New York.
- SHELLEY, Mary (1998) [1818], *Frankenstein; or, The Modern Prometheus*, Oxford World's Classics, Oxford University Press, Oxford and New York

## Secundária

---

- BAYER-BERENBAUM, Linda (1982), *The Gothic Imagination. Expansion in Gothic Literature and Art*, Associated University Presses, Mississauga, Ontario.
- BURKE, Edmund. (1990) [1757], *A Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and the Beautiful*, Basil Blackwell, London.
- FERREIRA, Maria Aline (1996), «Reprodução, Abjecção e Desejo em Frankenstein» in *Anglo-Saxónica, Revista do Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa*, Série II – N.os 2 e 3, Edições Colibri, Lisboa, pp. 89-98.
- FREUD, Sigmund (1998) [1919], «The Uncanny» in Julie Rivkin and Michael Ryan (eds.), *Literary Theory: an Anthology*, Basil Blackwell, Oxford, pp. 154-167.
- GIL, José (1994), *Monstros*, Quetzal, Lisboa.
- GROSS, Elizabeth (1990), «The Body of Signification» in John Fletcher and Andrew Benjamin (eds), *Abjection, Melancholia and Love: the work of Julia Kristeva*, Routledge, London and New York, pp. 80-103.
- GUERREIRO, Fernando (1999), «O Marat de David: o Último Quadro Antes da Pintura» in *Românica, Fim de Século*, nº 8, Edições Cosmos, Lisboa, pp. 29-34.
- GUERREIRO, Fernando (2000), *Monstros Felizes - La Fontaine, Diderot, Sade, Marat*, Edições Colibri, Lisboa.
- HOGLE, Jerrold E. (1998), «Frankenstein as Neo-Gothic: From the Ghost of the Counterfeit to the Monster of Abjection» in Tilottama Rajan and Julia M. Wright (eds.), *Romanticism, History, and the Possibilities of Genre*, Cambridge University Press, Cambridge, pp. 176-210.
- HUGO, Victor (1993) [1827], «Préface» in *Cromwell*, GF-Flammarion, Paris.
- JANSON, H. W. (1992), *História da Arte*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- KRISTEVA, Julia (1980) *Pouvoirs de l'Horreur: Essai sur l'Abjection*, Éditions du Seuil, Paris.
- LEW, Joseph W. (1994), «'Unprepared for Sudden Transformation': Identity and Politics in *Melmoth the Wanderer*» in *Studies in the Novel*, v26, nº2, Summer 1994, pp. 173(23), Gale Group Databases, University of North Texas, Denton, 18 de Junho de 2002, <http://www.infotrac.galegroup.com>.
- LYOTARD, Jean François (1997), *O Inumano. Considerações sobre o Tempo*, Editorial Estampa, Lisboa.
- PUNTER, David (1998), *Gothic Pathologies. The Text, The Body and The Law*, Macmillan Press Ltd, London.
- SILVA, Paulo Cunha e (1999), *O Lugar do Corpo*, Instituto Piaget, Lisboa.
- TULARD, J., FAYARD, J.-F., FIERRO, A. (1989), *História da Revolução Francesa*, Vol. II, Livros do Brasil, Lisboa.

# A CONSTRUÇÃO DO HIPERTEXTO E DO LEITOR HIPERTEXTUAL

---

Sendo que a leitura hipertextual veio atribuir novas funções ao leitor, pretende-se neste ensaio, reflectir sobre este novo modelo de leitura. Para tal, recordar-se-ão determinados princípios teorizados da estética da recepção, nos quais já se definiam os actos de leitura como actos de criação e, mesmo, expressões de liberdade. Como modo de reflectir sobre a construção deste processo de leitura, optou-se, neste artigo, por se seleccionarem duas formas textuais impressas (*O Castelo dos Destinos Cruzados* de Italo Calvino e *As Ondas* de Virginia Woolf) que, por possuírem já alguns dos traços estruturais do hipertexto, são hoje apelidadas de proto-hiperficções.

**Rita Baleiro** - ESGHT

A reflexão sobre a condição do leitor hipertextual faz, antes de mais, recordar que uma nova forma de leitura resulta necessariamente de uma nova forma escrita, neste caso, possível pelas diferentes oportunidades que os novos instrumentos tecnológicos trouxeram. Esta forma diversa de escrita veio desestabilizar a clássica relação autor/leitor e criar um novo modelo de leitura, no qual «the work is now realized exclusively in an act of reading, and in each single one of these acts it assumes a different form [...]» (Machado, 1997: 260). De facto, ao leitor da hiperficção é atribuída uma função de co-produtor e um papel exclusivo e original na co-autoria do texto.

Até ao aparecimento do hipertexto (termo cunhado por Theodore Nelson, em 1965)<sup>1</sup>, a relação autor/leitor permaneceu, essencialmente, imutável, presumindo-se que o primeiro escrevia uma obra cuja mensagem seria, à partida, por ele construída e a função do leitor seria a de ler o texto, num processo de leitura linear e substancialmente passivo. Perante este quadro, a distância entre autor e leitor era grande e desigual a relação que se estabelecia: *Printing tended to magnify*

*the distance between the author and the reader, as the author became a monumental figure, the reader only a visitor in the author's cathedral.* (Bolter, 1991: 3). Simultaneamente, supunha-se a existência de uma transparência e estabilidade no significado dos textos que permitiam ao leitor decifrar as intenções do autor. Nesta perspectiva, o leitor definia-se como um participante manipulável cuja função era contribuir para a produção do significado do texto que o autor escrevera.


Mesmo quando se interpelava, directamente, o leitor, reconhecendo-lhe o seu papel fundamental, como acontecia, por exemplo, em algumas das obras literárias do período literário Romântico, cabia sempre ao autor-maestro controlar a sequencialidade como o mecanismo que norteava a leitura.

Na vastíssima obra de Camilo Castelo Branco são vários os exemplos deste posicionamento preponderante do autor na construção do texto, mesmo quando este está humildemente seguro da função essencial do «leitor previsto». Vejamos o seguinte excerto das *Vinte Horas de Liteira* (1864), exemplarmente ilustrativo do protocolo de leitura do século XIX:



[...] a mola real dos romances engenhosos está a quebrar do mal uso que lhe dão os dramaturgos e novelistas. Alguns cuidam que surpreendem o leitor e envidam toda a sua habilidade em torcerem o contexto natural dos sucessos para se deliciarem na vaidade de porem o leitor em espanto. Ora o leitor, usado nesta coisa de romances, é que é muito capaz de surpreender o autor, chegando-se ao ouvido dos personagens encapotados até aos olhos, para lhes dizer quem são, donde vêm, onde vão, e o fim que o autor lhes prepara. Com estes leitores assim previstos, o mais acertado e modesto é a gente ser sincera. Nada de negações vãs e ridículas à sua credulidade, que o mesmo é ofendê-los e humilhá-los (Branco, [1864] 1997: 65).

É com explícito desagrado que Camilo Castelo Branco acusa alguns dos seus parceiros de escrita de abusarem de artificios literários para «torcerem o contexto natural dos sucessos» de forma a surpreenderem, a todo o custo, o leitor. Leitor a quem Camilo reconhece perspicácia e inteligência, considerando, por essa razão, inúteis os mecanismos que violem a linearidade de natural do texto.



Arrisquemo-nos agora a imaginar um exercício improvável: se o autor de *Vinte Horas de Liteira* lesse uma hiperficção - um texto literário escrito propositadamente para o computador<sup>2</sup> - onde o «contexto natural dos sucessos» é apresentado de forma não sequencial, não hierárquica e multilinear e, frequentemente, surpreende o leitor pela heterogeneidade do espaço, pela metamorfose e mobilidade do centro da narrativa e pela multiplicidade de ligações<sup>3</sup>, provavelmente, apelá-la-ia de uma «habilidade» que ultrapassa a capacidade de ser surpreendido mesmo do «leitor [mais] previsto», ao romper, drasticamente, com a natureza predominantemente linear do texto impresso e com os preceitos aplicados nos textos literários (mesmo quando se introduzem artifícios como a analipse ou a prolepse).

Na realidade, tradicionalmente, a informação sempre se organizou sequencialmente. Mesmo que, pontualmente, essa sequencialidade seja quebrada por certos elementos «[...]como las notas a pie de página o las referencias bibliográficas.» (Machado, 1997: 249), a técnica era linear, ou seja, o texto definia um percurso a ser percorrido pelo leitor.

Todavia, tal como lembra Jay David Bolter, o leitor já controlava o texto, ao escolher o ritmo a que lia e as páginas que optava por ignorar (1991:108).

Também a fragmentação e a ausência de princípio, centro e fim não são uma novidade da hiperficção, uma vez que já caracterizavam a literatura de tradição oral: *In traditional oral literature the singers organize and link story fragments into a permanently movable whole that has neither a beginning nor an ending in the classical sense, and the text itself is subject to perpetual changes.* (Mihajlovic, 1998).

Assim, confirma-se a existência de exemplos de desafio à linearidade e à sequencialidade hierárquica próprias do paradigma convencional do texto literário, anteriores às hiperficções. Porém, estas últimas têm como traço

distintivo o facto de não poderem ser impressas.

Em comparação com o modelo linear do texto, o hipertexto não tem um princípio, nem um centro, nem um fim definidos, apresenta uma sequência muito flexível e pode ser definido da seguinte forma: [...] *non-sequential writing-text that branches and allows choices to the reader, best read at an interactive screen. As popularly conceived, this is a series of chunks connected by links which offer the reader different pathways.* (Theodore Nelson, 1967, citado por Vaz, 2002: 33).

Cerca de trinta anos depois, em *Cyberspace Textuality*, Marie-Laure Ryan define hipertexto como um: *Text broken into fragments ("lexias", "textrons") and stored in a network whose nodes are connected by electronic links. A fragment typically contains a number of different links, offering the reader a choice of directions to follow. By letting readers determine their own paths of navigation through the database, hypertext promotes what is customarily regarded as a non-linear mode of reading.* (Ryan, 1999: 6-7).

De acordo com estas definições de hipertexto, a leitura hipertextual pressupõe que o leitor escolha o seu próprio rumo (daí o uso recorrente das metáforas de labirinto e navegação) de entre as múltiplas combinações possíveis de blocos de conteúdos e decida onde quer começar e terminar a leitura, podendo retomá-la no ponto onde a deixou ou a partir de um outro mais adiante.

Com o hipertexto, concretiza-se uma inversão dos papéis da relação autor/leitor, onde o segundo recupera (dos tempos primordiais da narrativa oral) o seu papel de co-criador, ou seja, um papel muito mais operativo, no sentido em que o hipertexto só se realiza plena e exclusivamente no acto de leitura (Machado, 1997: 261).

Quando se iniciou a leitura dos textos teóricos do hipertexto, uma das narrativas que surgiu, natural e automaticamente, como exemplo de

uma proto-hiperficção foi *O Castelo dos Destinos Cruzados* de Italo Calvino, publicado, pela primeira vez, em 1969<sup>4</sup>. Em primeiro lugar, porque este texto, tal como o hipertexto, resulta de uma construção a partir de segmentos ("lexias") disponíveis (cartas de um baralho de tarot) e em segundo lugar porque, tal como o próprio autor nos diz, na *Nota* apresentada no final do livro: «[...]o significado de cada uma das lâminas depende do lugar que ocupa na sucessão de cartas que a precedem e se lhe seguem.» (Calvino [1973] 1977: 122.) Sobre o processo de construção deste livro, Italo Calvino diz ainda: *Apliquei-me sobretudo a observar os tarots com atenção, com olhos de quem não sabe aquilo que sejam, e a colher neles sugestões e associações, a interpretá-los segundo uma iconologia imaginária. [...] Quando as cartas alinhadas ao acaso me davam uma história em que eu reconhecia um sentido, punha-me a escrevê-la; acumulei assim bastante material.* (Ibidem).

Na realidade, esta descrição do processo de construção d'*O Castelo dos Destinos Cruzados* partilha semelhanças com o processo que o leitor hipertextual tem de desenvolver. Isto é, também o significado da hiperficção (que se lê e que se constrói) vai ganhando forma a partir de uma operação combinatória de leitura de múltiplos segmentos que se sucedem através das ligações seleccionadas; também o acaso está presente, uma vez que o leitor não sabe o que a próxima ligação lhe traz e também se "colhem" sugestões e associações de forma a construir o significado do texto. Para além do mais, em *O Castelo dos Destinos Cruzados*, o leitor, paralelamente à leitura, tem de interpretar as cartas de tarot que foram colocadas ao longo de cada uma das histórias.

De facto, o leitor hipertextual parece desempenhar as tarefas de um operário que, a partir dos materiais disponíveis, constrói a sua própria estrutura textual. E para o fazer tem de, tal como afirma Italo Calvino: «colher

neles sugestões e associações» de forma a preencher os «espaços em branco». (cf. Iser, [1978] 1991). Só assim constrói uma coerência, mesmo que tal se apresente como uma tarefa difícil: «Por diversas vezes, e por períodos mais ou menos longos, [...] penetrei neste labirinto que me absorvia por completo.» (Calvino, [1973] 1977: 124). Percorrer as múltiplas possibilidades de percursos do labirinto e a partir desta multiplicidade construir um significado exige, na verdade, um leitor activo e cooperante disposto a tomar «iniciativas interpretativas» (Eco, [1979] 1986: 37).

Mas, pode suceder que, tal como Italo Calvino ao construir as narrativas d'*O Castelo dos Destinos Cruzados*, o leitor hipertextual se sinta desorientado, ansioso ou saturado quando, ao percorrer os percursos labirínticos do hipertexto encontra becos sem saída, é forçado a escolhas que nem sempre entende: *A certa altura fui possuído por uma sensação de enfado devida ao prolongado contacto com aquele repertório iconográfico medievo-renascentista, que obrigava o meu discurso a evoluir segundo determinados carris.* (Calvino, [1973] 1977: 125).

É fácil adivinhar que o leitor hipertextual se sinta, frequentemente, perdido e desista de tentar construir o sentido dos segmentos da narrativa que vai abrindo, já que não encontra a linearidade hierarquicamente definida que, nos modelos tradicionais de leitura, lhe dá segurança: *Leer hipertextos supone una ruptura con la forma habitual de enfrentarse a la lectura de textos. [...]. Enfrentando a la pantalla del ordenador, el lector habitual del libro impreso siente, cuanto menos, cierto desasosiego, pues no ve ni el principio ni el final, ni lo puede abarcar en su lectura.* (Dotras, 1997: 333).

Para diminuir os impactos desta ruptura como, por exemplo, a sensação da ausência de centro, parece imprescindível que o recém-leitor-hipertextual se liberte das convenções da leitura do tradicional

texto impresso e adopte as novas estratégias de leitura. Há que suspender o modo como foi ensinado a ler; não esperando encontrar um texto que incluía um narrador, um enredo e personagens, apresentados linearmente numa progressão unitária. Na realidade, até à chegada do hipertexto, o leitor assumia que a peça-chave na construção da estrutura linear do texto era o escritor, e que a si lhe competia interpretar os significados pré-criados pelo autor. Esta posição pode derivar da evidente dedução de que mesmo após a leitura de um texto, este permanecia exactamente igual (no sentido de que o leitor não podia modificar o que estava impresso).

Neste processo de reeducação, o leitor tem, ainda, de abandonar a *willing suspension of disbelief* que até aqui era entendida como parte do processo de leitura do texto impresso. A *willing suspension of disbelief*, segundo Coleridge, pressupõe tanto uma participação do receptor do trabalho literário, como do próprio trabalho literário, cuja sequência linear organizada hierarquicamente mantém o leitor imerso no mundo ficcional criado pelo autor. (s.v. «Illusion», Shipley, 1943: 152). Ora, no hipertexto a *willing suspension of disbelief* é quebrada quer pelas características da leitura hipertextual (a escolha de entre múltiplas ligações/percursos ou a surpresa que perturba a produção de significado e coerência), quer pelo próprio meio onde esta se apresenta (as deficiências de resolução do ecrã e a utilização do rato que pode interromper a concentração). A imersão total do leitor na narrativa pode ainda ser contrariada pelo carácter problemático ou arbitrário da escolha da ligação exigida ao leitor: [...] *the choice of which link to pursue becomes either problematic or arbitrary, since either I must spend time attempting to reflect on the relationships between the current text and the one I have just left (but this places heavy demands on memory if the previous text is now off-screen),*

*or I accept that the present text is no more meaningful than any other text to which I might have moved, so that the quality of attention I give to it is likely to be reduced.* (Miall, 1999).

De facto, o tempo exigido para reflectir sobre o que se leu num determinado ecrã em relação àquele que ficou para trás, juntamente com o trabalho de memória que se revela recorrente e difícil, podem dificultar a recepção do hipertexto. Assim, sucede que o leitor hipertextual, paradoxalmente, dispersa secções de texto em vez de as unir (cf. Landow, 1994: 65).

Estas características apresentadas quer por Miall, quer por Landow - como perturbadoras específicas do processo de leitura hipertextual - estão também presentes no processo de leitura do texto impresso (porém, com impactos mais reduzidos dada a sua estrutura linear e hierárquica), no qual o leitor faz igualmente inferências constantes sobre o que lê de modo a evitar a ausência de sentido e socorre-se da memória de forma a construir o significado do texto.

Na realidade, há semelhanças em ambos os processos de leitura, para além de que a ideia de criar associações entre as partes distintas de uma informação não é de todo uma novidade, o leitor já a encontra nas notas de rodapé, nas referências bibliográficas, nas referências cruzadas de documentos escritos, nas enciclopédias e nos dicionários (cf. Cuadrado, 1997: 252). Porém, em todas estas situações «[...] las características físicas del papel limitan la posibilidad de crear sistemas multidimensionales.» (Ibidem) e não acarretam consequências novas para os leitores.

Para além disso, o que constitui uma novidade é o facto do hipertexto permitir, por contraste com a constância do texto impresso, tantos percursos de leitura quantos forem concebidos num processo contínuo de múltiplas combinações controlado pelo leitor: *A hypermedia document never expresses a concept in the sense of a*

*truth proceeding from a line of reasoning; it opens up to the full experience of thought and imagination, as a living process in a state of ceaseless modification [...].* (Machado,1997: 262).

De facto, no processo de construção do leitor hipertextual, o desejo de apreciar a viagem tem de se sobrepor ao desejo de chegar ao destino dessa viagem (Ibid.: 260-261). Se numa estrutura linear, o leitor seguia da primeira até à última página de forma a acompanhar os acontecimentos que culminariam no final, numa estrutura multilinear, o leitor tem de libertar-se da vontade de seguir todas as ligações, ou seja, tem de desistir de ler tudo e apreciar aquilo que as suas escolhas foram construindo. Se o leitor entender o processo da leitura hipertextual como um jogo diferente daquele que lhe é familiar, no qual novas regras têm de ser aplicadas, é menos provável que se sinta perdido e comece, mesmo, a concretizar a oportunidade de autoria partilhada.

Na realidade, na leitura hipertextual, o leitor assume um papel imprescindível na construção do texto, atribuindo-se-lhe uma dupla tarefa: a de leitor e a de co-autor que, na criação neologística de Landow, é definida como *wreader* (Landow, 1994: 9,14) - uma atribuição que reconhece a complexidade do seu papel na construção final do hipertexto.

Não obstante a relevância do aparecimento do *wreader*, revelador de um poder criador do acto de leitura, David S. Miall refere que o hipertexto (por inerência ao espaço onde se apresenta) coloca mais limitações do que o texto impresso convencional tanto ao leitor como ao autor, uma vez que: *The infinite possibilities of response by each reader are limited to the few links prepared by the hypertext designer. The possibilities for the writer are also constrained.* (Miall, 1999).

Apesar destas limitações impostas pelo hipertexto quer ao leitor quer ao autor, há, com o hipertexto, uma mudança no sentido do reconhecimento

da função do leitor, já anunciada, como se referiu no início deste artigo, pelos teóricos da estética da recepção (Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser, entre outros) para quem os actos de leitura são actos de criação e expressões de liberdade, dado que pressupõem interpretações diferentes.

Na verdade, muitas das características da escrita e da leitura hipertextuais já haviam sido anunciadas, antes mesmo de Ted Nelson ter cunhado o termo «hipertexto» e, conseqüentemente, definido o modelo de leitura hipertextual.

Na história da teoria literária, até ao início do século XX, há uma preocupação exclusiva com o texto, da qual é exemplo o movimento da Nova Crítica norte-americana, todavia, a partir de 1960 começou a considerar-se a função do leitor na construção do significado do texto.

Porém, já em 1931, o fenomenologista polaco Roman Ingarden publicara *The Literary Work of Art* onde defende que os textos literários são um todo orgânico, cabendo ao leitor a importante função de preencher aquilo que está implícito de forma a completar a harmonia do trabalho literário. Para Ingarden, o texto vem equipado com «pontos de indeterminação», cabendo ao leitor concretizá-los correctamente (Ingarden, [1931] 1965: 363-389).

À semelhança de Ingarden, Wolfgang Iser constrói, cerca de quatro décadas mais tarde, em 1974, uma proposta fenomenológica do processo de leitura apresentado-o como uma interacção entre o texto e a imaginação do leitor. De acordo com Iser, os textos literários transformam a leitura num processo criativo, no qual o leitor preenche, com a sua imaginação, os vazios («gaps») do texto. A partir deste processo, a que Iser chamou «consistency-building», cria-se uma dimensão virtual, ou seja, uma realização (entre várias possíveis) do texto, já que cada leitor preenche os vazios à sua maneira. Na realidade, Iser refere que o sentido que um leitor atribui

a um texto literário, apesar de, em determinados limites, ser imposto pelo próprio texto (tal como acontece no hipertexto, onde as ligações já estão pré-definidas), varia de leitor para leitor: «In the same way, two people gazing at the night sky may be both looking at the same collection of stars, but one will see the image of a plough, and the other will make out a dipper. The “stars” in a literary text are fixed; the lines that join them are variable.» (Iser,[1974]1978: 282).

Também no hipertexto, as ligações pelas quais se pode optar estão fixas; as escolhas de cada leitor é que vão estabelecer a diferença. Mais: são estas escolhas que vão concretizá-lo.

De facto, a teoria fenomenológica da arte literária dá ênfase não só ao estudo do próprio texto mas também às acções envolvidas na resposta a esse texto. Assim, de acordo com Wolfgang Iser, o trabalho literário tem dois pólos: o artístico e o estético. O primeiro é o texto do autor e o segundo é a realização feita pelo leitor. O significado do texto situa-se algures entre estes dois pólos:

*[...] we may conclude that the literary work has two poles, which we might call the artistic and the aesthetic: the artistic pole is the author's text, and the aesthetic is the realization accomplished by the reader. In view of this polarity, it is clear that the work itself cannot be identical with the text or with its actualisation but must be situated somewhere between the two. It must inevitably be virtual in character, as it cannot be reduced to the reality of the text or to the subjectivity of the reader.* (Iser, s.d.: 106. Sublinhado meu).

Esta definição da realização do trabalho literário já transporta a definição de hipertexto que se concretiza num plano virtual, através de uma «leitura fanstasmática» (Mourão, 2001: 18), e que não se pode reduzir nem ao conjunto de segmentos ligados por nós, nem à subjectividade do leitor, mas sim ao resultado de uma interacção recíproca.

A perspectiva de Iser remete-nos para os pressupostos teóricos de um dos pensadores do hipertexto: Espen J. Aarseth, que apresenta as categorias de escritões e textões. No rasto de Iser, Aarseth acredita que paralelamente às linhas existentes no texto (textões), existem as linhas que são apercebidas pelo leitor (escritões), sendo que estas não são necessariamente iguais de leitor para leitor (cf. Aarseth, 1997: 62).

Ao distinguir entre «textos escrevíveis», nos quais o leitor tem de ser produtor/autor e «textos legíveis» que pressupõem um leitor/consumidor passivo, o pós-estruturalista Roland Barthes antecipou, igualmente, a relação interactiva entre o leitor hipertextual e o texto: [...] *o texto escrevível somos nós ao escrever, antes que o jogo infinito do mundo (o mundo como jogo) seja atravessado, cortado, interrompido, plastificado por qualquer sistema singular (Ideologia, Género, Crítica) que reprima a pluralidade das entradas, a abertura das redes, o infinito das linguagens. O escrevível é o romance sem o poema, o ensaio sem a dissertação, a escrita sem o estilo, a produção sem o produto, a estruturação sem a estrutura. Mas, e os textos legíveis? São produtos (e não produções) e formam a grande massa da nossa literatura.* (Barthes, [1970]1999:12. Bold meu).

Roland Barthes vai ainda mais longe no prenúncio do hipertexto quando afirma: *Neste texto ideal, as redes são múltiplas e jogam entre si sem que nenhuma delas possa encobrir as outras; esse texto é uma galáxia de significantes e não uma estrutura de significados; não há um começo: ele é reversível; acedemos ao texto por várias entradas sem que nenhuma delas seja considerada principal; os códigos que ele mobiliza perfilam-se a perder de vista, são indecíveis (o sentido nunca é aí submetido a um princípio de decisão, a não ser por uma jogada de sorte); os sistemas de sentido podem apoderar-se desse texto inteiramente*

*plural, mas o seu número nunca é fechado, tendo por medida o infinito da linguagem.* (Ibid., p.13. Bold meu).

Apesar de se saber que este excerto é posterior à criação de Ted Nelson, de acordo com o que nele se lê, poder-se-ia concluir que o hipertexto é a evolução natural da literatura.

De facto, no final da década de 1960 e início de 1970, o pós-estruturalismo e a desconstrução (nome atribuído ao pós-estruturalismo do filósofo francês Jacques Derrida) definiam que os textos literários geravam significados infinitos e que a interpretação pertencia ao leitor. Recorde-se o artigo «Death of the Author» de Barthes, de 1968, onde já se lia que «the birth of the reader must be at the cost of the death of the Author» (Barthes, [1968]1998: 167-172).

E tal como Barthes antecipou a relação interactiva entre o leitor e o texto, Derrida ao desconstruir a estabilidade do significado das palavras, afirmando que este é o produto da diferença, ou seja, que cada palavra está contaminada pelo significado de outras palavras e como tal estas nunca são estáveis nem estão fixas no tempo, desafiou o logocentrismo e, conseqüentemente, a autoridade da palavra e a possibilidade de significados definitivos. A leitura desconstrucionista desmonta as tentativas de criação de significados estáveis, desmonta os seus centros, instalando a multiplicidade e a dispersão dos centros. Assim, um texto nunca é considerado fechado: não há um significado final, o texto permanece um campo de possibilidades (cf. Bertens, 2001:122-138).

Navega-se e percorre-se uma estrutura labiríntica porque há uma ausência de centro. É o leitor quem estabelece o centro e constrói (lê) o seu hipertexto. Trata-se, poder-se-á dizer, de uma autoria-partilhada, uma vez que é o leitor hipertextual quem decide a direcção a tomar e reorienta a estrutura rizomática (estrutura de hierarquias provisórias, heterogénea e múltipla).

Aliás, a criatividade na leitura hiper-

textual reside, fundamentalmente, na escolha dos percursos (indeterminados e múltiplos) e no jogo de construção de um significado entre eles, de forma a produzir um sentido para as várias narrativas que constituem o hipertexto.

Também o romance modernista *As Ondas* de Virginia Woolf, publicado, pela primeira vez, em 1931, apesar de se apresentar como uma sequência de nove capítulos, antecipa algumas das características do hipertexto, nomeadamente, a fluidez e a multiplicidade. A fluidez na forma como as suas seis personagens constroem os percursos das suas memórias, e a multiplicidade na polifonia de monólogos interiores.

Aqui, tal como no hipertexto, o leitor tem de preencher os espaços em branco, ao divagar, permanentemente, pelos percursos construídos pelos monólogos interiores que facilmente o conduzirão a um aparente caos, já que, por vezes, não se sabe qual a personagem que pensa/fala: «The subject is neither “this” nor “that”. Its true “site” is the very dialectic between dissemination and reconstruction” or between “dispersal and reassembly”.» (Lucenti, 1998).

Apesar de se poder considerar *As Ondas* um exemplo de proto-hiperficção, pelas características que apresenta, definidas, em parte, pela técnica narrativa da corrente de consciência, há quem afirme que há diferenças substanciais entre a leitura do texto impresso em livro e a do hipertexto, referindo que na leitura do primeiro o leitor tem de usar a imaginação para preencher os vazios do texto, e no hipertexto os vazios a serem preenchidos são já, eles mesmos, uma característica do hipertexto que os leitores esperam ser múltiplo, não-linear, fluido, e incoerente: «Their gaps are conventions of their form. Hiperfiction readers expect multiple, ephemeral narrative and a lack of coherence and consistency.» (Miller, 2001).

Ora, em 1931, os leitores e críticos de *As Ondas*, não conhecedores

destas convenções, depararam-se com um trabalho de construção do significado a partir da associação dos diversos fragmentos memorialistas que liam. Virginia Woolf construiu uma narrativa onde permanentemente se salta de uma recordação para outra. Como por exemplo:

*The truth is that I need the stimulus of other people. Alone, over my dead fire, I tend to see the thin places in my own stories. The real novelist, the perfectly simple human being, could go on, indefinitely, imagining. He would not integrate, as I do. He would not have this devastating sense of grey ashes in a burnt-out grate. Some blind flaps in my eyes. Everything becomes impervious. I cease to invent.* (Woolf, [1931] 1992 :51).

Logo na linha a seguir e abrindo novamente aspas, Virginia Woolf escreve: *Let me recollect. It has been on the whole a good day. The drop that forms on the roof of the soul in the evening is round, many-coloured. There was the morning, fine; there was the afternoon, walking. I like views of spires across grey fields. I like glimpses between people's shoulders. Things kept popping into my head. I was imaginative, subtle. After dinner, I was dramatic. I put into concrete form many things that we had dimly observed about our common friends. I made my transitions easily. But now let me ask myself the final question, as I sit over this grey fire, with its naked promontories of black coal, which of these people am I? I depends so much upon the room.[...] Na so to bed.* (Ibid.: 51-52).

Após este longo monólogo de Bernard, do qual se transcreve apenas uma pequena parte, lemos, logo a seguir, o de Neville:

*In a world which contains the present moment," said Neville, "why discriminate? Nothing should be named lest by so doing we change it. Let it exist, this bank, this beauty, and I, for one instant, steeped in pleasure. The sun is hot. I see the river. I see trees*

*specked and burnt in the autumn sunlight. Boats float past, through the red, through the green.[...] (Ibid.: 52).*

Após este soliloquio seguem-se outros de outras personagens ao longo de mais de duzentas páginas. E o discurso memorialista do percurso de seis vidas oferece uma leitura não sequencial, onde seis vozes divagam ao ritmo das suas recordações: «Virgínia abdicou de uma trama que atravessa todo o livro e em que todas as coisas se desenrolam umas a partir das outras. Esquematizou o monólogo de seis pessoas – três homens e três mulheres – entre si e uns contra os outros.» (Waldmann, 2001: 123).

Na verdade em *As Ondas*, a leitura pode não ser sequencial. Apesar das suas páginas ordenadas, o leitor pode saltar as que desejar e ler mais uma das recordações destas personagens sem que isso afecte o processo de construção de um significado. Porque mesmo que leia as páginas respeitando a sua numeração, as múltiplas recordações atribuídas às seis vozes forçam, de qualquer maneira, o leitor a um permanentemente questionamento.

De facto, este texto dá primazia ao código da lógica não linear, induzindo o leitor a efectuar, mentalmente, ligações e mantendo o processo dinâmico de leitura-escrita. Ao mesmo nível que na hiperficção, onde a estrutura se apresenta com um carácter móvel e onde o texto renasce a cada ligação que se faz, em *As Ondas* é possível concretizar a fluidez e a multiplicidade características da hiperficção, uma vez que se pode assistir ao abandono da ordenação que foi imposta às suas páginas e à possibilidade de associações múltiplas e, conseqüentemente, à singularidade das interpretações resultantes das associações possíveis.

Em reacção ao carácter fragmentado desta obra, um dos críticos literários da época escreveu que esta seria uma «[...]story-full of scattered and fragmentary forms.» (Fortnightly Review, Novembro 1931). E um outro afirmou que: «The Waves... is style

and very little more. . .[...]

 (Herrick, 5 Dezembro 1931).

Pela desfamiliarização com as potencialidades de uma hiperficção, ou no caso concreto de *As Ondas*, de um romance onde o leitor tem de deambular por entre um labirinto de emoções e memórias de múltiplas vozes e a partir daí construir um significado, a crítica dos anos 30 não foi, de um modo geral, muito favorável ao romance de Virgínia Woolf. Antecipando alguns dos potenciais problemas da leitura hipertextual – o recurso constante à memória e a sensação de se estar perdido ou mesmo saturado por não se conseguir encontrar um fio narrativo e por essa razão perder o interesse – um dos críticos literários afirmou:

*The book itself is not very interesting to read. Partly this may be because all the six characters whose thoughts are communicated to us seem to think in the same tone, so that it is hard to remember which of them is which. . . the incessant chanting effect grows monotonous, and I found my attention distracted or exhausted as I read.[...].* (Swinnerton, 9 Outubro 1931).

Pode-se agora recordar o que diz John Miller sobre as dificuldades da leitura hipertextual. Na opinião deste teórico, no processo de leitura de um livro impresso cabe ao leitor fazer as perguntas sobre o texto que está a ler e escolher o modo e quando fazê-las; no hipertexto o leitor é forçado a fazer as escolhas em determinados momentos, vendo, deste modo, limitado o seu poder de interrogação: «By forcing them [leitores] to make choices at certain points in the reading process, hyperfictions may discourage or distract readers from locating gaps of their own and thus interacting with the text to make meaning.» (Miller, 2001). Este autor afirma, ainda, que muitas das vezes o leitor em vez de tentar preencher os espaços para criar a coerência que não lhe é apresentada, rapidamente opta por clicar no rato e mudar para outro segmento de palavras no ecrã.



Depois desta visão pessimista em relação ao processo de leitura hipertextual, poder-se-á sugerir que John Miller se esqueceu que também no processo de leitura de um livro, um leitor pode desmotivar-se e optar por não preencher os espaços vazios de forma a construir um todo coerente e decidir mudar de página por exemplo, ou mesmo abandonar a leitura. Ampliando a questão do hipertexto, este autor acredita que os meios de comunicação estão a retirar o poder criativo da imaginação e a transformar os leitores em meros espectadores, por oposição à categoria hipertextual de leitor-produtor.

Isto leva-nos à primeira questão que se colocou no início deste artigo: será o modelo de leitura hipertextual um novo modelo de leitura? De acordo com John Miller a resposta será afirmativa, embora apresente este novo modelo com características pouco abonatórias, acusando-o de não estimular nem a imaginação nem a reflexão.

A resposta também será afirmativa se se tiver em conta a diferença substancial entre o modelo de leitura clássico e o modelo de leitura hipertextual, isto é, o espaço onde ele se concretiza. O espaço hipertextual é multidimensional e topográfico, onde tudo funciona por proximidade ou vizinhança. Na realidade, o hipertexto, tal como é descrito nos princípios apresentados por Pierre Lévy, tem características que lhe são atribuídas pelo espaço no qual é construído. Por essa razão ele é mutável, heterogéneo, múltiplo, organiza-se topograficamente e os seus centros são móveis (cf. Lévy, 1990: 32).

Na realidade, no modelo de leitura hipertextual, o leitor tem de escolher de entre as ligações que lhe vão sendo apresentadas e que lhe vão revelando sucessivos segmentos textuais multilineares. Dá que se considere o hipertexto um texto em constante movimento e mutação.

Na sequência natural destas refle-

xões, uma vez que se referiu a escolha que os leitores fazem do percurso a seguir, pode-se agora avançar para uma outra questão: a do leitor como co-autor do hipertexto.

Parece ser consensual que qualquer que seja o texto literário (impres- so ou não) que se esteja a ler, se está permanentemente, e a convite do próprio texto, a tentar construir hipóteses sobre o significado do texto, a fazer conexões implícitas, a preencher espaços ou a confirmar suspeitas. Na terminologia da teoria da recepção, o leitor «concretiza» o trabalho literário. Já que sem esta participação activa e contínua do leitor, o texto literário seria apenas um conjunto de marcas pretas nas páginas.

Porém, o que muda quando se transpõem estas constatações para o modelo de leitura hipertextual? Ao contrário do texto que não é hipertextual, no hipertexto o leitor pode escolher a sequência dos segmentos escritos pelo autor. Assim, e à partida parece evidente a função do leitor como co-autor do hipertexto. Todavia, há vozes discordantes, concretamente Espen J. Aarseth que questiona fortemente a realização de uma autoria partilhada (1997: 77-78)

Também Umberto Eco rejeita a ideia de co-autoria, afirmando que o hipertexto promete a liberdade absoluta ao leitor, mas só lhe dá uma ilusão de liberdade: «The only machinery that allows one to produce infinite texts already existed from millennia, and its is the alphabet [...] pre-established sequences of words, or of page, does not set us free to invent anything we want.» (Eco, 1998). A propósito da autoria-partilhada, Eco afirma que cada leitor pode acrescentar algo ao texto e nesse caso a noção clássica de autoria desaparece, mas, diz este teórico, há uma diferença entre promover a actividade de produzir textos e a existência de textos produzidos. O mesmo autor diz ainda que a liberdade e criatividade vão sempre co-existir com a interpretação textual e o hiper-

texto não alterou esse facto. Para além do mais, acrescenta Eco, o hipertexto nunca será um texto para ser lido, mas sim um texto para ser consultado, já que, na sua opinião, ler num ecrã de computador não é o mesmo do que ler um livro (Ibidem).

Apesar de vozes menos optimistas em relação à leitura hipertextual, neste novo modo de escrita, a interactividade que designa a participação do leitor na co-criação dos textos, vem alterar profundamente a relação comunicacional entre autor-texto-leitor, pela anulação do carácter linear do texto impresso e emersão do leitor como peça fundamental na (re)criação do texto literário. Esbate-se o abismo entre o autor e o leitor e o «leitor está sempre pronto a tornar-se um escritor» (Benjamin, [1936] 1992: 97).

Na verdade, o hipertexto assume-se como a construção da promessa de transformar os leitores em co-autores do textos, já que são os leitores quem vão escolher os seus percursos de leitura e assim criar um texto que pode ser o seu<sup>5</sup>.

Todavia, quer a leitura do texto impresso quer a do hipertexto assumem, inevitavelmente, a forma de uma cooperação entre o autor e o leitor, a partir da qual se constrói o significado do (hiper)texto. É de tal modo evidente o papel do leitor na construção do significado que dificilmente se entende a posição de menor destaque atribuída ao leitor que só com as teorias da estética da recepção foi afirmada. A verdade é que sem o leitor o texto não se concretizaria e o aparecimento do hipertexto veio confirmar isto mesmo.

Apesar de não se pretender chegar a nenhuma conclusão definitiva, terminada esta reflexão sobre a leitura hipertextual, parece ser possível afirmar que a hiperficção veio atestar o importante papel desempenhado pelo leitor na concretização da obra literária, através da criação de um modelo de leitura ainda mais activo do que o modelo de leitura clássico. E as proto-hiperficções abriram o caminho para a

familiarização com este novo modelo de leitura. Apesar da distância temporal entre a publicação de *As Ondas e o Castelo dos Destinos Perdidos*, ambas as obras já preparavam o leitor para a multiplicidade de percursos, para a mobilidade do centro da narrativa, para uma sucessão não sequencial e não hierárquica dos acontecimentos e para o jogo de combinações múltiplas a partir dos diversos blocos de conteúdo impressos. Nestas duas obras literárias, o leitor pode, tal como acontece quando lê uma hiperficção, decidir o seu próprio percurso - onde quer começar e onde quer continuar - criando, desse modo, a sua própria leitura pessoal e única, sem prejuízo nenhum para a construção de um significado. O que em comparação com a leitura de uma obra que proporcione um modelo clássico de leitura, pode ser muito mais criativo e dinâmico.

Porém, perante a estranheza do modelo de leitura hipertextual (ou mesmo proto-hipertextual), o leitor tem de aprender a lógica da organização do conteúdo destas obras literárias. Só desse modo, poderá percorrê-las sem se sentir frustrado pela falta de um percurso sequencial e hierárquico. Na verdade, proto-hiperficções, como as que se apresentaram neste artigo,

podem revelar quão flexível e dinâmico pode também ser um texto impresso. Para além de que, ao anteciparem algumas das características das hiperficções, obras como as de Virginia Woolf e as de Italo Calvino obrigam a que se repense a função do leitor na eterna e complexa relação autor-texto-leitor

.....

**1** A primeira formulação conceptual do hipertexto foi de Ted Nelson, cujo projecto *Xanadu* tinha como objectivo basilar (e muito optimista) a criação de um hipertexto que permitisse armazenar toda a literatura mundial à qual se acederia a partir de qualquer computador.

**2** A primeira hiperficção terá sido *Afternoon: a Story* de Michael Joyce, em 1990.

**3** Cf. Pierre Lévy, *As Tecnologias da Inteligência*, p.32, onde se descrevem os seis princípios que caracterizam o hipertexto.

**4** *O Castelo dos Destinos Cruzados* de Italo Calvino contém um conjunto de histórias escritas a partir da interpretação de cartas de um baralho de *tarot*. As cartas são colocadas em colunas e filas que se interseccionam e cada uma das histórias é construída a partir de colunas e filas de cartas de tarot. O efeito é que também as histórias se interseccionam, e a interpretação de cada carta do tarot varia de história para história.

**5** A título de exemplo de uma prática hipertextual diferente daquelas que até aqui se apresentaram, referimos a peça de teatro *T de Lempicka*, da autoria de John Krizanc, levada a cena pelo grupo de teatro *Fatias de Cá*, no Convento de Cristo, em Tomar, em 2003. O enredo gira em torno da visita da pintora polaca Tamara de Lempicka a casa de Gabriele d'Annunzio para lhe pintar o retrato. Nesta peça de teatro, o espectador é convidado a seleccionar as cenas a que deseja assistir, o que, inevitavelmente, o leva a perder outras que se desenrolam noutras salas do Convento. É uma experiência diferente das habituais em teatro onde o espectador segue as cenas que se representam no palco. Para além do mais, o espectador da peça *T de Lempicka* imerge no mundo imaginário (uma vez que participa como espectador/figurante nas cenas) e experimenta o prazer de agir na ficção (o espectador escolhe seguir as personagens que deseja através das várias salas do Convento). Ao assistir-se a *T de Lempicka* há, de facto, uma aproximação à vivência virtual, já que o espectador é convidado a "viver" a realidade do bloco narrativo pelo qual opta. Na realidade, nesta peça de teatro hipertextual há só uma história, mas uma série de narrativas diferentes cuja escolha fica ao critério do espectador/leitor.

### Referências Bibliográficas:

- .....
- AARSETH, Espen J. (1997), *Cybertext: Perspectives on Ergodic Literature*, John Hopkins University Press, Baltimore.
- BARTHES, Roland [1968] 1988, «The Death of the Author» in *Modern Criticism and Theory: a Reader*, (ed. David Lodge), Longman, Londres e Nova Iorque.
- BARTHES, Roland [1970](1999), *S/Z*, Trad. Mª de Santa Cruz e Ana Mafalda Leite, Edições 70, Lisboa.
- BENJAMIN, Walter [1936](1992), «A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica» in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Trad. Maria Luz Moita, Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto, Ed. Relógio d'Água, Lisboa, pp.70-113.
- BERTENS, Hans (2001), *Literary Theory*, Routledge, Londres e Nova Iorque.
- BOLTER, Jay David (1991), *Writing Space: the Computer, Hypertext, and the History of Writing*, L. Erlbaum Associates, Hillsdale, NJ.
- BRANCO, Camilo Castelo [1864](1997), *Vinte Horas de Liteira*, Ulmeiro, Lisboa.
- CALVINO, Italo [1973](1977), *O Castelo dos Destinos Cruzados*, Trad. Gaëtan Martins de Oliveira, Livraria Bertrand, Lisboa.
- CUADRADO, Luis (1997), «El Hipertexto» in José Romera Castillo, Francisco Gutiérrez Carbajo e Mario Garcia-Page (eds.), *Literatura y Multimedia*, Visor Libros, Madrid, pp. 247-257.

- DOTRAS, Ana M. (1997), «Hypertexto: Lectura y Aprendizaje» in José Romera Castillo, Francisco Gutiérrez Carbajo e Mario García-Page (eds.), *Literatura y Multimedia*, Visor Libros, Madrid, pp. 331-338.
- ECO, Umberto [1979](1986), Lector in Fabula: *A Cooperação Interpretativa nos Textos Narrativos*, Editora Perspectiva, São Paulo.
- ECO, Umberto (12 Novembro 1998), «From Internet to Gutenberg», Comunicação apresentada à Academia Italiana para Advanced Studies in America, [www.hf.ntnu.no/anv/Finnbo/tekster/Eco/Internet.htm](http://www.hf.ntnu.no/anv/Finnbo/tekster/Eco/Internet.htm) (consultado em 19 Abril 2004).
- FORTNIGHTLY REVIEW (Novembro 1931). citado em [www.uah.edu/woolf/wavescontrev.html](http://www.uah.edu/woolf/wavescontrev.html), (consultado em 07-08-2004).
- HERRICK, Robert (5 Dezembro 1931), *Saturday Review of Literature* citado em [www.uah.edu/woolf/wavescontrev.html](http://www.uah.edu/woolf/wavescontrev.html), (consultado em 07-08-2004).
- INGARDEN, Roman [1931](1965), *A Obra de Arte Literária*, 2ª ed. Trad. Albin E. Beau, Mª da Conceição Puga e João F. Barrento, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- ISER, Wolfgang [1974](1978), *The Implied Reader: Patterns of Communication in Prose Fiction from Bunyan to Beckett*, John Hopkins University Press, Baltimore.
- ISER, Wolfgang [1978](1991), *The Act of Reading: a Theory of Aesthetic Response*, John Hopkins University Press, Baltimore.
- ISER, Wolfgang (s.d). «Interaction between Text and Reader» in Suleiman, Susan e Inge Crosman (eds) (1980), *The Reader in the Text: Essays on Audience and Interpretation*. Princeton University Press, Princeton, New Jersey.
- LANDOW, George (ed.) (1994), *Hyper/Text/Theory*. John Hopkins University Press, Baltimore.
- LANDOW, George (1997), *Hypertext 2.0: The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology*, John Hopkins University Press, Baltimore.
- LEVY, Pierre (1990), *As Tecnologias da Inteligência*, Instituto Piaget, Lisboa.
- LODGE, David (ed.) (1988), *Modern Criticism and Theory: a Reader*, Longman, Londres e Nova Iorque.
- LUCENTI, Lisa Marie (1998), «Virginia Woolf's The Waves: to defer that "appalling moment"» in *Criticism*, vol.40, nº1, reproduzido em [www.questia.com](http://www.questia.com) (consultado a 13 Agosto 2004).
- MACHADO, Arlindo (1997), «Hypermedia: the Labyrinth as Metaphor» in José Romera Castillo, Francisco Gutiérrez Carbajo e Mario García-Page (eds.), *Literatura y Multimedia*, Visor Libros, Madrid, pp. 259-268.
- MIALL, David S. (1999), «Trivializing or Liberating? The Limitations of Hypertext Theorizing» in *Mosaic*, vol.32, nº2, reproduzido em [www.questia.com](http://www.questia.com) (consultado a 9 Maio 2004).
- MIHAJLOVIC, Jasmina (1998), «Milorad Pavic and Hyperfiction» in *The Review of Contemporary Fiction*, vol.18, nº2, reproduzido em [www.questia.com](http://www.questia.com) (consultado a 13 Agosto 2004).
- MILLER, John (25 Outubro 2001), «Why Hyperfiction Didn't Work», *M/CReviews*, <http://www.mediaculture.org.au/reviews/features/interactive/millers.html> (consultado a 19 Abril 2004).
- MOURÃO, José Augusto (2001), *Ficção Interactiva: Para uma Poética do Hipertexto*, Coleção Estudos de Comunicação, Cultura e Tecnologias, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.
- RYAN, Marie-Laure (ed.) (1999), *Cyberspace Textuality: Computer Technology and Literary Theory*, Indiana University Press, Bloomington, Indiana.
- SHIPLEY, Joseph T. (ed.) (1943), *Dictionary of World Literature: Criticism, Forms, Technique*, The Philosophical Library, Nova Iorque.
- SULEIMAN, Susan e Inge Crosman (eds.) (1980), *The Reader in theText: Essays on Audience and Interpretation*. Princeton University Press, Princeton, New Jersey.
- SWINNERTON, Frank (9 Outubro 1931). *Evening News*, [www.uah.edu/woolf/wavescontrev.html](http://www.uah.edu/woolf/wavescontrev.html), (consultado em 07-08-2004).
- VAZ, Rui Manuel Neves da Fonseca (2002), *Hipertextualidade: para um Estudo do Hipertexto, Textualidade e Educação*, Tese de Mestrado não publicada apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- WALDMANN, Werner (2001), *Virginia Woolf*, Trad. Maria Emília Ferros Moura, Temas e Debates, Lisboa.
- WOOLF, Virginia [1931](1992), *The Waves*, Hogarth Press, Londres. Lisboa.

# AVALIAÇÃO ECONÓMICA NO SECTOR DA SAÚDE

A sociedade em geral tem necessidades ilimitadas que não podem ser satisfeitas na sua totalidade, porque os recursos são escassos. Torna-se, então, necessário fazer escolhas que devem ser cuidadosamente fundamentadas. No sector da saúde, esta questão do estabelecimento de prioridades é particularmente melindrosa, o que justifica a aplicação da teoria económica aos fenómenos e problemas associados à saúde, assumindo importância, neste contexto, a avaliação económica de programas de saúde. Neste artigo pretende-se resumir as componentes e os principais tipos de avaliação económica. Pretende-se também evidenciar o papel do desconto ou actualização e da análise de sensibilidade.

Lara Nobre de Noronha e Ferreira - ESGHT

## Introdução

Num cenário de escassez de recursos, não é possível satisfazer todas as necessidades da sociedade, tornando-se necessário fazer escolhas, que devem ser cuidadosamente fundamentadas. De facto, é importante conhecer como estão a ser empregues os recursos, uma vez que a sua utilização de uma determinada maneira leva ao sacrifício da possibilidade de serem utilizados de outra forma (custo de oportunidade). No sector da saúde, esta questão do estabelecimento de prioridades é particularmente melindrosa, o que justifica a aplicação da teoria económica aos fenómenos e problemas associados ao tema da saúde.

É neste contexto que assume importância a avaliação económica de programas de saúde que consiste numa análise comparativa de programas ou investimentos alternativos, em termos de custos e consequências (ganhos em saúde), tendo como objectivo final a escolha entre essas diferentes alternativas num cenário de escassez de recursos e a estimação

do custo de oportunidade de cada alternativa (Drummond et al, 1997).

## Componentes da avaliação económica

Os custos consumidos pelo programa de saúde abrangem os custos directos e os custos indirectos. Os custos directos são constituídos pelos gastos do Serviço Nacional de Saúde (S.N.S.) e pelos custos suportados pelos doentes com o tratamento, entre outros. Os custos indirectos consistem no custo da perda de produção (tempo de trabalho perdido pelos doentes, tempo de lazer perdido, etc). É ainda possível identificar custos intangíveis, como o valor monetário da dor e do sofrimento do doente e da família. Os custos incorridos pelo S.N.S. com o programa de saúde são facilmente monetizáveis, bem como os gastos dos doentes e familiares com o tratamento. No entanto, o apoio prestado por familiares, os encargos domésticos e o tempo perdido pelo doente e familiares com a deslocação aos serviços de saúde, por exemplo, são mais difíceis de valorizar, embora tenham

que ser considerados por constituírem informação essencial (Torrance, 1986).

Os benefícios ou ganhos em saúde abrangem os efeitos de saúde (anos de doença evitados, vidas salvas), os benefícios económicos (benefícios directos - poupança em custos, ao tornar os indivíduos mais saudáveis - benefícios indirectos, redução de trabalho perdido e benefícios intangíveis - valor monetário da redução da dor e sofrimento) e o valor dos ganhos em saúde (medidos através de valores monetários baseados nas disposições para pagar ou receber ou de anos ajustados pela qualidade de vida - QALYs, baseados em medidas de utilidade).

A metodologia empregue numa Avaliação Económica no sector da saúde tem muita importância, para que os resultados possam ser válidos. Para Campos (1986), as fases para o desenvolvimento de um estudo de Avaliação Económica são cinco: (1) definição e identificação dos objectivos a alcançar; (2) determinação das alternativas possíveis; (3) estimação dos custos e benefícios para cada alternativa; (4) ajustamento dos custos



		ANÁLISE DE CUSTOS E CONSEQUÊNCIAS?			
		NÃO		SIM	
COMPARAÇÃO DE DUAS OU MAIS ALTERNATIVAS?	NÃO	SÓ CONSEQUÊNCIAS	SÓ CUSTOS	AVALIAÇÃO PARCIAL	
		AVALIAÇÃO PARCIAL			
		1A	1B		2
		• descrição de resultados	• descrição de custos		• Descrição de custos e resultados de um só programa
	SIM	AVALIAÇÃO PARCIAL			AVALIAÇÃO TOTAL
		3A	3B	4	
		• Avaliação da Eficácia ou Efectividade	• Análise de Custos	• Minimização de Custos/Análise de Custos • Análise de Custo-Efectividade • Análise Custo-Benefício • Análise Custo-Utilidade	

FIG. 1 Tipos de Avaliação no Domínio da Saúde (Fonte: Adaptado de Drummond et al,1997)

e consequências por diferenças no tempo, ponderando as incertezas; (5) apresentação dos resultados.

**Tipos de avaliação económica**

No domínio da saúde, existem diferentes tipos de avaliação económica com distinções nos seus fundamentos teóricos. Drummond et al (1997) identificam os diferentes tipos de avaliação económica no sector da saúde, distinguindo-os em função de se tratarem de análises de custos e de consequências ou não, e por compararem duas ou mais alternativas (Figura. 1).

Nas células 1A, 1B e 2 não é feita uma comparação entre alternativas, sendo apenas avaliado um programa ou intervenção. No fundo, é feita uma descrição do programa, uma vez que uma avaliação pressupõe a existência de uma comparação. Na célula 1A, são apenas analisadas as consequências do programa, pelo que a avaliação é denominada *descrição de resultados*. A análise inscrita na célula 1B apenas se baseia numa análise de custos, pelo que é designada *descrição de custos*. Todos os estudos sobre custos da doença ou “fardo” da doença se referem a esta descrição de custos, pois descrevem os custos para a sociedade, mas não comparam diferentes alternativas. Na célula 2 são

apresentados os *custos e resultados de um só programa*. Neste tipo de análise não são comparados os custos e as consequências de um determinado programa com outro, pelo que não pode ser considerada uma verdadeira avaliação económica. As células 3A e 3B apresentam situações em que são comparadas duas ou mais alternativas, contudo, em cada uma, são apenas considerados ou os custos ou as consequências. Na célula 3A, são unicamente comparadas as consequências das alternativas, utilizando-se a designação de *avaliação da eficácia e efectividade*. Esta abordagem é a que é seguida na maior parte dos estudos clínicos. Na célula 3B, são comparados apenas os custos das alternativas, tratando-se de uma simples *análise de custos*.

Apenas a situação 4 analisa os custos e consequências de um determinado projecto, comparando duas ou mais alternativas, pelo que só esta situação procede a uma análise da eficiência económica, em que os recursos são disponibilizados para determinado programa de saúde e são utilizados de forma a maximizar os benefícios para a sociedade. Assim, as situações 1A, 1B, 2, 3A e 3B são designadas avaliações parciais, sendo apenas a situação 4 uma avaliação económica total.

**Análise de Minimização de Custos**

Na *Análise de Minimização de Custos* são comparadas, em termos de custos, alternativas com as mesmas consequências. Neste tipo de análise, são valorizados todos os encargos em que incorre a valorização de cada alternativa: a mais eficiente é a que incorre em menos encargos. É uma análise simples, que apenas entra em linha de conta com os custos, umas vezes apenas com os custos directos e, noutras ocasiões, com os custos directos e custos indirectos.

Normalmente, os investigadores não designam os seus estudos por *Análise de Minimização de Custos*. Às vezes, são designados por *Análises Custo-Efectividade* e acabam por ser simplificados porque se verifica que as consequências são equivalentes, ou são designados desta forma porque existe um conhecimento prévio da equivalência das consequências<sup>1</sup>. Neste sentido, a *Análise de Minimização de Custos* é muitas vezes considerada como uma forma especial de *Análise Custo-Efectividade*, em que as consequências são equivalentes (Drummond et al, 1997). São exemplos deste tipo de avaliação o estudo conduzido por Russell et al (1977), em que são considerados os custos de intervenções a hérnias e hemorróidas e o de Waller et

al (1978), sobre estadia pós-operatória de 48 horas no tratamento de hérnias.

### ..... Análise Custo-Benefício

A *Análise Custo-Benefício* compara os benefícios e os custos associados a diferentes alternativas, valorizando-os em termos monetários, e actualizando-os para o momento da tomada de decisão, por forma a que se possa determinar a alternativa que maximiza a razão entre benefícios e custos. De facto, como os custos e os benefícios dos programas de saúde se manifestam, muitas vezes, ao longo dos anos e os indivíduos preferem efectuar determinadas despesas no futuro e usufruir dos benefícios no momento presente (preferência temporal), torna-se necessário actualizar os custos e os benefícios para o momento da tomada de decisão, para que possam ser comparados. Assim, depois de identificados, medidos e valorizados os custos e os benefícios sociais, é necessário actualizá-los e compará-los através do seguinte rácio:

$$\frac{\sum_{t=1}^n B_t \times \frac{1}{(1+r)^t}}{\sum_{t=1}^n C_t \times \frac{1}{(1+r)^t}}$$

onde:

$r$  – taxa de actualização ou desconto,  
 $n$  – período de tempo de duração do programa,

$B_t$  – valor dos benefícios, no ano  $t$ ,

$C_t$  – valor dos custos, no ano  $t$ .

Se o rácio for superior a 1, então o *projecto é socialmente eficiente*. Pelo contrário, se o rácio for inferior a 1, então o *projecto é socialmente ineficiente*.

Esta análise foi o tipo de estudo escolhido por Giraldes, Geada e Cordeiro para a avaliação económica da prevenção da Nefropatia Diabética (Giraldes, 1997). Alves (1991) desenvolveu uma *Análise Custo-Benefício* da construção de um novo Hospital Geral em Guimarães, contra a alternativa de nada fazer, estimando a procura não satisfeita localmente e os custos de investimento e funcionamento.

A *Análise Custo-Benefício* tem sido muito criticada por causa da monetização dos custos e consequências, uma vez que muitos investigadores consideram que a vida humana está a ser comparada e valorizada. Esta monetização pode ser feita através de, pelo menos, três métodos: do capital humano, da disposição para pagar e da disposição para receber. A utilização de um programa de saúde pode ser vista como um investimento no capital humano de um indivíduo. Na medição do retorno deste investimento, o valor do tempo saudável de vida produzido pode ser quantificado em termos da produção, renovada ou aumentada, do indivíduo no mercado de trabalho. Este método atribui um valor monetário ao tempo de vida saudável através dos valores do mercado de trabalho (salários). O valor do programa é medido em termos do valor presente de ganhos futuros (Drummond et al, 1997). Esta teoria não é aceite por todos os autores, sendo bastante contestada. Primeiro, embora em teoria os valores dos salários reflectam a produtividade marginal de um trabalhador, frequentemente existem imperfeições no mercado de trabalho e os salários poderão, por sua vez, reflectir essas imperfeições. Segundo, poderá levar à conclusão que não existem benefícios na aplicação de um programa de saúde a um grupo de desempregados, crianças ou idosos, pois estes indivíduos não desenvolvem nenhuma actividade remunerada (Campos, 1986). Terceiro, não considera efeitos como a dor, o desconforto, o sofrimento, a qualidade de vida, etc, que embora, não sejam efeitos económicos, não podem deixar de ser tomados em conta na tomada de decisões.

Alguns economistas defendem que a melhor forma de valorizar os benefícios é utilizar o valor que os indivíduos estão dispostos a pagar para a melhoria da saúde. A disposição para pagar (*Willingness to Pay*) mede a quantia em dinheiro que os indivíduos estão dispostos a pagar para usufruir

de determinados benefícios (Pearce e Turner, 1990), isto é, determina a quantia que um indivíduo estaria disposto a pagar para “adquirir” os ganhos em saúde, se estes estivessem à venda no mercado, *ceteris paribus*. Embora este método seja uma área em crescimento na economia da saúde, à semelhança do que tem acontecido noutras áreas como os transportes ou os recursos ambientais, têm sido tecidas várias críticas a esta teoria, sendo a maior delas o facto das respostas poderem estar dependentes dos rendimentos dos indivíduos. Como exemplos de estudos em que foi aplicado este método temos os estudos de Zethraeus (1998) que aplicou a técnica da disposição para pagar à terapia de substituição de hormonas, para alívio dos sintomas da menopausa; de Birch et al (1999) que mostram o papel da disposição para pagar como método de medição do impacto dos programas de saúde no bem-estar da população, nomeadamente nos programas de prevenção e controlo da gripe; de Bishai e Lang (2000) que aplicaram a disposição para pagar à redução das listas de espera de cataratas; de Narbro e Sjöström (2000) que estimaram a disposição para pagar por um tratamento efectivo da obesidade e de muitos outros.

A disposição para receber (*Willingness to Receive*) corresponde à quantia em dinheiro que os indivíduos estão dispostos a receber em compensação de uma diminuição da saúde, *ceteris paribus* (Pearce e Turner, 1990). No fundo, a disposição para pagar corresponde ao preço de compra e a disposição para receber corresponde ao preço de venda (Torrance, 1986).

As dificuldades de identificação dos benefícios levaram alguns economistas a defenderem as *Análises Custo-Efektividade*, por traduzirem estimativas realistas dos custos e dos benefícios dos programas de saúde, uma vez que expressam os benefícios em unidades físicas (anos de vida ganhos, vidas poupadas, etc.).

### **Análise Custo-Efectividade**

A Análise Custo-Efectividade compara as despesas actualizadas de diversos projectos com os resultados esperados, traduzidos em indicadores físicos (custo por morte evitada, por ano de vida salvo). Isto é, os resultados da Análise Custo – Efectividade são expressos em termos de custos por unidade de consequência (unidades monetárias por cada caso de vidas salvas, por cada caso de doença X evitada ou por cada ano de vida ganho) ou em termos de consequências por unidade de custo (anos de vida ganhos por cada euro gasto, casos de doença detectados por cada euro gasto) (Drummond et al, 1997). É calculada de acordo com o seguinte rácio, sendo escolhida a alternativa mais custo-effectiva:

$$\frac{\sum_{t=1}^n C_t \times \frac{1}{(1+r)^t}}{\dots}$$

Nº de mortes evitadas, nº de anos de vida salvos, etc.

onde:

$r$  – taxa de actualização ou desconto,  
 $n$  – período de tempo de duração do programa,

$C_t$  – valor dos custos, custos líquidos ou custos económicos líquidos para a sociedade, no ano  $t$ .

Este tipo de análise é útil quando se comparam programas alternativos cujos efeitos são medidos nas mesmas unidades. A Análise Custo-Efectividade poderá ser utilizada na comparação de alternativas diferentes, como a análise da diálise de rins em doentes com insuficiência renal *versus* os cuidados domiciliários com idosos, desde que se pretenda que exista um efeito comum de interesse, como os anos de vida ganhos, que permita que os denominadores do rácio custo/efectividade sejam expressos na mesma unidade (Drummond et al, 1997). Contudo, não é apropriada para analisar programas com diferentes tipos de efeitos que originem rácios expressos em unidades diferentes, ou quando existam vários tipos de efeitos clínicos, como redução

em mortalidade e esperança de vida. Por outro lado, a análise custo – efectividade não deve ser utilizada quando se trata de um único programa, porque não há nada com que se possa comparar o rácio custo/efectividade.

Na Análise Custo-Efectividade, os custos (numerador), são definidos em unidades monetárias, pelo que existe a necessidade de os actualizar, de acordo com o conceito de preferência temporal. No entanto, uma vez que este tipo de análise também considera os efeitos (denominador), coloca-se a questão da necessidade de desconto (actualização) dos benefícios. Este é um assunto bastante controverso, pois a aplicação da técnica de desconto aos efeitos poderá ter sérias consequências sobre a avaliação de programas de prevenção, penalizando-os. Por outro lado, o desconto de anos de vida ganhos no futuro atribui um peso menor às gerações futuras, em favor das presentes. Embora esta ideia faça sentido quando se trata da alocação de recursos ou investimentos, parece difícil imaginar os indivíduos a investir em saúde ou a efectuarem trocas de anos saudáveis ao longo do tempo (Drummond et al, 1997). No entanto, muitos investigadores aconselham o uso de uma taxa de desconto sobre os efeitos, pois consideram que a aplicação de um tratamento diferente ao sector da saúde poderá levar a inconsistências na alocação dos recursos ou ao adiamento de decisões de investimento.

Esta avaliação é muito utilizada no sector da saúde, tanto em estudos de medicamentos, como de tratamentos e outras intervenções terapêuticas. A título de exemplo, pode-se referir o estudo de Szeto e Devlin (1996) em que é efectuada uma Análise Custo-Efectividade dos exames médicos de mamografia na Nova Zelândia, relativamente à alternativa de não fazer este tipo de exames, o de Gyrd-Hansen (1997) onde é desenvolvida uma Análise Custo-Efectividade de programas de exames médicos ao cancro colorectal, relativa-

mente a exames ao cancro cervical e o de Williams (1985) onde é utilizada uma Análise Custo-Efectividade no estudo de bypasses da artéria coronária, entre muitos outros.

### **Análise Custo-Utilidade**

A Análise Custo-Utilidade é uma forma “especial” de Análise Custo – Efectividade, em que o efeito é medido pelos anos ajustados pela qualidade de vida (QALYs) ganhos que são valores de utilidade que podem ser medidos. Neste tipo de análise, os resultados dos programas de saúde são valorizados em unidades físicas, em combinação com elementos qualitativos. Isto é, a comparação entre diferentes programas é feita com base na relação custo/sobrevida, em que esta última é medida por um elemento qualitativo, os QALYs, tendo-se em conta, tanto o tempo, como a qualidade da sobrevivida obtida com o programa. Esta análise é bastante utilizada no sector da saúde por se centrar, não só em aspectos económicos, mas também em aspectos tão importantes como a utilidade dos estados de saúde e a qualidade de vida obtida pela aplicação do programa de saúde.

Como a Análise Custo-Utilidade utiliza uma unidade comum de medida, os QALYs ganhos, permite o estabelecimento de comparações entre programas. Os QALYs constituem uma única medida dos ganhos em saúde, captando tanto o efeito na quantidade de vida, como na qualidade de vida e permitindo a agregação entre todos os indivíduos afectados. Um ano de boa saúde (ano saudável) de um determinado indivíduo corresponde (vale) um QALY, pelo que um ano de vida com um nível de saúde baixo ( $x$ ), em que  $x < 1$ , vale  $x$  QALYs. Ajustando o valor de um ano de vida futura a um valor corrente, a uma taxa  $r$ , é possível calcular o valor corrente dos QALYs esperados por um indivíduo, considerando o seu “perfil de saúde” e a sua vida futura. Como as intervenções cirúrgicas e

os tratamentos alteram o “perfil de saúde” esperado e a vida futura do indivíduo, geram diferentes QALYs. A diferença entre os QALYs gerados com ou sem intervenção/programa, corresponde ao ganho (ou perda) em QALYs provocado pela intervenção/programa. Neste sentido, os QALYs constituem uma medida de comparação de custos e consequências de diferentes alternativas e obtêm-se ajustando o período de tempo afectado pelo resultado do programa, pelo valor de utilidade (numa escala de 0 a 1) do estado de saúde final. Quando se procede à comparação entre diferentes programas, deverá calcular-se os valores dos custos por QALYs ganhos por cada programa, devendo ser escolhida a alternativa que apresente valores de custo por QALY mais baixos. Compatível com o tipo de decisão dos gestores na área da saúde, este tipo de análise incorpora expressamente a qualidade de vida associada aos ganhos de saúde (Ferreira, 2003).

Um exemplo deste tipo de análise é o estudo desenvolvido por Boyle et al (1983) em que efectua uma Análise Custo-Utilidade dos cuidados intensivos neonatais de bebés com muito baixo peso. Giraldes (1997) apresenta um estudo sobre a eficiência distributiva na utilização de recursos de saúde, em que é desenvolvida uma análise custo-utilidade utilizando como indicador de efectividade/utilidade o valor dos dias de incapacidade poupados, ponderado pelo valor atribuído à diferença entre a utilidade de um estado de saúde com e sem tratamento. Kobelt et al (2000) desenvolveram uma análise custo-utilidade sobre a aplicação de *interferon beta-1b* no tratamento da esclerose múltipla progressiva. Os efeitos deste tratamento são medidos em termos do número de QALYs ganhos com a redução da progressão da doença.

Importa referir que quando um investigador começa a desenvolver um determinado estudo nem sempre está certo de qual será a sua forma final, pelo que se torna difícil escolher pre-

viamente o tipo de avaliação económica a utilizar. A escolha de uma Análise Custo-Efectividade em determinado estudo poderá parecer a mais adequada, porque se está a medir a eficácia, ou porque se estão a comparar duas alternativas com o mesmo objectivo. Contudo, só será possível aplicá-la se as suas consequências forem equivalentes. No entanto, esta suposição não poderá ser feita previamente, antes de se efectuar o estudo, sendo apenas possível verificar tal pressuposto depois do conhecimento dos resultados. Por outro lado, é importante especificar o “ponto de vista” da avaliação económica, pois este pode ir do doente e família, ao hospital, ao sector de saúde ou à sociedade: tudo depende da questão colocada - do objectivo do estudo.

#### Taxa de desconto

A monetarização de custos e consequências é muito utilizada em economia da saúde, pois permite uma homogeneização dos custos e consequências de cada programa, traduzindo-os em unidades comuns. Contudo, embora a monetarização facilite as combinações entre custos e consequências, ela não resolve todos os problemas. Na verdade, os custos e as consequências de determinado programa de saúde não se manifestam num só período de tempo; pelo contrário, costumam prolongar-se por alguns anos. Assim, é necessário encontrar uma forma de “neutralizar” as diferenças existentes na valorização ao longo do tempo, dos custos e consequências do programa; isto é, é preciso determinar o valor no momento presente dos custos e consequências que irão ocorrer no futuro.

A este processo de cálculo do valor no momento inicial, dos custos e consequências que ocorrerão no futuro, chama-se *Desconto* ou *Actualização*. Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a inflação não é a responsável pela necessidade de actualização

(Pereira, 1992). A justificação económica para a necessidade de actualização dos custos e consequências é o conceito de preferência temporal. De facto, geralmente os indivíduos preferem efectuar determinadas despesas no futuro e usufruir dos benefícios no momento presente. Mesmo num mundo com inflação zero e sem taxas de juro, haveria sempre vantagem em receber os benefícios antes e incorrer em custos mais tarde, pois permitiria o acesso a um leque mais vasto de opções. As razões que podem levar os indivíduos a terem preferências temporais positivas podem ser várias. Por um lado, podem ter um tempo de vida curto, pois o futuro é incerto. Por outro lado, podem esperar ter um nível de rendimento mais elevado no futuro, pelo que um euro agora valeria mais do que um euro mais tarde, quando já se tem um rendimento mais elevado (Drummond et al, 1997). A aplicação do desconto a consequências ou efeitos não monetários é um assunto algo controverso, como já foi referido. O Desconto implica uma diferente valorização dos custos e benefícios, consoante eles ocorram no momento presente ou nos seguintes. É obtido da seguinte forma:

$$V_0 = V_t \times \left[ \frac{1}{(1+r)^t} \right]$$

onde:

$r$  – taxa de actualização ou desconto,  
 $V_t$  – valor dos custos ou benefícios no ano  $t$ , que se pretende actualizar para o momento inicial,  $V_0$ .

Existem tabelas previamente elaboradas que permitem uma rápida consulta das taxas de desconto e dos respectivos valores actualizados. A escolha da Taxa de Desconto é também um pouco controversa, mas a normalmente utilizada nas avaliações económicas é de 5%.

#### Análise de sensibilidade

Todas as análises têm o seu grau de incerteza, imprecisão ou contro-  
 vérsia acerca de alguns aspectos



metodológicos. Muitas vezes os investigadores colocam questões do tipo: e se os custos e os benefícios indirectos tivessem sido excluídos da análise? e se tivesse sido utilizada uma taxa de desconto de 3%, em vez de 5%? e se os custos tivessem sido valorizados de outra forma? e se...? Os autores mais cautelosos deverão identificar as áreas metodologicamente mais críticas ou de incerteza e tentar refazer a análise, empregando diferentes assunções ou estimativas, por forma a testar a sensibilidade dos resultados e das conclusões a estas mudanças.

A *Análise de Sensibilidade* testa o impacto da alteração dos pressupostos do programa em estudo sobre os resultados obtidos. Permite comparar, por exemplo, as consequências da alteração dos critérios de estimação dos custos e benefícios ou do uso de taxas de desconto diferentes na actualização de custos e benefícios, sobre os resultados do estudo. Se, após a realização de uma *Análise de Sensibilidade*, as alterações em causa modificarem significativamente os resultados do estudo, então a validade das suas conclusões terá que ser revista e deverá ser feito um esforço no sentido de reduzir a incerteza e/ou melhorar a precisão das variáveis críticas. Mas, se, pelo contrário, as alterações não provocarem modificações significativas nos resultados do estudo, então não estão em causa as conclusões do estudo, sendo estas robustas, ou pelo menos a confiança nos resultados será sem dúvida maior.

A importância do recurso à *Análise de Sensibilidade* em qualquer avaliação económica, deriva do facto de permitir verificar que a conclusão do estudo não é afectada por determinado pressuposto, pelo que a sua falta de convicção ou segurança não porá em risco as conclusões do estudo, ou, ainda, que a conclusão do estudo depende de determinados pressupostos, pelo que deve ser repensada.

### Limitações da avaliação económica

O recurso aos métodos de avaliação económica, como apoio à decisão, tem sido alvo de muitas críticas. Muitos autores sustentam que as questões de equidade são muitas vezes esquecidas, pois as avaliações económicas normalmente não consideram a distribuição de custos e benefícios, podendo levar a um agravamento das injustiças na distribuição dos recursos. Por outro lado, os vários tipos de análises descritos consideram diferentes critérios de equidade. Por exemplo, nas *Análises Custo-Benefício*, a utilização da disposição para pagar na determinação dos benefícios de saúde pode estar dependente do nível de rendimento do indivíduo. Nas *Análises Custo-Utilidade*, a simples agregação dos QALYs implica que sejam valorizados da mesma forma, independentemente de a quem pertencem. Neste sentido, é difícil separar as considerações de equidade da avaliação económica, pelo que os investigadores deverão ter consciência disto aquando da escolha do tipo de análise a utilizar (Drummond et al, 1997).

Alguns autores consideram que a utilização da teoria do capital humano nas avaliações económicas desvaloriza a importância dos indivíduos que não exercem uma actividade remunerada, pois «uma coisa é o valor do trabalho decorrente da vida humana, outra o valor da vida humana per se» (Campos, 1986). Actualmente, tem-se generalizado a utilização das técnicas de disposição para pagar e/ou disposição para receber, em vez da teoria do capital humano, por forma a evitar todas as críticas tecidas a esta última.

É de salientar que os resultados de um estudo de avaliação económica estão, muitas vezes, limitados ao local ou à situação em causa, o que dificulta as comparações entre programas e a sua generalização. De facto, a maior parte dos autores reconhece a necessidade de existência de uma “standartização” nas metodologias dos estudos de

avaliação económica, por forma a facilitar a comparação e interpretação de resultados entre estudos de avaliação económica no sector da saúde e manter determinados níveis de exigência na qualidade da metodologia utilizada na sua concepção (Drummond et al, 1993). No entanto, esta opinião não é consensual.

É, também, de realçar que qualquer avaliação económica consome recursos, pelo que, em última instância, uma *Análise Custo-Benefício* deveria ser sempre submetida a uma *Análise Custo-Benefício*. Por esta razão, parece razoável sugerir que as técnicas de avaliação económica terão maior utilidade em situações em que os objectivos dos programas necessitam de clarificação, em que as alternativas são significativamente diferentes ou em casos em que estão envolvidos elevados investimentos em recursos.

### Conclusão

A necessidade de avaliar economicamente programas de saúde tem suscitado um interesse substancial entre os economistas da saúde, tanto no que diz respeito aos fundamentos da teoria de avaliação económica, como aos meios práticos de conduzir avaliações económicas, por forma a melhorar o bem-estar da sociedade. A *Análise Custo-Benefício* tem uma longa história, requerendo a medição de todos os custos e consequências do programa, directos e indirectos. É importante a actualização dos custos e consequências para valores actuais, sendo que os métodos de actualização estão actualmente em debate. Mas, a tarefa mais difícil deste tipo de análise é a atribuição de valores monetários à vida humana, sendo que o princípio da disposição para pagar, proveniente da economia do bem-estar, é considerado insatisfatório por parte daqueles economistas da saúde que seguem a nova abordagem económica “extra bem estar” (*extra-welfarist*). A *Análise Custo-Efectividade* oferece uma forma

mais prática de avaliação, uma vez que ao evitar a atribuição de valores monetários à vida humana, acaba por ser uma ferramenta muito útil do decisor. Embora as dificuldades da medição de custos ainda estejam presentes, os passos mais arbitrários e controversos são evitados. No entanto, as consequências têm que ser medidas nas mesmas unidades, o que dificulta a sua aplicação. A Análise Custo-Utilidade, que mede os benefícios em termos de QALYs, tem vindo a ser cada vez mais utilizada, uma vez que permite a consideração das preferências dos indivíduos ou da sociedade.

Apesar do seu imenso potencial, reconhecido por quase todos os intervenientes no sector da saúde, a aplicação da avaliação económica na saúde ainda é inferior ao que seria de esperar. As dificuldades em avaliar os benefícios, especialmente o valor da vida humana e dos ganhos (ou perdas) em qualidade de vida, limitam a sua aplicação e portanto a sua utilização como ferramentas de auxílio da decisão. Por último, importa referir que, embora a avaliação económica no sector da saúde seja muito importante como instrumento de apoio à tomada de decisão, ela constitui um auxiliar da tomada de decisão, não um substituto do raciocínio, pelo que o seu papel não deverá ser o de escolher entre diferentes alternativas, mas apenas ajudar os decisores na sua tomada de decisão.

.....

**1** Ramos et al (1990) publicaram um artigo em que pretendem efectuar uma análise custo-efectividade da intervenção terapêutica para redução da colesterolemia. Contudo, trata-se não de um estudo custo-efectividade, mas de uma análise de custos, porque os autores apenas fazem um levantamento dos custos: não consideram os benefícios. O mesmo se passa relativamente a Nunes (1997), em que é suposta ser feita uma Análise Custo-Benefício de duas técnicas em histerectomia, mas apenas é efectuada uma análise de custos.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, A. D. (1991), «Análise Custo-Benefício do Novo H. D. Guimarães» in *Gestão Hospitalar*, nº 20: 24-32.
- BIRCH, S., GAFNI, A. e O'BRIEN, B. (1999), «Willingness to Pay and the Valuation of Programmes for the Prevention and Control of Influenza» in *Pharmacoeconomics*, vol.16, suppl. 1: 55-61.
- BISHAI, D. M. e LANG, H. C. (2000), «The Willingness to Pay for wait Reduction: the Disutility of Queues for Cataract Surgery in Canada, Denmark and Spain» in *Journal of Health Economics*, vol. 19, nº 2: 219-230.
- BOYLE, M. H., TORRANCE, G. W., SINCLAIR, J. C. e HORWOOD, S. P. (1983), «Economic Evaluation of Neonatal Intensive Care of very-low-birth-weight Infants» in *The New England Journal of Medicine*, vol. 308, nº 22:1330-1337.
- CAMPOS, A. C. (1986), *Avaliação Económica de Programas de Saúde*, Cadernos de Saúde/10, Escola Nacional de Saúde Pública, Lisboa.
- FERREIRA, L. N. (2003), «Utilidades, QALYS e Medição da Qualidade de Vida» in *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, vol. temático 3: 51-63.
- DRUMMOND, M., BRANDT, A., LUCE, B. e ROVIRA, J. (1993), «Standardising Methodologies for Economic Evaluation in Health Care: Practice, Problems and Potential» in *International Journal of Technology Assessment in Health Care*, vol.9, nº 1: 26-36.
- DRUMMOND, M., O'BRIEN, B., STODDART, G. e TORRANCE, G. (1997), *Methods for the Economic Evaluation of Health Care Programmes*, Oxford Medical Publications, Oxford University Press, 2ªed, Oxford.
- GIRALDES, M. R. (1997), *Economia da Saúde da Teoria à Prática*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1ª ed., Lisboa.
- GYRD-HANSEN, D. (1997), «Is it Cost Effective to Introduce Screening Programmes for Colorectal Cancer? Illustrating the Principles of Optimal Resource Allocation» in *Health Policy*, 41: 189-199.
- KOBELT, G., JÖNSSON, L., HENRIKSSON, F., FREDRIKSON, S., BENGT, J. (2000), «Cost-Utility Analysis of Interferon Beta-1B in Secondary Progressive Multiple Sclerosis» in *International Journal of Technology Assessment in Health Care*, vol.16, nº 3: 768-780.
- NARBRO, K. e SJÖSTRÖM, L. (2000), «Willingness to Pay for Obesity Treatment» in *International Journal of Technology Assessment in Health Care*, vol.16, nº 1: 50-59.
- NUNES, J. (1997), «Comparação de duas Técnicas em Histerectomia – uma Análise de Custo-consequência» in *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, vol. 15, nº 4: 31-39.
- PEARCE, D. e TURNER, R. (1990), *Economics of Natural Resources and the Environment*, ed. Harvester Wheatsheaf, Great Britain.
- PEREIRA, J. (1992), *Economia da Saúde: Glossário de Termos e Conceitos, Documento de Trabalho 1/93*, Associação Portuguesa de Economia da Saúde, Lisboa.
- RAMOS, F., PINTO, C., MAGALHÃES, E., MIGUEL, J. e CAMPOS, A. (1990), «Avaliação Económica da Doença Coronária – Estudo Custo/Efectividade da Intervenção Terapêutica para Redução da Colesterolemia» in *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, vol. 8, nº 4: 31-42.
- RUSSELL, I., DEVLIN, H., FELL, M., GLASS, N. e NEWELL, D. (1977), «Day-case Surgery for Hernias and Hemorrhoids: a Clinical, Social and Economic Evaluation» in *Lancet*: 844-847.
- SZETO, K. e DEVLIN, N. (1996), «The cost-effectiveness of Mammography Screening: Evidence from Microsimulation Model New Zealand» in *Health Policy*, 38: 101-115.
- TORRANCE, G. (1986), «Measurement of Health State Utilities for Economic Appraisal» in *Journal of Health Economics*, 5: 1-30.
- WALLER, J, ADLER, M., CREESE, A., e THORNE, S. (1977), «Early Discharge from Hospital for Patients with Hernia or Varicose Veins" in *Department of Health and Social Security*, Reino Unido, HMSO, Londres.
- WILLIAMS, A. (1985), «Economics of Coronary Artery Bypass Grafting» in *British Medical Journal*, 291: 326-329.
- ZETHRAEUS, N. (1998), «Willingness to Pay for Hormone Replacement Therapy» in *Health Economics*, vol.7, nº 1: 31-38.

# PÁGINA DO PORTUGUÊS:

## DÚVIDA Nº 5: PARTICÍPIOS PASSADOS DUPLOS

---

Filipa Perdigão  
Rita Baleiro

Atente-se nas seguintes frases: “Ele tinha absorvido a informação” e “Eles estão absorvidos no filme”.

Qual das duas formas do verbo *absorver* está correcta? Ou estarão as duas?

Na realidade estão as duas, pois à semelhança de outros verbos (ver tabela abaixo), o verbo *absorver* tem um particípio passado regular (*absorvido*) e um particípio passado irregular (*absorto*).

Emprega-se a forma irregular nos tempos compostos com os auxiliares *ser*, *estar*, *ficar*, *ir* e *vir* e a forma regular para a formação dos tempos compostos com os auxiliares *ter* e *haver*. Assim diz-se:

1. Ele **tem entregado** os trabalhos a horas.
2. Os trabalhos **são entregues** a horas.
3. Ele **foi eleito** Presidente dos Estados Unidos.
4. Antes de saberem o resultado, elas **havam elegido** o membro mais antigo da associação.
5. Ele **ficou preso**.
6. A lei **vem omissa**.
7. O dossier **vai completo**.

Notas:

1ª *Morto* é particípio de *morrer* e estendeu-se também a matar:

- Ele **tem matado** muito gado (matar);
- O gado **foi morto** depois de descoberta a doença (matar);
- Ele **está morto** (morrer);
- Ele **havia morrido** (morrer).

2ª O particípio *rompido* usa-se também com o auxiliar *ser* (quando pela regra deveria ser utilizada a *forma irregular*). *Roto* emprega-se como adjectivo:

- As relações diplomáticas **foram rompidas**;
- O casaco **está roto** nos cotovelos.

3ª Tem havido contaminação pelos particípios passados irregulares legítimos sobre outros particípios que também passaram a irregulares. Encontramos neste caso formas como *empregue* e *encarregue* em vez de *empregado* e *encarregado*. (Estes verbos não têm forma irregular. Esta foi feita por analogia com o verbo *entregar*). Será preferível manter-se o particípio passado regular:

- Tenho encarregado** algumas pessoas deste trabalho;
- Julgo que **serei encarregado** de levar por diante todo o processo;

Esta fórmula é empregada nas cartas comerciais.

4ª *Imprimir* possui duplo particípio (*impresso* e *imprimido*) quando significa «estampar», «gravar». Na acepção de «produzir movimento» usa-se apenas o particípio em *-ido*:

As obras **foram impressas** em Portugal.

O relatório **estava impresso** em Times New Roman.

O papel **tinha imprimido** um logótipo.

**Foi imprimida** enorme velocidade ao carro.

É de recordar que há verbos da 2ª (-er) e 3ª (-ir) conjugação que possuem apenas particípio irregular, não tendo conhecido jamais a forma regular em *-ido* ou *-ado*:

INFINITIVO	PARTICÍPIO
dizer	dito
escrever	escrito
fazer	feito
ver	visto
pôr	posto
abrir	aberto
cobrir	coberto
vir	vindo

Os verbos *gastar*, *ganhar*, *pagar* e *limpar*, embora possuindo os dois particípios, tendem a perder o particípio regular (*gasto*, *ganho*, *pagado*, *limpo*).

Apresentamos de seguida, um quadro com alguns dos particípios passados duplos mais usados (também chamados Verbos Abundantes):

VERBO	P. IRREGULAR (ser e estar)	P. REGULAR (ter e haver)
absorver	absorto	absorvido
aceitar	aceito, aceite	aceitado
acender	aceso	acendido
agradecer	grato	agradecido
completar	completo	completado
eleger	eleito	elegido
entregar	entregue	entregado
exprimir	expresso	exprimido
expulsar	expulso	expulsado
extinguir	extinto	extinguido
imersir	imerso	imerso
ganhar	ganho	ganhado
gastar	gasto	gastado
imprimir	impresso	imprimido
libertar	liberto	libertado
matar	morto	matado
morrer	morto	morrido
omitir	omisso	omitido
prender	preso	prendido
soltar	solto	soltado

**Referências Bibliográficas:**

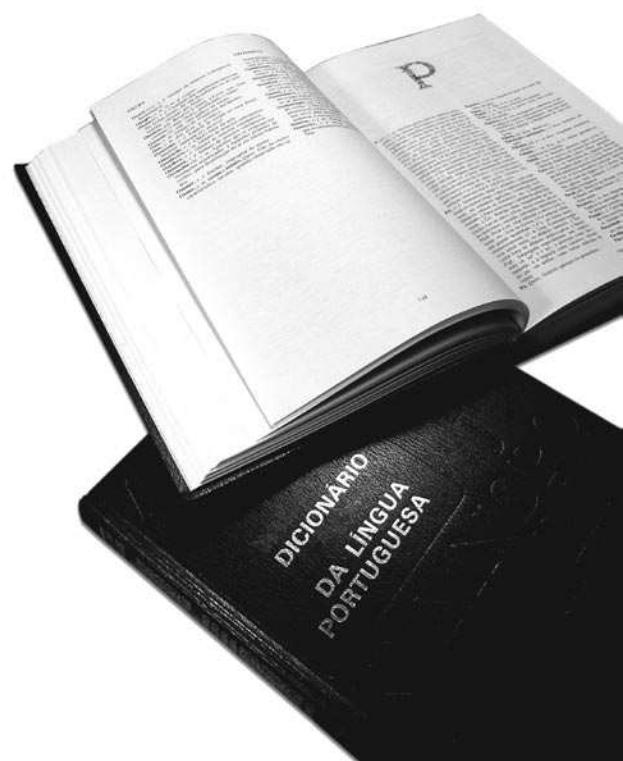
AA.VV., *Falar Melhor, Escrever Melhor*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1991, pp.469-470.

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições Sá da Costa, Lisboa, 1984, pp. 440-442.

ESTRELA, Edite e J. David Pinto-Correia, *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*, Editorial Notícias, Lisboa, 1990, pp.106- 108.

LAPA, Rodrigues, *Estilística da Língua Portuguesa*, 11ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1984, p. 214.

PINTO, J.M. de Castro et al., *Gramática do Português Moderno*, Plátano Editora, Lisboa,1998, pp. 278-279.



# AS ROTAS DO SUL

## UM PASSEIO COM SURPRESAS

---

José António Santos - ESGHT

Margarida Custódio Santos - ESGHT

Domingo, três da tarde. O nosso carro parou junto ao portão meio aberto e olhámos um para o outro.

- Será que se pode entrar com a viatura?
- Olha, ali é a recepção.
- Sim, mas está fechada.

Conclusão: ou o guarda teria ido à casa de banho, ou o acesso é livre ao Domingo. Inclinámo-nos mais para esta última hipótese. Pressionados pela criancinha desejosa de experimentar a sua nova bicicleta, estacionámos e iniciámos o percurso pedestre sem antes termos averiguado os motivos da entrada gratuita, o que mais tarde revelaria ter os seus custos.

Alguns metros mais à frente, perante uma encruzilhada, impunha-se tomar uma decisão: fazer um trilho de uma, duas ou quatro horas. Decisão facilitada, pois por essa altura já o Diogo pedalava afincadamente pelo trilho das duas horas, só parando quando duas criaturas peludas e saltitantes saíram alegremente ao seu encontro.

- Não tenhas medo. São cães de água, eles não fazem mal, só querem brincar contigo.

Nesse momento surgiu a tratadora que nos cumprimentou e convidou a visitar o canil ao mesmo tempo que nos dava explicações:

- O cão de água, hoje, apenas existe como animal de estimação. No entanto até há poucas décadas era um cão de trabalho que acompanhava os barcos de pesca artesanal, quer esses exercessem a sua actividade nas águas calmas da Ria Formosa, quer se deslocassem para a Antárctica gelada em busca do bacalhau. Este cão tem características



FIG. 1 Cão de água

únicas como membranas entre os dedos das patas, o que lhe confere os dotes de um excelente nadador, sendo a única raça de cão que nada com as quatro patas. Com o declínio da pesca artesanal, o cão de água deixou de ter serventia e esteve à beira da extinção, tendo o canil, nessa altura crítica, nos anos setenta, desempenhado um importante papel na preservação desta espécie.

Após esta simpática visita guiada ao canil, continuámos o passeio pelo trilho em direcção ao lago das aves, parando para ler, aqui e acolá, as placas informativas do parque.

- Olha, esta placa indica que aí, mais acima, se encontram ruínas romanas de tanques para a salga do peixe.
- Sim, já as vejo. É pena estarem tão mal preservadas.
- Mas interessantes, de qualquer modo.

Outra placa indicava o observatório das aves. Subimos até um pequeno pavilhão cujas frestas de observação



Ria Formosa com Ilha de Armona FIG. 2

davam para um lago de água doce, onde milhares de aves de diferentes espécies poisavam na superfície tranquila do lago.

- Verdadeiramente espectacular! É surpreendente. Sabes que aves são?

- A placa informativa fala do galeirão, da galinha-de-água, do mergulhão-pequeno, do pato-real e da galinha-sultana, que é o símbolo do Parque Natural da Ria Formosa. É uma ave azul que em Portugal só existe neste parque e que também se chama caimão.

- Olha, ali está uma.
- Li no "Guia das Áreas Protegidas", editado pelo Instituto



de Conservação da Natureza, que o nome do nosso poeta Camões deriva do nome dessas aves que constariam no brazão da sua família.

- É interessante. Mas agora temos que continuar. Ainda estamos a meio do percurso e não sabemos a que horas o parque fecha.

De novo no trilho, mais uma surpresa. A pequena bicicleta do Diogo furou-se.

- Não há problema, eu carrego-a.

Mais adiante o Diogo cansou-se e recusou continuar a pé, o que era compreensível. Afinal o Diogo só tem quatro anos. Não havia nada a fazer senão continuar o passeio com ele ao colo. Do lado esquerdo do trilho sucediam-se os sapais onde se viam bandos de cegonhas e flamingos, assim como enormes quantidades de aves de outras espécies.

- Já reparaste que todas as pessoas com quem nos cruzámos são estrangeiros? É pena que os residentes da região prefiram ir passear para os *shoppings*, tendo um paraíso destes aqui tão perto.

- Sim, mas aqui apenas seriam vistos pelas aves.

No horizonte avistavam-se as ilhas da Armona e da Culatra. Entretanto aproximámo-nos de um edifício branco, harmonioso, junto à água. Era o moinho da maré. Infelizmente já estava fechado. Restava-nos tirar algumas fotos e ler a placa informativa. Ficámos a saber que este moinho, de concepção ecológica, foi construído em 1885 e utilizado até

1970, tendo sido um dos 30 moinhos de maré que terão existido na Ria Formosa. Actualmente, após restauro, é um dos 3 moinhos de maré ainda em funcionamento em Portugal.

- Temos que voltar cá outra vez para o visitar.

- Não só para o visitar. Temos também de fazer este passeio mais vezes. Que horas são?

- Quase seis. Temos que nos apressar.

Já na viatura, frente ao portão de saída, outra surpresa.

- O portão está fechado. Mas há mais gente esperando. Parece que não fomos os únicos a ficar aqui trancados.

Já começava a escurecer. Por sorte, ao fim de meia hora surgiu uma senhora ainda jovem com a chave do portão.

Pela forma como protestava, em holandês, com o casal de estrangeiros que aguardava à nossa frente, deduzimos que não devia estar de bom humor. Mas enfim! Finalmente livres.

Notas finais: este passeio, realizado por nós em 13 de Fevereiro de 2005 na Quinta de Marim foi, no seu conjunto, uma agradável surpresa. Já agora, o horário de abertura do parque é o seguinte: de Segunda a Sexta, das 8:00 às 20:00 e aos Sábados, Domingos e feriados das 8:00 às 15:30.

Aos responsáveis do parque aconselhamos a colocação do horário de funcionamento num local bem visível à entrada. E, para terminar, aconselhamos este passeio apenas aos amigos! ... da natureza, claro!



Sapal FIG. 3

